



BATE-BOCA NA CASA BRANCA

Que as bandeiras brancas possam estar sempre nos mastros de todos os países.
Por Isaac Roitman, **página 2**



O 'EMBRASSONS-NOUS' RUSSO-AMERICANO

Impactos históricos e geopolíticos das alianças e rivalidades no cenário global.
Por Edoardo Pacelli, **página 2**



DESENVOLVIMENTO E DIGNIDADE HUMANA

Liberdade só será possível num ambiente de pluralismo se aliada à solidariedade.
Por Ana Rita Albuquerque, **página 4**

Para manter alta do PIB é preciso reduzir a taxa de juros

O Produto Interno Bruto (PIB, indicador da economia de um país) teve crescimento de 3,4% em 2024, a maior alta desde 2021. No acumulado do ano, o PIB em valores correntes totalizou R\$ 11.744,7 bilhões. O PIB per capita foi de R\$ 55.247,45, aumento de 3% em termos reais.

No quarto trimestre do ano, a economia brasileira cresceu 0,2% em comparação ao terceiro trimestre, considerando a série com ajuste sazonal (leva em conta dias úteis de cada período, por exemplo). Os dados são do IBGE.

Após a divulgação do resultado do PIB de 2024, a Associação Paulista de Supermercados (Apas) revisou suas projeções de crescimento da economia brasileira para 2025, projetando alta de 2,3%. Em relação à inflação, a entidade espera uma acomodação, de modo tal que o IPCA encerre o ano dentro das bandas de flutuação estipulada pelo Comitê Monetário Nacional (CMN).

“Diante disso, a Apas entende que, mesmo com o viés de alta da taxa Selic projetado pelo mercado (encerrando o ano em 15% ao ano), há espaço para que o Copom reduza o ritmo de alta da taxa de juros”, defendeu a entidade paulista em comunicado.

Por sua vez, o presidente da Federação dos Bancos (Febraban), Isaac Sidney, reconheceu que os dados mais recentes, incluindo o quarto trimestre de 2024, mostram “sinais mais claros de acomodação da atividade econômica”, resultado do forte aperto monetário, com a Selic se mantendo elevada “para conter a dinâmica ainda desafiadora da inflação”.

O crescimento do Brasil ficou entre os maiores registrados entre as economias mais relevantes, segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Brasil aparece em quinto, atrás apenas de China, Costa Rica, Rússia e Dinamarca, e à frente de Espanha, Turquia, Polônia, Estados Unidos, Lituânia, Noruega e Coreia do Sul.

“PIB crescendo é mais emprego e renda na mão dos brasileiros e das brasileiras; 2025 é o ano da colheita”, postou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas redes sociais. “Agora é seguir avançando, combatendo a inflação para baratear o preço dos alimentos”, afirmou a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. **Página 3**



Adobe Stock

Mulheres investidoras: solteiras, mais novas e assumem mais risco

Investimento inicial na Bolsa é 2,5x maior que de homens

Por **Gilmara Santos,**
especial para o
Monitor

Levantamento realizado pela 3P, escritório de investimentos do BTG, mostra que a maior concentração de mulheres investidoras está na faixa etária entre 30 e 50 anos e, apesar de a renda fixa (53%) seguir como a principal aposta delas, há cada vez mais espaço para a renda variável.

“De fato, essa faixa etária é especialmente favorável ao investimento mais agressivo. Muitas já têm carreiras mais sólidas, renda maior e segurança financeira para assumir riscos mais elevados, em busca de maior retorno. Nesse perfil, há uma combinação ideal entre estabilidade financeira atual,

objetivos claros de longo prazo e ainda tempo suficiente para corrigir eventuais oscilações do mercado. Por isso, é natural e estratégico que essa faixa etária busque exposição maior à renda variável, o que pode maximizar o potencial de retorno no médio e longo prazo”, afirma Felipe Chad, sócio e fundador da 3P.

O estudo mostra ainda predomínio de solteiras quando o assunto é investimento. Em todas as faixas etárias, a maioria das mulheres investidoras é solteira. O percentual de solteiras é mais acentuado entre as mais jovens (94% até 30 anos) e diminui gradualmente com a idade (51% na faixa 50+).

Os dados mostram que, dentro do público feminino, as casadas costumam manter uma fatia maior

em renda fixa do que as solteiras. Pode refletir uma preocupação adicional com estabilidade, planejamento familiar ou maior aversão ao risco.

Chad lembra que dados da B3 em 2024 mostraram que o primeiro investimento das mulheres gira em torno de R\$ 167. Já o dos homens é de R\$ 62. Ainda de acordo com a B3, por outro lado, homens entram em maior quantidade do que as mulheres na Bolsa. Há cinco anos, a quantidade de novos investidores homens era de 173,9 mil por ano e de mulheres, de 49,8 mil. Atualmente, o número é de 1,1 milhão de homens contra 253,8 mil mulheres no ano.

Leia a reportagem completa em monitormercantil.com.br/mulheres-investidoras-solteiras-mais-novas-e-assumem-maiores-riscos

Enquanto EUA planejam, retomada do setor naval já é realidade no Brasil

Enquanto o Brasil já constrói e expande sua frota, rumo ao crescimento e à autossuficiência marítima, os Estados Unidos ainda tentam estruturar um plano para reverter sua crise na construção naval. “No entanto, especialistas alertam que barreiras comerciais não resolvem a escassez de estaleiros competitivos e profissionais qualificados nos EUA, tornando o plano de Trump um desafio de longo prazo”, analisa documento divulgado nesta sexta-feira pelo Sinaval, sindicato que representa a indústria naval brasileira.

Na terça-feira (4), o presidente Donald Trump anunciou a criação de um Escritório de Construção Naval na Casa Branca e novos incentivos fiscais para estaleiros norte-americanos. O plano visa combater a hegemonia da China, que hoje domina 50% do mercado global de construção naval, enquanto os EUA ocupam apenas a 19ª posição mundial, fabricando menos de cinco embarcações por ano.

“Diferente do cenário norte-americano, onde a recuperação do setor depende de políticas ainda não implementadas, o Brasil já

está gerando empregos e fortalecendo sua indústria naval”, atesta o documento, lembrando que o País já tem investimentos concretizados, com contratos assinados e obras em andamento.

“A indústria naval brasileira está em plena retomada, com R\$ 23 bilhões em investimentos e 44 novas embarcações encomendadas, incluindo navios petroleiros, gaseiros e fragatas militares. Esse crescimento já está gerando cerca de 44 mil empregos, revitalizando estaleiros e impulsionando a economia nacional”, ressalta o Sinaval.

Lula: ‘medidas drásticas’ para reduzir preços dos alimentos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, nesta sexta-feira, que pode tomar medidas “mais drásticas” para baixar o custo dos alimentos aos consumidores e culpou os “atravessadores” pela alta do preço dos ovos no país. Entretanto, Lula não explicou que medidas seriam essas, ao falar sobre o assunto durante evento em Campo do Meio (MG).

“Eu quero encontrar uma explicação para o preço do ovo”, disse. “O ovo está saindo do controle. Uns dizem que é o calor, outros dizem que é exportação e eu estou atrás [da explicação]”, acrescentou Lula.

O presidente diz que o governo quer encontrar uma solução pacífica, “mas se a gente não encontrar, a gente vai ter que tomar atitudes mais drásticas, porque o que interessa é levar a comida barata para mesa do povo brasileiro”, afirmou.

Segundo o presidente, de janeiro de 2023 a janeiro de 2025, a caixa do ovo com 30 dúzias variou próximo de R\$ 140. Em fevereiro deste ano, ela subiu para R\$ 210.

De acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) a alta no preço dos ovos é uma “situação sazonal, comum ao período pré e durante a quaresma [período em que algumas comunidades cristãs se preparam para a Páscoa]”, quando as famílias costumam substituir o consumo de carnes vermelhas por ovos.

Para a entidade, o mercado deverá se normalizar até o final do período da quaresma.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,7919
Dólar Turismo	R\$ 6,0290
Euro	R\$ 6,2756
Iuan	R\$ 0,7999
Ouro (gr)	R\$ 543,43

ÍNDICES

IGP-M	1,06% (fevereiro)
	0,27% (janeiro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

Bate-boca na Casa Branca

Por Isaac Roitman

Causou grande repercussão, na imprensa global, as conversas entre o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, realizada na Casa Branca, residência oficial e principal local de trabalho do presidente dos Estados Unidos.

O edifício foi construído no período compreendido entre 1792 e 1800, pintado de arenito esbranquiçado no estilo georgiano. Posteriormente foi pintado de branco. Tem sido residência executiva de todos os presidentes americanos desde o mandato de John Adams. A Casa Branca é muito mais do que apenas um prédio histórico em Washington. Ela é um símbolo do poder e da democracia dos Estados Unidos e ao longo dos

séculos foi palco de eventos importantes e abrigou presidentes que moldaram a história do país.

O encontro foi transmitido ao vivo para a imprensa. Durante a conversa, os dois presidentes discutiram de forma acalorada sobre a guerra na Ucrânia e um possível acordo de paz. Trump acusou Zelensky de ser desrespeitoso e de não demonstrar gratidão suficiente pelo apoio dos Estados Unidos, enquanto Zelensky expressou desconfiança em relação às intenções de Vladimir Putin.

Não vou aqui discutir a questão do mérito do conflito, primeiro por desconhecer os meandros geopolíticos das grandes potências, como também pelo desconhecimento dos bastidores ligados diretamente ou indiretamente ao conflito da Rússia e Ucrânia.

No entanto, penso que

o diálogo construtivo não tem lugar para um bate-boca. Ricardo Salim no artigo “Linguagem e Diplomacia: O poder das palavras na política internacional”, descreve como a magia das palavras tem o poder de construir pontes entre nações, de acalmar corações turbulentos e de criar entendimento onde antes havia apenas desentendimento.

Que as bandeiras brancas possam estar sempre nos mastros de todos os países

Ele destaca que a diplomacia é como uma dança delicada, na qual os líderes mundiais se movem ao som das palavras, buscando harmonia e equilíbrio. A política desempenha um papel fundamental nas relações internacionais, pois é por meio dela que os países in-

teragem, estabelecem acordos, resolvem conflitos e promovem o desenvolvimento mútuo.

Através da política, os Estados buscam alcançar seus interesses nacionais, mantendo relações pacíficas ou competitivas com outras nações. Através da diplomacia e do diálogo político, os países podem encontrar pontos de convergência e estabelecer acordos que promovam a cooperação internacional. A política também pode ser utilizada para promover a paz, a estabilidade e o desenvolvimento sustentável em nível global, através de organizações internacionais e fóruns de negociação.

No entanto é importante considerar que a política pode separar o mundo quando os países adotam posturas nacionalistas, protecionistas ou agressivas, colocando

seus interesses acima da cooperação internacional. Conflitos armados, disputas comerciais e políticas de exclusão podem levar à fragmentação e ao isolamento de nações, criando divisões e tensões entre os Estados.

As relações internacionais podem contribuir para a paz mundial através da diplomacia, da negociação de acordos de desarmamento, da mediação de conflitos e da promoção do respeito aos direitos humanos. A cooperação entre os países, baseada em princípios de igualdade, justiça e respeito mútuo para a construção de um mundo mais pacífico.

Não menos importantes são os valores éticos nas relações internacionais. Os principais desafios éticos nas negociações internacionais envolvem a pressão por resultados rápidos, a ten-

tação de usar práticas desleais para obter vantagens e a dificuldade em conciliar interesses divergentes. É preciso estar atento para não ultrapassar limites éticos e buscar soluções justas para todos os envolvidos.

Oxalá não ocorram outros bate-bocas em locais tão simbólicos como a Casa Branca. Que as bandeiras brancas possam estar sempre nos mastros de todos os países do planeta simbolizando um mundo de paz e felicidades. Lembremos o pensamento de Albert Einstein: “Não se pode manter a paz pela força, mas sim pela concórdia.”

Isaac Roitman

é professor Emérito da Universidade de Brasília e da Universidade de Mogi das Cruzes, pesquisador emérito do CNPq e membro da Academia Brasileira de Ciências e do Movimento 2022-2030 o Brasil e o Mundo que queremos.

O ‘embrassons-nous’ russo-americano

Por Edoardo Pacelli

Quando os Estados Unidos e a Rússia se aproximam, a ponto de possivelmente se abraçarem, num “abraço” metafórico, é a Europa que paga a conta. No entanto, analisando mais de perto, esse é o destino de todas as diferentes unidades políticas que, ao longo da história, se viram presas entre poderes que, se estivessem de acordo, poderiam determinar seu destino.

O objetivo da política do Cardeal de Richelieu era libertar a França do abraço, potencialmente fatal, dos territórios sob soberania imperial que a cercavam tanto pelo nordeste quanto pelo oeste. O primeiro e mais importante objetivo da política externa do chanceler von Bismarck era impedir a consolidação de uma entente entre a França e o Império Russo, o que forçaria a Alemanha a uma possível guerra em duas frentes.

No século 18, a Polônia foi dividida três vezes entre a Rússia – que a espremeu para o leste – a Prússia e o Império Habsburgo, seus desconfortáveis vizinhos ocidentais, e deixou de existir até 1918. Foi então novamente apagada do mapa como resultado do Pacto Molotov-Ribbentrop, de agosto de 1939.

Dessa mesma perspectiva, a divisão da Europa nas esferas de influência das duas verdadeiras grandes potências que venceram a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União Soviética, não parece menos significativa. Uma subdivisão que, mais ou menos apropriadamente, é lembrada como consequência do acordo de Yalta e que durou até a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética.

Nesse caso, o plano de Churchill, semelhante às esperanças do falecido Hitler de ver os Estados Unidos e a Europa unidos contra o expansionismo soviético, fracassou. Da mesma for-

ma, a abertura do governo Nixon à China, desejada pelo secretário de Estado Henry Kissinger, foi resultado do desejo de colocar a União Soviética entre dois fogos: os Estados Unidos e a Otan, a oeste, e a República Popular da China, a leste.

É prematuro dizer se a abertura sensacionalista do presidente Trump ao líder do Kremlin responde à mesma lógica político-estratégica dos casos históricos citados. Há diversas variáveis que determinarão se, e quando, a ação de Trump levará a um cessar-fogo na Ucrânia, a um subsequente acordo político-territorial suficientemente estável e, finalmente, a um verdadeiro “apaziguamento” russo-americano contra a China.

O fato é, no entanto, que muitos no Velho Continente, de repente, tomaram consciência da “solidão”, nada esplêndida, em que a Europa se encontra, no exato momento em que os Estados Unidos ameaçam reduzir sua contribuição

crucial para a defesa de seus aliados da Otan e estão se aproximando da Federação Russa.

A França de Richelieu respondeu ao cerco imperial com uma estratégia eficaz de “contra cerco”, buscando um entendimento com os inimigos do Império Habsburgo, internos e especialmente externos: príncipes e soberanos protestantes, bem como os otomanos. O abandono da política externa por Bismarck levou a Alemanha guilhermina a optar pela opção militar, que, no entanto, se revelaria um fracasso por duas vezes: a guerra-relâmpago no Ocidente, destinada a colocar fora de ação o adversário mais temível (Plano Schlieffen), para então concentrar os esforços contra o Império Russo.

O caso da Europa de hoje é evidentemente muito diferente e muito mais complexo do que os precedentes históricos mencionados. Mesmo que ignorássemos a (essencial) falta de unidade política e a definição de pri-

oridades estratégicas compartilhadas, não é realista supor que os Estados do Velho Continente, sejam ou não membros da Otan, consigam alcançar uma genuína “autonomia estratégica” no curto e médio prazo. No atual estado de coisas, no entanto, esses países não parecem ter a força e a vontade necessárias para exercer uma ação diplomática direta para evitar o *embrassons-nous* russo-americano.

Na verdade, a questão de saber se a Rússia de Putin realmente tem a intenção e a capacidade, uma vez que o jogo ucraniano esteja terminado a seu favor, de atacar outro país da Otan é mal colocada. O verdadeiro ponto, de fato, é o poder de influência que o Kremlin ganharia, nesse caso, sobre uma Europa incerta e desconfiada em relação à garantia de segurança americana e, em todo caso, exposta à pressão russa, devido a uma fronteira (Otan) com a Federação que, após a entrada da Finlândia, agora ultrapassa os 2.500 quilômetros.

A Finlândia, se olharmos atentamente, é outro caso de um país que se viu, no final da Segunda Guerra Mundial, entre os dois blocos, sem fazer parte de nenhum deles e, ainda assim, diretamente exposto à ameaça soviética ao longo de uma fronteira de 1.300 quilômetros e, portanto, à influência política russa.

No início da guerra na Ucrânia, muitos analistas e comentaristas recuperaram o termo “finlandização” do arsenal conceitual da Guerra Fria. O conceito foi então usado para descrever o provável futuro de uma Ucrânia ansiosa por se juntar à Aliança Atlântica, mas impedida de fazê-lo pela presença e ameaça russa em sua fronteira oriental. Três anos depois, devemos reconhecer que, na ausência de iniciativas mais do que corajosas e revolucionárias, a perspectiva se aplica bem ao futuro da Europa.

Jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista *Italia-miga* e vice-presidente do *Ideus*.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

China planeja abrir câmara de liquidação de títulos

A China planeja abrir uma câmara de liquidação concorrente à Euroclear, câmara de compensação sediada na Bélgica. O *Financial Times*, de Londres, relata nesta sexta-feira: “As autoridades de Hong Kong estão pressionando para criar uma rival asiática para os influentes depositários de títulos da Europa, em uma tentativa de diminuir a dependência da infraestrutura financeira ocidental e impulsionar o uso global do renminbi [yuan].”

Lembre-se de que a Euroclear bloqueou bilhões de dólares da Rússia como sanção pela guerra na Ucrânia. Segundo o jornal britânico, a Hong Kong Exchanges and Clearing (HKEX), que administra o mercado de ações, disse na última terça-feira (4) que estava trabalhando com a autoridade monetária do território para desenvolver uma câmara de liquidação internacional asiática que pudesse rivalizar não só com a Euroclear, mas também com a Clearstream de Luxemburgo.

“A HKMA [Hong Kong Monetary Authority] vem explorando a criação de um concorrente para a dupla europeia desde pelo menos junho de 2022. A China é o segundo maior mercado de renda fixa do mundo, com cerca de US\$ 25 trilhões, enquanto a CMU [depositário central de títulos de renda fixa de Hong Kong] detém US\$ 5 trilhões em ativos sob custódia. Em contraste, a Euroclear, líder de mercado, detém cerca de US\$ 42 trilhões, enquanto US\$ 20 trilhões estão na Clearstream.”

Patriotas – 1

Os patriotas já deixaram de lado a (fracassada) campanha contra o Oscar para *Ainda Estou Aqui* e se dedicam a defender uma intervenção norte-americana no STF.

Patriotas – 2

Aliás, patriotas na mídia convencional se esmeram em criticar o papel da Petrobras no desenvolvimento brasileiro.

Democrata

O presidente da Argentina, Javier Milei, nomeou por decreto 2 juízes para a Suprema Corte, passando por cima do Senado. Mas, ao contrário de Maduro, Milei não é chamado pela mídia de ditador.

Carnaval na Europa

O belga Alain Taillard, embaixador do Turismo do RJ na Europa, inaugurou mais uma exposição sobre o Carnaval carioca, em Dreux, França, onde fica até 21 de abril.

O fabuloso Carnaval do Rio traz fantasias que Alain utilizou nos últimos carnavais como destaque. “Ele pode ser considerado o maior promotor do Carnaval do Rio na Europa”, destaca Bayard Do Coutto Boiteux, vice-presidente executivo da Associação dos Embaixadores de Turismo do RJ.

Rápidas

No dia 13, às 17h, Alexandro de Sousa Claudino, superintendente-executivo das áreas Comercial, Marketing e Sucesso do Cliente do Broto, plataforma de agro do BB, estará na Arena Agrodigital, da Expodireto Cotrijal, em Não-Me-Toque (RS) para falar sobre “Sucessão Agro e Transformação Digital do Produtor” *** O CRA-RJ realizará a roda de conversa “Mulheres: Trabalho, qualificação e mercado”, nesta terça, 15h, de forma híbrida. Inscrições em eventos.cra-rj.org.br/mulheres-trabalho-qualificacao-mercado *** A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e a Biblioteca Euclides da Cunha (BEC) farão, no mês das mulheres, palestra sobre violência doméstica com a educadora social e idealizadora do projeto Afro Beauty, Shay Pituba, nesta terça, 14h. Inscrições: even3.com.br/vozesbrasilis_marco

PIB fechou 2024 em R\$ 11,7 trilhões

IBGE: crescimento de 3,4%, a maior taxa anual desde 2021

O Produto Interno Bruto do país apresentou variação positiva de 0,2% no quarto trimestre de 2024 contra o terceiro e encerrou o ano com crescimento de 3,4%, totalizando R\$ 11,7 trilhões. Essa foi a maior taxa anual do PIB desde 2021.

Segundo a Agência Brasil, as variações positivas no desempenho do PIB vieram dos Serviços e da Indústria que, em comparação a 2023, cresceram 3,7% e 3,3% respectivamente. Na mesma comparação, a Agropecuária sofreu queda de 3,2%. Já o PIB per capita alcançou R\$ 55.247,45, um avanço, em termos reais, de 3% frente ao ano anterior. Os dados são do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, divulgado nesta sexta-feira, pelo IBGE.

Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, ressalta que os principais destaques do PIB pela ótica produtiva (das atividades econômicas) foram outras atividades de serviços (5,3%), indústria de transformação (3,8%) e comércio (3,8%), que juntos foram responsáveis por cerca da metade do crescimento do PIB em 2024.

A queda na agropecuária (-3,2%) reflete o desempenho da agricultura. Efeitos climáticos adversos impactaram várias culturas importantes da lavoura que registraram queda na estimativa anual de produção

e perda de produtividade, tendo como destaque a soja (-4,6%) e o milho (-12,5%).

Pela ótica da demanda, destaque para a despesa de consumo das famílias, que avançou 4,8% em relação a 2023.

Consumo

“Para o consumo das famílias tivemos uma conjunção positiva, como os programas de transferência de renda do governo, a continuação da melhoria do mercado de trabalho e os juros que foram, em média, mais baixos que em 2023”, explica a pesquisadora. Outro destaque foi o investimento (FBCF) (7,3%), que apesar de ter crescido mais, tem peso menor que o consumo das famílias.

A despesa do consumo do governo teve crescimento de 1,9% no ano. As importações de bens e serviços apresentaram alta de 14,7% em 2024 e as exportações cresceram 2,9%. Já a taxa de investimento em 2024 foi de 17% do PIB, maior que em 2023, quando foi de 16,4%. A taxa de poupança, por sua vez, ficou em 14,5% em 2024 (ante 15% no ano anterior).

Do total de valor corrente de R\$ 11,7 trilhões do PIB, R\$ 10,1 trilhões foram referentes ao valor adicionado a preços básicos, enquanto R\$ 1,6 bilhão aos impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

O PIB apresentou variação positiva (0,2%) na comparação do quarto trimestre contra o terceiro de 2024. Entre os setores, a indústria variou 0,3%, enquanto os serviços tiveram variação de 0,1%. Já a agropecuária recuou 2,3%.

“No quarto trimestre de 2024 o que chama atenção é que o PIB ficou praticamente estável, com crescimento nos investimentos, mas com queda no consumo das famílias. Isso porque no quarto trimestre tivemos um pouco de aceleração da inflação, principalmente a de alimentos. Continuamos tendo melhoria no mercado de trabalho, mas com uma taxa já não tão alta. E os juros começaram a subir em setembro do ano passado, o que já impactou no quarto trimestre”, explica Rebeca.

Nas atividades industriais, destaque para a alta na construção (2,5%), nas indústrias de transformação (0,8%) e nas indústrias extrativas (0,7%). Já a atividade de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos registrou queda de -1,2%. Nos serviços, as atividades de transporte, armazenagem e correio (0,4%) e comércio (0,3%) registraram variação positiva. Houve estabilidade para atividades imobiliárias (0,1%), administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0%) e outras atividades de serviços (-0,1%). Já as ativi-

dades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,3%) e informação e comunicação (-0,4%) apresentaram resultados negativos.

Pela ótica da demanda, houve Queda Da Despesa De Consumo Das Famílias (-1%) , Elevação Da Despesa De Consumo Do Governo (0,6%) e da Formação Bruta de Capital Fixo (0,4%).

No que se refere ao setor externo, as exportações de bens e serviços caíram -1,3%, enquanto as importações de bens e serviços ficaram estáveis -0,1% nesta comparação.

Para Pedro Ros, CEO da Referência Capital, entretanto, “o resultado sinaliza uma economia resiliente, mas também aumenta a pressão inflacionária, o que levou o Banco Central a subir a Selic em 1% para conter os preços.”

“Esse cenário pode fortalecer a imagem do governo no curto prazo, mas a manutenção dos juros elevados pode frear o crescimento em 2025. No câmbio, a reação dependerá do equilíbrio entre o crescimento econômico e a política monetária mais rígida. O desafio agora é manter a inflação sob controle sem comprometer a atividade econômica”, avalia.

Já para o economista José Alfaix, da Rio Bravo, “o crescimento do PIB no quarto trimestre ficou aquém da mediana das expectativas.”

Balança comercial: primeiro déficit mensal desde janeiro de 2022

A queda no preço de diversas commodities (bens primários com cotação internacional) e a importação concentrada de plataformas de petróleo pressionaram o resultado da balança comercial em fevereiro. No mês passado, o Brasil importou US\$ 323,7 milhões a mais do que exportou.

Esse foi o primeiro déficit mensal na balança comercial (exportações menos importações) desde janeiro de 2022, quando o saldo tinha ficado negativo em R\$ 59,1 milhões. O resultado é o pior para meses de fevereiro desde o início da série histórica, em 1989. No mesmo mês de 2024, a balança tinha ficado positiva em US\$ 5,13 bilhões.

Com o resultado de fevereiro, o superávit comercial nos dois primeiros meses do ano atinge US\$ 1,934 bilhão. O montante é 82,9% inferior ao do mesmo período de 2024. Esse é o resultado mais baixo para o acumulado do ano desde o primeiro bimestre de 2021, quando o superávit tinha atingido US\$ 1,616 bilhão.

Em relação ao resultado mensal, as exportações caíram, enquanto as importações dispararam, impulsionada pela compra de plataforma de petróleo de US\$ 2,7 bilhões. Em fevereiro, o Brasil vendeu US\$ 22,929 bilhões para o exterior, recuo de 1,8% em relação ao mesmo mês de 2024. As compras do exterior somaram US\$ 23,253 bilhões, alta de 27,6%.

Do lado das exportações, a queda no preço internacional do ferro, do petróleo, da soja, e do açúcar foram os principais fatores que provocaram a queda no valor vendido. As vendas de alguns produtos, como café, celulose e carne bovina, subiram no mês passado, compensando a diminuição de preço dos demais produtos.

Do lado das importações, as aquisições da plataforma de petróleo somaram US\$ 2,675 bilhões em fevereiro, contra US\$ 16,39 milhões no mesmo mês do ano passado. Também cresceram as compras de motores e de veículos. Sem a plataforma, a importação teria ficado em US\$ 20,6 bilhões em fe-

vereiro, em linha com o volume do mês em outros anos.

No mês passado, o volume de mercadorias exportadas subiu 1,4%, puxado por combustíveis, açúcares e veículos, mas os preços caíram 3,6% em média na comparação com o mesmo mês do ano passado. Nas importações, a quantidade comprada subiu 20,2%, mas os preços médios recuaram 6,1%, indicando o aumento das compras externas decorrentes da recuperação da economia, além da concentração de entrada de plataformas de petróleo.

Setores

No setor agropecuário, houve pequena recuperação. O volume de mercadorias embarcadas caiu 0,8% em fevereiro na comparação com o mesmo mês de 2024, enquanto o preço médio subiu 2%.

Na indústria extrativa, que engloba a exportação de minérios e de petróleo, a quantidade exportada caiu 11,7%, enquanto os preços médios recuaram 17,8%. A indústria de transformação

foi a exceção, com a quantidade exportada subindo 7%, com o preço médio avançando 0,8%.

Estimativa

Em janeiro, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços divulgou estimativas para a balança comercial do ano. A pasta prevê que o Brasil terá superávit entre US\$ 60 bilhões e US\$ 80 bilhões em 2025, com as exportações ficando entre US\$ 320 bilhões e US\$ 360 bilhões, e as importações entre US\$ 260 bilhões e US\$ 280 bilhões. Tradicionalmente, a pasta divulgava as projeções para o ano a partir de abril, com revisões em julho e em outubro.

O boletim Focus, pesquisa com analistas de mercado divulgada toda semana pelo Banco Central, projeta superávit comercial de US\$ 76,8 bilhões neste ano. Em 2024, a balança comercial registrou superávit de US\$ 74,176 bilhões, com as exportações somando US\$ 337,046 bilhões e as importações atingindo US\$ 262,869 bilhões.



MEIO AMBIENTE

Ana Rita Albuquerque

Desenvolvimento econômico e dignidade da pessoa humana

Apesar de o art. 225 da Constituição brasileira consagrar a visão de acesso equitativo aos recursos naturais, existe uma apropriação privada dos recursos naturais por uma parcela da população e, por outra parcela menos privilegiada, há uma assunção não voluntária dos riscos ambientais. Esta parcela sofre com os impactos ambientais de atividades que não levam em conta o fator social, e, por isso, comunidades carentes continuam privadas do acesso à água potável, aos solos agricultáveis e à energia.

Interpretar o direito ao meio ambiente de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana significa interferir na realidade social de muitos brasileiros, através de uma justiça mais equitativa. Nesse contexto, a proteção ao meio ambiente guarda relação direta com o combate à desigualdade social, pois é capaz de transferir os benefícios da exploração ambiental também às classes menos favorecidas.

Grandes projetos econômicos, como a instalação de indústrias ou de hidrelétricas que possam afetar o meio ambiente, a qualidade do ar ou das águas, bem como os recursos naturais que compõem as terras de povos originários e populações tradicionais, devem obter licenciamento ambiental nos termos do art. 225, inc. IV, da CRB, inclusive mediante a realização de audiências públicas.

Não obstante a grande aptidão econômica de nossas florestas, inclusive detendo a Amazônia a maior biodiversidade do planeta, os direitos territoriais e culturais das comunidades locais ainda não são tratados de forma eficiente para garantir-lhes condições dignas de sobrevivência.

O prejuízo que medidas de exploração econômica em território indígena, a exemplo da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, Pará, representou à identidade cultural destes povos é enorme. Afetou não apenas os povos originários mas, também, as populações tradicionais que do rio retiravam o seu sustento e sobreviviam graças à fartura de peixes e qualidade das águas.

A escritora e jornalista Eliane Brum relata, ao narrar a saga dos “beiradeiros”, que a ideologia de desenvolvimento econômico que se impôs pela força em Belo Monte não combina em nada em nomear a arma de destruição de “belo”: “[...] e assim, aqueles por ela esmagados resistiram também pela palavra ao renomear a carcereira do Xingu de Belo Monstro [...]” (in *Banzeiro Ò KÒTÓ uma viagem à Amazônica centro do mundo*, Companhia das Letras. p.81).

Assegurar a integridade física, social e cultural aos povos indígenas e populações tradicionais através da proteção de suas posses originárias ou adquiridas, significa assegurar-lhes a sua qualidade de vida e dignidade.

Saliente-se que não há direito à livre iniciativa e ao desenvolvimento sustentável, a ponto de ferir a dignidade da pessoa humana, sob qualquer prisma, individual ou coletivo, de minorias ou não, de povos originários e populações tradicionais ou não tradicionais.

A liberdade só será possível num ambiente de pluralismo político se aliada à solidariedade e ao respeito à dignidade entre os homens na condição destes como responsáveis pelo seu próprio destino. Afinal, a proteção ao meio ambiente não se esgota numa questão de legitimação mas envolve inúmeros fatores que vão além da liberdade econômica, pois nesta proteção é que reside a possibilidade de nossa própria sobrevivência.

Gastos de brasileiros no Carnaval aumentaram 11,4% ante 2024

Levantamento da Getnet, empresa de tecnologia de soluções de pagamento do grupo PagoNxt, do Santander, revelou que os brasileiros aumentaram seus gastos durante o Carnaval deste ano, com o faturamento total crescendo 11,45% em comparação a 2024. Destaque para setores como postos de combustíveis (17%), lojas de departamentos (6,57%) e supermercados (3,69%), mostrando um varejo fortalecido e impulsionado pelo consumo essencial.

No varejo e atacado, as vendas no ambiente físico tiveram um avanço de 4,24% na comparação anual. Alguns dos segmentos de destaque durante o feriado foram: postos de combustíveis, que registraram um aumento de 17%. O setor de lojas de departamentos também teve alta de 6,57%. Os supermercados e hipermercados, com crescimento de 3,69%.

Dados apurados pelo Itaú Unibanco apontam um crescimento ainda maior, de 13% nas vendas reali-

zadas pelo comércio entre o sábado de Carnaval e Quarta-feira de Cinzas (1º a 5/3/2025), na comparação com o mesmo período do ano anterior (10 a 14/2/2024). Os números consideram as vendas realizadas via adquirência (débito e crédito) e Pix QR Code, realizadas de pessoa física para pessoa jurídica, tanto no e-commerce quanto presencialmente via maquininhas da Rede.

Entre os setores que mais se beneficiaram com a alta puxada pelo Carnaval se destacam alimentos e bebidas, com crescimento de 17,3% no intervalo, bares e restaurantes, com aumento de 16,7%, combustível, com alta de 15,6%, e hotéis, com máxima de 14,7%. O setor da construção, embora não esteja diretamente relacionado à festividade, também apresentou alta de 15,1%.

Já de acordo com o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA), o faturamento do varejo cresceu 13,1% durante o Carnaval deste ano, em comparação com igual período do ano passa-

do. A análise, de abrangência nacional, considerou os dias 28 de fevereiro a 5 de março de 2025 e os dias 9 a 14 de fevereiro de 2024. A avaliação foi feita em termos nominais, ou seja, que espelham a receita de vendas observada pelo varejista.

O setor de supermercados e hipermercados foi o principal beneficiado com o feriado prolongado. A alta foi de 25,9%. Outros setores tradicionalmente relacionados ao Carnaval também apresentaram crescimento, como turismo e transporte (3,5%) e alimentação – bares e restaurantes (3,0%). o segmento de recreação e lazer teve queda de 0,6%.

Dentre as capitais brasileiras em que o Carnaval costuma arrastar multidões, o Rio de Janeiro foi a que apresentou a maior variação positiva: 15,5%. Na sequência aparecem São Paulo (12,0%), Florianópolis (11,6%), Recife (7,8%), Salvador (5,6%) e Belo Horizonte (4,2%).

Recife apresentou o maior crescimento de fa-

turamento do setor de supermercados e hipermercados, com alta de 29,3%. Logo na sequência está o Rio de Janeiro, com 29,1%. Em seguida, estão Salvador (24,3%), São Paulo (23,5%), Florianópolis (20,5%) e Belo Horizonte (16,3%).

O faturamento do segmento de turismo e transporte registrou as maiores altas no Rio de Janeiro (18,6%) e em Florianópolis (15,0%). Em seguida, estão Recife (11,4%), Belo Horizonte (8,6%), Salvador (5,6%) e São Paulo (2,9%).

Já no setor de alimentação – bares e restaurantes, São Paulo (4,6%) e Florianópolis (4,4%) apresentaram as maiores variações positivas. Salvador (3,5%), Rio de Janeiro (2,7%) e Recife (0,2%) estão na sequência. Apenas Belo Horizonte registrou retração (-6,4%).

Dentre as cidades analisadas, três apresentaram alta do faturamento de recreação e lazer: Belo Horizonte (8,4%), Salvador (3,8%) e Rio de Janeiro (2,5%). Florianópolis (-10,7%), Recife (-9,5%) e São Paulo (-9,0%) registraram queda.

Supermercados focaram expansão no Sudeste em fevereiro

O canal alimentar passou a contar com 21 novas lojas pelo país em fevereiro. O dado faz parte de um levantamento exclusivo feito pelo Jornal Giro News, a partir de notícias veiculadas no jornal.

No Sudeste, que liderou a expansão na análise por região, bandeiras de supermercados, atacarejos e vizinhança ampliaram sua atuação em São Paulo (sete inaugurações), Minas Gerais (sete) e Rio de Janeiro (três). Além disso, as redes avançaram no Sul (três novas lojas) e no Centro-Oeste (uma).

As informações são do Jornal Giro News, segundo o qual “o Grupo Pão de Açúcar deu continuidade à expansão de sua bandeira de proximidade premium, o Minuto Pão de Açúcar, que estreou três pontos de venda no último mês. Outro destaque foi o Super-

mercados BH, com duas inaugurações. Por formato, os supermercados se destacaram, somando 11 aberturas”.

Já segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), pelo segundo mês consecutivo, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) registrou queda, evidenciando o clima menos otimista no varejo diante de um cenário econômico mais desafiador. O levantamento registrou em fevereiro baixa de 2,1% na comparação com janeiro e de 5,4% em relação a fevereiro do ano anterior, atingindo 103,7 pontos. Ainda assim, o indicador segue acima do nível de satisfação (acima de 100 pontos).

O resultado é reflexo da queda de quase todos os componentes analisados, com peso maior para “condições atuais da eco-

nomia”, que caiu 6,5% na variação mensal e 18,7% no comparativo com o mesmo mês do ano passado. O único subíndice em crescimento foi o de “intenções de investimento em estoque”, que subiu 0,1% nos dois cenários em retrospecto.

“A redução da confiança é coerente com o ambiente de juros elevados e de trajetória mais complexa do que no início de 2024. Esses fatores seguem impactando as decisões do empresário e exigindo cautela na condução dos negócios nos próximos meses. É algo a ser acompanhado de perto, já que o otimismo do setor é essencial para impulsionar os investimentos e gerar crescimento para o País”, afirma o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros.

Contribuiu para o saldo negativo do Icec a retração de todos os segmentos

observados, principalmente pelas lojas do varejo de supermercados, farmácias e lojas de cosméticos, com variação negativa mensal de 3,3%. Roupas, calçados, tecidos e acessórios recuaram 1,7%, enquanto o segmento de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis e decorações, cine/foto/som, materiais de construção e veículos tiveram uma queda de 2,7%.

“Os comerciantes têm sentido muito o impacto da Selic alta, com a tendência de novos aumentos. A prova disso é que na percepção atual do comércio, as atividades que englobam os bens de maior valor agregado (eletroeletrônicos, móveis e decorações, cine/foto/som, materiais de construção e veículos) caíram 5,3% em relação a janeiro porque são eles os mais afetados pela evolução dos juros”, explica o economista-chefe da CNC, Felipe Tavares.

Assine o jornal
Monitor Mercantil

(21) 3849-6444



WEG (WEGE3): resultado do 4T24, dinâmicas e perspectivas

Divulgação Ativa Investimentos



Lucas Barbosa

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o resultado do 4T24 da WEG com Lucas Barbosa, analista da Ativa Investimentos.

Qual a sua avaliação sobre o resultado da WEG no 4T24 e em 2024?

A WEG teve um resultado sólido no 4T24, sustentado pela boa demanda por transformadores e infraestruturas de rede nos Estados Unidos, por Equipamentos Eletrônicos Industriais (EEI) no Brasil e no mercado externo, e pelo crescimento de Geração Transmissão e Distribuição de energia (GTD) no mercado externo. Em termos de mercados regionais, a Ásia teve um bom crescimento, seguido de América do Norte e Europa.

O lado mais pressionado do resultado da WEG foi a sua Margem Ebitda, que veio inferior ao que se esperava. O motivo para isso foi a integração de empresas que foram adquiridas, como a Marathon, Rotor e Cemp, e o aumento de preço de matérias-primas, principalmente do cobre. É possível que essa queda da Margem Ebitda tenha feito com que as ações da companhia caíssem após a divulgação do seu resultado.

Como você entende os números da WEG?

Nós não olhamos tanto para a questão cambial da WEG. Inclusive, no último call de resultado, quando o management da companhia foi perguntado sobre o impacto cambial, ele disse que havia uma baixa correlação, pois como a WEG possui uma carteira de produtos dolarizados, isso faz com que haja um repasse natural. Isso fez com que o câmbio, no final de 2024, tivesse um impacto menor na WEG do que em outras empresas.

Como a WEG tem crescido bastante no mercado externo, isso tem levantado a possibilidade de que esse mercado tenha mais participação na receita da companhia, já que hoje existe um equilíbrio entre as receitas do mercado externo e interno. Quando questionada, a WEG responde que esse é um caminho natural. Isso porque como o mercado externo tem mais opções, demanda diferenciada e é composto por países mais desenvolvidos que o Brasil, é natural que ele tenha uma evolução mais agressiva que o mercado brasileiro.

Com relação aos segmentos GTD e EEI, eles vão continuar com participações relevantes. Como o segmento de Motores Comerciais (motores para aparelhos de ar-condicio-

nado, bombas de piscina e portões elétricos) é mais relevante para o mercado interno e está mais atrelado ao consumidor final, a WEG acaba sendo mais impactada em momentos de baixa. Independente disso, a WEG teve bons resultados nesses segmentos no 4T24.

O que te chama a atenção, positivamente e negativamente, na companhia?

Quando sai um resultado da WEG, eu procuro olhar o desempenho de mercados-chave, como o norte-americano e o europeu, e os segmentos desses mercados que mais foram impactados. Por exemplo, como nos Estados Unidos há demanda por transformadores, eu procuro saber se essa demanda tem sido constante ou se ela tem acelerado ou desacelerado. Com relação ao mercado brasileiro, que também é chave para a WEG, é importante analisar se ele está estável, crescente ou se ele tem desacelerado.

Eu também olho para a dinâmica de margem. Isso porque se a dinâmica de despesas se mantém persistente por mais tempo, talvez a margem da companhia demore mais a subir ou a pelo menos se recuperar. Outro ponto a ser analisado é a questão da tributação, principalmente em outros países, para sabermos o que pode ou não afetar os resultados da WEG.

O que fez com que a WEG seja uma companhia tão diferenciada?

O management da WEG transformou a companhia no que ela é hoje. A WEG tem trabalhado de forma muito assertiva o seu posicionamento, as suas aquisições e a sua alocação de capital. Além disso, a companhia tem uma estrutura de capital muito sólida, com uma dívida muito controlada. A WEG é uma companhia que faz aquisições no momento certo e que sempre avalia o potencial de retorno de fluxo de caixa dessas aquisições.

O management da WEG é formado por pessoas que estão há muitos anos na companhia e que possuem, realmente, espírito de dono, o que contribui para a formação de uma cultura muito forte.

Como o mercado tem uma confiança muito grande no futuro da WEG, mesmo quando ela traz resultados mais fracos, o que pode acontecer com qualquer empresa, ele aposta na sua recuperação.

Qual a sua avaliação sobre o payout e o dividend yield da WEG?

A WEG possui um payout de 50%, sendo que nós temos um payout projetado de 60% para o longo prazo. Com relação ao dividend yield, nós temos uma projeção de 1,7% para 2025. A WEG não é uma empresa conhecida por ser pagadora de dividendos elevados, mas é lucrativa. Por exemplo, eu não me lembro da WEG ter tido um prejuízo anual, pelo menos desde que eu estou no mercado.

A WEG é uma companhia que tem sabido alocar o seu capital de forma a que ele traga para os seus acionistas um retorno mais vantajoso, recorrente e elevado do que o pagamento de dividendos. Por exemplo, nós temos um ROAE (Return on Average Equity) projetado de 32,7% para 2025.

Qual o perfil de investidor que compra ações da WEG?

Esse investidor é conservador e possui uma carteira mais resiliente e de longo prazo. A WEG é uma empresa que traz retornos muito sólidos e que possui receitas em dólar, além de, historicamente, não trazer grandes problemas para os seus acionistas. A companhia também possui poucas questões complexas e pouca correlação com o governo. Existe um ponto com relação ao seu valuation, mas, no preço certo, a WEG pode ser um bom investimento.

As ações da WEG estão em um preço justo ou estão caras?

Na Ativa, o nosso preço alvo para a WEG, R\$ 43,80, está bem abaixo do consenso de mercado, que estava em torno de R\$ 50. Nós temos um preço alvo mais baixo porque temos um cenário mais conser-

vador que o cenário de mercado, tanto que a nossa recomendação é neutra, já que optamos por uma margem de segurança mais elevada. Isso porque, por mais que a WEG seja uma empresa muito sólida e de alta qualidade, o preço é fundamental para investimentos de longo prazo.

Como você avalia as perspectivas da WEG para 2025?

Para 2025, a WEG deve ter uma certa dificuldade de margem devido à integração das empresas adquiridas. Por exemplo, como a Marathon possui margens menores, a WEG vai precisar equalizar a sua verticalização para trazer as margens para o nível em que ela opera. Até lá, as margens da WEG devem ser puxadas para baixo, mas como a companhia possui fábricas distribuídas pelo mundo, ela tem capacidade de trazer verticalização para suas adquiridas.

Com relação ao capex, a WEG deve ter um nível mais elevado que a sua média por conta da aquisição da Marathon. Para que tenhamos uma noção, nós últimos cinco anos a WEG teve um capex de 4% em relação à sua receita líquida, sendo que nós podemos esperar um número mais elevado por conta dessa aquisição. Depois, esse número tende a diminuir naturalmente, mas cabe destacar que a WEG gira com um número de capex bem baixo.

Essas duas questões, além dos custos de cobre mais elevados, vão pesar tanto na margem quanto no fluxo de caixa da WEG, mas a companhia possui números bem equalizados para enfrentar esse ano desafiador.

SAMOC S/A

SOCIEDADE ASSISTENCIAL MÉDICA E ODONTO CIRÚRGICA

CNPJ Nº 33721226/0001-30 - NIRE: 33300135740

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Ficam os Srs. Acionistas convocados para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGO/AGE, a ser realizado no dia 20 de março de 2025 às 14:00h em 1ª convocação deverá conter quórum mínimo de 2/3 do capital votante na Rua Sílvio Romero, nº 44, 5º Andar, Santa Teresa - Rio de Janeiro - em cumprimento ao art. 132 da Lei nº 6404/76 alterada pela Lei nº 10.303/2001, para deliberarem sobre as seguintes Ordens do Dia: a) Prestação e Aprovação das contas dos exercícios financeiros 2023 e 2024; b) Eleição da diretoria para o mandato relativo ao biênio 2025/2027 e fixação de pró-labore; c) Aprovação da alteração do endereço da filial SAMOC S/A - CNPJ nº 33.721.226/0015-36 da Rua José Francisco de Souza Porto nº 436, Loja A, Campo Grande, para à Av. Armando Lombardi nº 350 Lojas 114, 115 e 116 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro, passando essa a ter como atividade a de prestação de serviços médicos ambulatoriais, exames e coletas; d) E outros assuntos de interesse da sociedade. Informamos a todos que os balanços dos exercícios 2023 e 2024 foram publicados no Jornal Monitor Mercantil, no dia 06.03.2025 estando as informações à disposição dos acionistas também no setor contábil, Rua Sílvio Romero nº 29, Santa Teresa, das 10:00h às 17:00h - José Roberto Scaf - Diretor Administrador.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presidente da Coopatáxi - cooperativa de consumo e trabalho dos motoristas autônomos de taxi do município do rio de janeiro Ltda, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o capítulo IX, artigo 33, letra (e) do estatuto social, convoca seus 41 cooperativados, no gozo de suas obrigações sociais, para assembleia geral ordinária, dia 22 de março de 2025, que se realizará em sua sede social sito à rua Herculano pena 667, Cavalcanti, às 07:00 horas em 1º convocação, com a presença mínima de 2/3 dos cooperativados, ou às 08:00 horas em 2º convocação com presença mínima de metade e mais um dos cooperativados, ou às 09:00 horas em 3º e última convocação com a presença mínima de 10 cooperativados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I. Prestação de contas do exercício de 2024, compreendendo: a. Relatório de gestão; b. Balanço; c. Demonstrativo das sobras ou perdas apuradas, d. Parecer do Conselho Fiscal; e. Votação para aprovação ou não da prestação de contas; f. Destinação das sobras ou definição do rateio das perdas apuradas; g. Eleição para o Conselho Fiscal; h. Eleição para o Conselho de Ética e Disciplina; Rio de Janeiro, 6 de março de 2025.

Marcelo de Carvalho Reis
Presidente

AMARELINHO BARRA COOPERATIVA DE TÁXI LTDA
CNPJ Nº 02.719.937/0001-47/ NIRE Nº 33.4.000.3050-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Diretor Presidente no uso das suas atribuições estatutárias e legais, convoca os cooperados da AMARELINHO BARRA COOPERATIVA DE TÁXI LTDA, na forma do disposto no art. 45 e 46 da lei 5764/71, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária no dia 22 de março do ano de 2025, na estrada do Tindiba, nº 1914, sala 205 Taquara / Jacarepaguá- RJ, CEP-22.740-362, com a 1ª convocação as 12:00h com presença de 2/3 de associados, 2ª convocação as 13:00h com presença de metade mais um de associados e em 3ª e última convocação as 14:00h com presença mínima de 10 (dez) cooperados, em dia com suas obrigações sociais, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1º- Deliberar sobre assunto da diretoria financeira referente pagamento de boletos de manutenção; 2º - Deliberar sobre divulgação da foto do candidato ao ingresso na cooperativa para trabalhar como motorista auxiliar; 3º - assuntos gerais. Rio de Janeiro, 07 de março do ano de 2025

WEBER ALVES BRANDÃO
DIRETOR PRESIDENTE

CONCESSÃO DE LICENÇA

CYRELA BENTEVI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ nº 17.610.350/0002-53, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2022/02431, a Autorização Ambiental Municipal para Monitoramento de Fauna Silvestre AMF-2024/00038, com validade até 02/10/2026, para o terreno situado na Estrada dos Bandeirantes, Lote 1 do PAL 44.865 - Jacarepaguá, RJ.

INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - IMTT
CAMPOS DOS GOYTACAZES

AVISO DE LEILÃO

O INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - IMTT, torna público que no dia 26 de Março de 2025, às 10h, realizará leilão na forma on-line, dos veículos conservados e sucatas inservíveis, apreendidos a qualquer título e não reclamados por seus proprietários dentro do prazo de 60 dias, conforme o art. 328 do CTB, tendo como leiloeira a Sra. SANDRA SEVIDANES mat. 165 JUCERJA. Para maiores informações, consulte www.eblonline.com.br.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta

CNPJ/MF 02.600.854/0001-34 - NIRE 33.300.260.528

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2025
DATA, HORA E LOCAL: 24 de fevereiro de 2025, às 11h30. Devido à importância e urgência dos assuntos constantes da Ordem do Dia, a reunião foi realizada de forma virtual, conforme previsto no parágrafo 3º do Artigo 17 do Estatuto Social da TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("Companhia"). **PRESENCAS:** Reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia com a presença dos Srs. Alberto Mario Griselli e Paulo Barroero, e da Sra. Gigliola Bonino. **MESA:** Sr. Alberto Mario Griselli - Presidente; e Sra. Fabiane Reschke - Secretária. **ORDEM DO DIA: (1)** Analisar a Proposta de Remuneração da Administração da Companhia para o exercício de 2025 e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral da Companhia; e **(2)** Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: Inicialmente, registra-se que os Senhores Conselheiros tomaram conhecimento da carta de renúncia apresentada pela Sra. Anna Ghergo, com eficácia a partir de 19 de fevereiro de 2025, em relação à posição ocupada como membro deste Conselho. Fica consignado que os membros do Conselho de Administração agradeceram à Sra. Anna Ghergo por seu comprometimento e dedicação no desempenho de suas funções ao longo do seu mandato. Assim, o Conselho de Administração da Companhia passa a ter a seguinte composição: Sr. **Alberto Mario Griselli**, como Presidente, o Sr. **Paulo Barroero** e a Sra. **Gigliola Bonino**, como membros, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2025. **(1) Analisaram** a proposta de remuneração da administração da Companhia para o exercício de 2025 e **aprovaram** sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **(2) Aprovaram** a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 27 de março de 2025, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: **Ordem do Dia: (1)** Deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia, as respectivas notas explicativas, e o relatório da administração, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; **(2)** Deliberar sobre as propostas da administração de Orçamento de Capital da Companhia, de destinação do resultado do exercício de 2024 e de distribuição de dividendos da Companhia; **(3)** Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(4)** Deliberar sobre a proposta da administração para remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2025. **ESCLARECIMENTOS E ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 24 de fevereiro de 2025. **FABIANE RESCHKE** - Secretária da Mesa. Jucerja nº 6852472, em 07/03/2025. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444

Por que as tarifas de Trump podem causar uma recessão global?

Analistas mostram os perigos para o Brasil

Quando o governo aumenta tarifas sobre produtos importados, tudo fica mais caro. Isso gera inflação, e para controlar a inflação, o banco central precisa subir os juros. A avaliação é de Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike. Segundo entende, com juros mais altos, tomar crédito fica mais difícil, as empresas investem menos, e o consumo desacelera. No fim, a economia pode entrar em recessão.

Para Eyng, a estratégia de Trump pode acabar prejudicando os próprios EUA: ao dificultar o comércio, as empresas americanas pagam mais caro por insumos, perdem competitividade e podem contratar menos. “Ou seja, em vez de fortalecer a economia, ele pode acabar enfraquecendo o crescimento e o emprego. O problema não para por aí. Se os EUA desaceleram, o impacto se espalha pelo mundo, reduzindo comércio e investimentos globais. Para o Brasil, isso significa menos demanda por exportações, menos entrada de capital estrangeiro e maior volatilidade no câmbio, o que pode pressionar o dólar e os juros por

aqui”, ressalta o CEO da gestora Multiplike.

Custos de importação

Para Sidney Lima, Analista CNPI da Ouro Preto Investimentos é importante lembrar, que medidas tarifárias elevam os custos de importação para empresas e consumidores, encarecendo produtos essenciais e pressionando a inflação para cima. Com preços mais altos, o Federal Reserve pode ser forçado a elevar os juros para conter a inflação. No entanto, taxas de juros mais altas encarecem o crédito, freiam investimentos e desaceleram o consumo, o que pode levar a uma recessão. Esse ciclo de alta de preços, resposta monetária agressiva e desaceleração econômica pode gerar um efeito cascata, impactando tanto a economia americana quanto seus principais parceiros comerciais.

Chama atenção para que, além disso, um novo tarifário pode desencadear retaliações por parte de outros países, reduzindo as exportações americanas e comprometendo setores que dependem do comércio global, como tecnologia, manufatura e agronegócio.

“A guerra comercial que Trump iniciou em seu mandato anterior com a China demonstrou os efeitos nocivos desse tipo de política, resultando em perdas para agricultores americanos e empresas que dependem de cadeias produtivas globais. Se implementado de forma ampla, o tarifário de Trump pode gerar distorções nos mercados globais, encarecendo insumos industriais, elevando os preços de produtos finais e reduzindo a competitividade dos EUA no cenário internacional. No fim das contas, a política que supostamente busca proteger a economia americana pode acabar prejudicando-a, agravando desequilíbrios” analisa Sidney Lima.

Flexibilização monetária

Por sua vez Felipe Vasconcellos, Sócio da Equus Capital considera que “sem dúvida, essas tarifas vão resultar em um aumento de preços no curto prazo, e há a possibilidade de que outros países retenham tarifas em resposta, o que também elevará a inflação nesses países.” Lembra que, como a principal ferramenta para controlar a inflação é a taxa

de juros, existe a chance de que não apenas os Estados Unidos, mas outros países também reduzam o ritmo de flexibilização monetária e, em vez disso, aumentem suas taxas de juros para conter a inflação.

“Essa elevação das taxas de juros em países desenvolvidos impacta diretamente a capacidade de nações com maior percepção de risco, como o Brasil, de reduzir suas próprias taxas. Portanto, um movimento dessa natureza pode dificultar um ciclo de afrouxamento monetário no Brasil. Por outro lado, é provável que outros países adotem uma postura mais protecionista, buscando trazer produção para dentro de suas fronteiras de suprimento globais e, conseqüentemente, os mercados internacionais, resultando em um longo período de reajustes. Historicamente, situações como essa já ocorreram e tendem a se repetir no futuro. Contudo, normalmente, esse tipo de cenário acaba se ajustando ao longo do tempo”, conclui Felipe Vasconcellos,

Efeito dominó

“O grande risco das ta-

rifas de Trump é a espiral econômica que elas podem gerar. Ao aumentar os preços dos produtos importados, a inflação nos Estados Unidos tende a subir. Para conter isso, o Federal Reserve pode ser forçado a elevar os juros, o que desacelera a economia. Se essa dinâmica se intensificar, não está descartado um cenário de recessão, afetando não só os EUA, mas também o comércio global, já que outros países acabam respondendo com tarifas próprias” afirma Pedro Ros, CEO da Referência Capital.

“Essas tarifas criam um efeito dominó preocupante. Produtos mais caros geram inflação, e a resposta natural é o aumento dos juros. Isso torna o crédito mais caro, reduz o consumo e desacelera a economia. Se outros países, como China, México e Canadá, adotarem retaliações, o risco de uma guerra comercial se amplia, travando cadeias de produção globais. O impacto final pode ser uma recessão que não se limita às fronteiras americanas”, diz Carlos Braga Monteiro, CEO do Grupo Studio.

Para João Kepler, CEO da Equity Group. “as tarifas

impostas por Trump têm um efeito direto sobre os preços, podendo pressionar a inflação e forçar um aumento dos juros, o que pode desacelerar a economia e até gerar riscos de recessão. No entanto, eu consigo enxergar nesse movimento uma estratégia de proteção da indústria americana e um incentivo à produção local, reduzindo a dependência externa. O desafio é encontrar o equilíbrio entre proteger a economia doméstica e evitar impactos negativos no mercado global. O que é certo é que os efeitos dessa política precisam ser acompanhados de perto”,

“O protecionismo de Trump pode parecer uma defesa da economia americana, mas o efeito pode ser o oposto. Produtos mais caros significam inflação, que leva ao aumento dos juros para controlá-la. Isso encarece os empréstimos, afeta o consumo e inibe investimentos. Se os parceiros comerciais reagirem com tarifas próprias, cria-se um ciclo perigoso. A economia global, interconectada, não ficará imune, podendo desencadear uma desaceleração generalizada”, acentua André Matos, CEO da MA7 negócios.

Penalidades para investidor que errar no Imposto de Renda

Cada vez mais acessíveis, os diversos tipos de investimentos que podem ser feitos através do aplicativo de bancos e operadoras financeiras devem obrigatoriamente ser declarados à Receita Federal (RF), mesmo que sobre eles não indicam Imposto de Renda (IR).

Nem sempre os investidores se atentam para essa necessidade, às vezes por acreditarem que, investindo pouco ou tendo prejuízos, não precisam informar ao Fisco a movimentação. Ao contrário, quem não realizar de maneira correta a declaração do IR poderá sofrer algumas penalidades.

Contador especialista em contabilidade para investidores, Luis Fernando Cabral, da Contador do Trader, lista ao menos três penalidades possíveis para investidores que errarem na declaração do Imposto

de Renda (IR). “O processo de declaração de IR é diferente de acordo com cada tipo de investimento. Seja com ações na Bolsa de Valores, com criptoativos, com Forex ou com investimentos no exterior, cada qual tem sua especificidade e deve ser realizado de maneira correta”, afirma o especialista.

Luis Fernando aponta que até mesmo os prejuízos devem ser informados na declaração anual do IR. “A Receita quer saber toda a movimentação que cada investidor faz, mesmo que não haja a cobrança de tributo sobre o prejuízo. E isso vale também para todas as outras movimentações financeiras que o contribuinte realiza, desde a compra ou a venda de um imóvel até os ganhos como salário ou pró-labore”, ressalta o contador.

Investidores de ações que venderam até R\$ 20 mil estão isentos do im-

posto, mas precisam apurar os resultados. Já as operações normais têm alíquota de 15% sobre o lucro e o day trade tem 20% sobre o lucro.

A omissão na entrega da declaração ou a falta de informações sobre os investimentos pode resultar em penalidades severas. Entre as consequências, estão multas de até 150% sobre o imposto devido, bloqueio do CPF e retenção da restituição, além do risco de um processo por sonegação e outras implicações jurídicas.

“Ninguém quer sofrer sanções como essas, daí a importância de que o investidor tenha todas as informações em mãos na hora da declaração. Se for necessário, é bom contratar uma assessoria especializada para não deixar nada passar”, sugere o contador.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
CNPJ/ME Nº 18.593.815/0001-97 - NIRE nº 33.3.0031102-5

Companhia Aberta de Capital Autorizado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. acionistas da PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A. (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a ser realizada em 02 de abril de 2025, às 11:00 horas, na sede da Companhia, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, conjunto de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para deliberarem acerca das matérias previstas na Proposta da Administração, divulgada pela Companhia em 26 de fevereiro de 2025, conforme abaixo: (i) ratificar a nomeação da TASK - Contadores, Auditores & Consultores S/S, empresa especializada para fins do artigo 8º e § 3º do artigo 227 todos da Lei 6.404/76, para elaboração do laudo de avaliação do patrimônio da Semar Inspeções Ltda. (“SEMAR”), controlada pela Companhia, para fins de incorporação; (ii) aprovar o laudo de avaliação dos patrimônios da Semar Inspeções Ltda. (“SEMAR”) para fins de incorporação pela Companhia, conforme Proposta da Administração; (iii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da Semar Inspeções Ltda. (“SEMAR”) pela Companhia, conforme Proposta da Administração; (iv) aprovar a incorporação da Semar Inspeções Ltda. (“SEMAR”), nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação; (v) autorizar os administradores da Companhia para a prática dos atos necessários à efetivação das deliberações aprovadas nesta Assembleia Geral Extraordinária. Informações Gerais: Os acionistas encontrarão o Manual do Acionista para a AGE e os demais documentos e informações obrigatórias, conforme previsto na Lei nº 6.404/1976 e na Resolução CVM nº 81/2022, que são necessárias para melhor entendimento da matéria acima, disponíveis no escritório da Companhia, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, conjunto de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, no seu site (<https://www.ri.priner.com.br/>) e nos sites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (http://www.b3.com.br/pt_br/). Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, poderão participar da AGE presencialmente, munidos de documento de identidade com foto, comprovação de poderes e extrato de titularidade das ações, consoante artigo 126 da Lei 6.404/76 e Manual do Acionista para a AGE. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na AGE deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76. Os acionistas pessoas jurídicas podem ser representadas por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisando, nesse caso, o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. A Companhia dispensa o reconhecimento de firma, a notariação e consularização de procurações, bem como a tradução juramentada no caso de procurações outorgadas no exterior lavradas ou traduzidas em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Para fins de melhor organização da AGE, a Companhia solicita, nos termos do artigo 8º do estatuto social da Companhia, o depósito prévio dos documentos necessários para participação na AGE com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores por meio do e-mail: ri@priner.com.br. Ressalta-se que os acionistas poderão participar da AGE ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos na abertura da AGE, conforme o disposto no artigo 6º, § 2º, da Resolução CVM nº 81/2022. Ademais, em conformidade com a Resolução CVM nº 204, de 4 de junho de 2024, que altera a Resolução CVM nº 81/22, informamos aos acionistas que o exercício do direito de voto na Assembleia Geral poderão ser realizados a distância, por meio do Boletim de Voto a Distância (BVD). O acionista que desejar votar na AGE por meio do sistema de votação a distância, nos termos da CVM nº 204/24, deverá enviar o boletim de voto a distância por meio de um dos seguintes caminhos: a) ao seu respectivo agente de custódia; b) ao banco escriturador das ações; c) diretamente para a Companhia, através da plataforma Atlas AGM (<https://atlasagm.com/>); ou d) por meio do depositário central através do canal B3 Investidor, conforme as orientações constantes no Manual de Acionistas para a AGE e no próprio boletim. Para mais informações sobre os procedimentos de participação e votação a distância, consulte o Manual da Assembleia ou entre em contato com nossa equipe de Relações com Investidores.

Pedro Henrique Chermont de Miranda
Presidente do Conselho de Administração

Assine o jornal Monitor Mercantil

(21) 3849-6444

Ceg Rio S.A.

CNPJ/INF Nº 01.695.370/0001-53



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO DA CEG RIO S.A. - 2024

Modelo de negócio sustentável e focado na criação de valor

Somos fornecedores de um bem básico para a sociedade e temos a responsabilidade de um fornecimento contínuo, seguro, de qualidade e comprometido com o desenvolvimento sustentável. Apostamos nas energias renováveis e estamos empenhando toda a nossa expertise na transição energética, desenvolvendo e preparando o nosso mercado para esse novo ambiente. Passados quase dois séculos desde sua criação, a distribuidora do Rio continua a ser uma referência no mercado energético brasileiro, transformando-se, atualizando-se e respondendo aos desafios atuais. A empresa segue demonstrando sua vocação de pioneirismo, desde a mudança para o gás natural, passando pela criação do mercado de GNV (gás natural veicular), até a atual adoção dos biocombustíveis, com o objetivo de atender novas demandas, como o mercado livre de gás e a possibilidade de distribuição do biometano.

No centro do nosso Plano Estratégico estão também os nossos compromissos com a sociedade e a governança. Nossa colaboração permanente com a sociedade se dá através de programas culturais, sociais e ambientais que promovemos ou apoiamos. Nós nos empenhamos em criar valor para a sociedade, oferecendo serviços confiáveis, respondendo às necessidades sociais, com dedicação especial às pautas ESG. A empresa tem como prioridade as práticas e políticas ambientais, sociais e de governança, inserindo-as no seu modelo de gestão de acordo com os conceitos ESG.

Queremos promover um crescimento orgânico consistente, com processos de melhoria contínua, reinventando nossa relação com os clientes, aperfeiçoando nossos processos e seguindo com nossa política de diversidade, que já nos colocou como referência em equidade de gênero no setor de energia. Apoiamos e acompanhamos iniciativas colaborativas para transformar a realidade social em favor da maior inserção da mulher no mercado de trabalho.

Estudo recente da Fundação Getúlio Vargas, com 418 empresas analisadas sobre a participação de mulheres em cargos de média e alta liderança no Brasil, colocou a Naturgy entre os 20 maiores destaques por sua participação feminina, já que atualmente as mulheres formam 75% da nossa diretoria.

Nossa posição de liderança no mercado do gás natural e nosso esforço para a promoção da igualdade de gênero, inclusão e empoderamento feminino no ambiente empresarial têm sido reconhecidos através de prêmios e certificações que nos colocam em um lugar de destaque entre as empresas de energia. São indicadores que ratificam a assertividade do modelo de negócio que adotamos.

cenário Macroeconômico

O Produto Interno Bruto (PIB) voltou a crescer no terceiro trimestre de 2024 e o desempenho anual permitiu projetar um crescimento econômico próximo a 3,5%. O ano de 2024 foi marcado pela recuperação do consumo interno canalizada para o setor de serviços, puxado pela retomada do mercado de trabalho e transferências dos programas sociais.

O mercado de trabalho apresentou, em novembro de 2024, uma taxa de desemprego de 6,2%, dando continuidade à trajetória de queda apresentada nos trimestres anteriores. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego caiu de 7,6% em 2023 para 6,2% no trimestre móvel, terminado em novembro de 2024, quando o Brasil apresentava 6,8 milhões de desempregados. Vale destacar que é a menor taxa de toda a série histórica da PNAD contínua, que teve o seu início em 2012.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede oficialmente a inflação, encorrou 2024 em 4,83%, conforme divulgado pelo IBGE, pressionado pelo crescimento da atividade econômica e desvalorização do real frente ao dólar ao longo do ano. O resultado anual ficou acima do limite da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional, de 4,5% para 2024.

O Banco Central reduziu a taxa Selic durante o primeiro semestre de 2024, acompanhando o cenário de inflação e interrompendo em setembro essa tendência, quando se iniciou um ciclo de aumento de juros, encerrando o ano com a taxa de 12,25%, frente a uma Selic de 11,75% no final de 2023.

O Ibovespa fechou 2024 aos 120.283 pontos, acumulando uma queda de 10,36% no ano, o pior desempenho desde 2021, quando caiu 11,93%. Só no mês de dezembro, as perdas do índice se acumularam em 4,28%.

Já o dólar acumulou alta de 27,3% em 2024, ultrapassando, em novembro, o valor nominal de R\$6,00 pela primeira vez na história. Ao final de 2023, o dólar era cotado a R\$ 4,85, finalizando o ano de 2024 a R\$ 6,18.

Missão, Visão e Valores

Nossos valores transformam o mundo através da energia

Visão de futuro: inovando para um futuro melhor

Transformação do mundo por meio da inovação, proatividade e capacidade de adaptação, enfrentando os desafios e impulsionando as oportunidades da transição energética, dos novos modelos de negócios e da digitalização. Na Companhia, transformamos juntos, olhando para o futuro.

Movidos pela excelência: trabalhando com excelência

Transformação do mundo com liderança, determinação e melhoria contínua, apostando na geração de valor a partir de cada um dos negócios e mercados, e respondendo com rigor às expectativas de todas as partes interessadas. Na Companhia, transformamos juntos, com excelência.

Orientados para as pessoas: o lado mais humano

Transformação do mundo com proximidade, transparência e confiança, reforçando seu firme compromisso com as pessoas, os funcionários, clientes, acionistas, colaboradores e a sociedade, transformando talento e paixão em impacto positivo. Na Companhia, transformamos juntos, com nosso lado mais humano.

Um só Planeta: por uma sociedade mais sustentável

Transformação do mundo com sustentabilidade, respeito e compromisso com o meio ambiente, a sociedade e a governança corporativa, demonstrando ser uma empresa responsável, que contribui de forma relevante para o progresso, bem-estar e futuro do planeta. Na Companhia, transformamos juntos, por um mundo mais sustentável.

Atividade Comercial

A área de concessão da CEG RIO é composta pelas regiões Norte e Noroeste Fluminense; Baixada Litorânea; Região Serrana; Médio Paraíba e Centro Sul do Estado. A distribuição de gás é feita nessas regiões de três formas:

- com rede de gasodutos abastecida por gás natural recebido nos *citygates*;
- por meio do sistema estruturante de abastecimento, no qual é construída uma rede interna no município, abastecida com Gás Natural Comprimido (GNC), através de uma base de descompressão de gás natural;
- por meio de sistema de abastecimento ponto a ponto, no qual a entrega do gás é feita individualmente a cada cliente.

Clientes atendidos

Em 2024, a CEG RIO começou a fornecer o gás natural para mais de 5 mil novas residências e 158 novos estabelecimentos comerciais, que passaram a contar com o conforto e a segurança do gás canalizado. Além disso, mais 6 novos postos de GNV e 3 novas indústrias também passaram a ser abastecidos. Esse crescimento demonstra o compromisso da Companhia em continuar ampliando a interiorização da distribuição de gás e de realizar investimentos que melhoram a infraestrutura do interior do Estado.

No período, o incremento total foi de 1.647 novos clientes, que passaram a ser atendidos com gás natural nos municípios da área de concessão da Companhia. Assim, ao final do ano, a CEG RIO já atendia 91.509 clientes.

Número de Clientes	2024	2023	Variação
Residencial	89.690	88.048	1.642
Comercial	1.582	1.586	-4
Industrial	85	82	3
Postos de GNV	150	144	6
Geração Elétrica	2	2	-
Total	91.509	89.862	1.647

Evolução do número de clientes nos últimos 5 anos



Vendas de gás

O total das vendas médias diárias de gás natural atingiram 3.848 mil m³/dia, apresentando um aumento de +41% frente a 2023, quando somaram 2.729 mil m³/dia.

Em comparação com o ano anterior, destaca-se o aumento de 275% das vendas de Geração Elétrica, devido à redução dos níveis de reservatórios das hidroelétricas do Sudeste, aumentando o acionamento das termoeletricas no segundo semestre do ano. As vendas para esse mercado totalizaram 1.590 mil m³/dia.

Ainda frente a 2023, o mercado convencional apresentou redução de (-2,1%) das vendas.

Vendas (mil m³/dia)	2024	2023	Variação
Residencial	18,03	18,15	-0,7%
Comercial	14,11	14,06	+0,4%
Industrial	1.755,72	1.736,35	+1,1%
Postos de GNV	467,86	536,77	-12,8%
Total do mercado convencional	2.255,72	2.305,31	-2,2%
Geração Elétrica	1.590,55	424,32	+275%
Total	3.848,27	2.729,64	+41%

Evolução do volume de vendas nos últimos 5 anos



Serviço a Clientes

Em 2024 a CEG RIO buscou estar ainda mais próxima de seus clientes, ampliando e investindo na qualidade de atendimento em todos os seus canais de contato. Tudo com objetivo de oferecer um atendimento rápido, simples e de acordo com a necessidade dos diferentes perfis de cliente. Como fator-chave de sustentabilidade, a empresa atuou alinhada com os seguintes princípios de sua responsabilidade social corporativa:

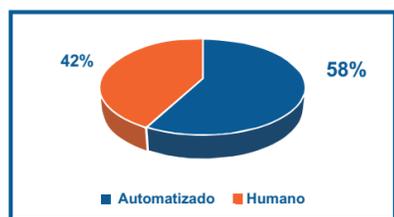
- Os clientes estão no centro do que fazemos;
- Tratamos os nossos clientes como gostaríamos de ser tratados;
- Gastamos de inovar para fazer o dia a dia mais fácil para nossos clientes.

Clientes que buscaram o atendimento

A CEG RIO coloca a disposição dos seus clientes um time de atendimento pronto para ouvir e atender as diferentes demandas. Essa operação registrou, ao longo do ano, um total de cerca de 150 mil contatos e houve uma queda de 2% no volume de reclamações, na comparação com o exercício anterior.

Digitalização do Atendimento

A Naturgy investiu em tecnologia para processamento de demandas de forma automática, buscando maior agilidade e eficiência no atendimento. Pelos canais de processamento automático, que não precisam de nenhuma intervenção humana, a empresa registrou 1,7 milhão de registros, representando 58% da demanda do atendimento.



No *Minha Naturgy*, portal de autoatendimento a web concentrou o maior volume de atendimentos automáticos, sendo 73% dos registros relacionados à consulta de fatura e outros 21% relacionados a pedidos de gás, troca de titularidade, parcelamento, cancelamento de contrato e religação do gás. O atendimento processado automaticamente pelo *bot* no *Whatsapp* também apresentou melhoria em sua *performance*, com incremento de 79% dos atendimentos processados de forma automática e sem a necessidade de intervenção de um especialista de atendimento.

O incremento do atendimento digital também trouxe desafios, tendo em vista o crescimento da proliferação de digitais em todo o país. A empresa emitiu alertas em todos os canais de atendimento, com intuito de conscientizar seus clientes sobre os cuidados a serem tomados ao realizar transações digitais. Também reforçou seus sistemas de segurança.

Ampliação do atendimento presencial

Atenta aos diversos perfis de clientes, sobretudo aqueles que ainda preferem o atendimento presencial, a empresa manteve suas agências próprias em Macaé e Campos.

Também manteve parceria com Correios para atendimento ao cliente. Por meio dessa iniciativa, aumentou sua capilaridade, dando ao cliente o benefício de obter atendimentos mais perto de sua casa. Por meio dessa parceria, a CEG RIO já conta com 32 lojas credenciadas dos Correios aptas a realizar atendimento ao cliente.

Regiões Atendidas:

Arraiol do Cabo, Angra dos Reis, Barra do Pirai, Barra Mansa, Cachoeira do Macacu, Cabo Frio, Macaé, Mangaratiba, Nova Friburgo, Paraitinga do Sul, Petrópolis, Porto Real, Resende, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Teresópolis, Três Rios e Volta Redonda.

Facilidade no pagamento da Fatura

Foram mantidos os serviços voltados para o pagamento da fatura, além da possibilidade de pagamento via Pix, que apresentou um incremento de 122% de clientes que optaram por essa modalidade, em relação ao exercício anterior.

A Companhia facilitou ainda mais o pagamento da dívida, que passou a poder ser negociado em até 24 vezes na conta de gás, condição que pode ser feita pelos canais digitais (Minha Naturgy, Chat e WhatsApp), sem necessidade de entrada para quem está fazendo a primeira negociação. Antes de efetuar a interrupção temporária do serviço por dívida, a empresa enviava mensagem informando do corte e, na visita, também oferece a possibilidade de o cliente pagar seus débitos na máquina de débito e, com isso, evitar o corte. Graças a esse projeto, a empresa reduziu em até 30% o corte por dívida.

Em todos os canais de atendimento a CEG RIO registrou 5.288 clientes que negociaram suas dívidas ao longo do ano de 2024. A empresa também participou ativamente de uma série de mutirões promovidos pelo Procon do Estado e dos diferentes municípios do Rio de Janeiro.

Diálogo com clientes:

A empresa também manteve o estreitamento de sua parceria com as instituições de amparo e defesa ao consumidor e melhorou os prazos de atendimento, participando de todos os mutirões organizados pelo Procon Estadual.

Por meio de uma parceria com o Procon do Estado do Rio de Janeiro, a Naturgy participou do "Expressinho" – iniciativa voltada para resolução de queixas dos consumidores. A empresa realizou atendimento semanal no Procon e formalizou uma série de acordos com clientes de forma satisfatória.

Experiência do Cliente

Graças aos diferentes canais de escuta ao cliente e como resultado das diferentes pesquisas realizadas ao longo do ano, mais de 168 procedimentos foram revistos. O objetivo foi tornar o atendimento cada vez mais simples, rápido e menos burocrático.

A empresa também criou dois novos serviços em seu site. Um com o passo a passo do processo de ligação de gás para residências, informando todos os itens que são verificados na primeira visita. E outro serviço em que o cliente inclui o seu número, o CPF ou ordem de serviço e consegue consultar o nome do técnico e a empresa que irá fazer atendimento na sua casa.

Na Ouiduría, identificou um total de 200 manifestações nas quais a Companhia buscou apurar as oportunidades de melhoria em seus processos internos e estabelecer um diálogo ágil e próximo com os clientes. A empresa conquistou a sua meta de dar uma primeira resposta no prazo de 4 horas para os clientes que buscaram esse canal. Também buscou o contato ativo com todos os clientes para completa análise de cada caso. Com isso, identificou um sensível aumento na satisfação dos consumidores junto a esse canal e encorrou o ano com nota de 9,3 de satisfação.

Por meio do *Reclame Aqui*, a CEG RIO registrou 178 manifestações que foram atendidas de forma satisfatória e fechou o ano com ótima reputação nesse canal, com os clientes declarando que retornariam a fazer negócio com a empresa.

Na agência reguladora (Agенера) foram registradas ao longo do ano 75 manifestações e todas atendidas dentro do prazo regulatório.

Desenvolvimento Responsável

Meio Ambiente, Segurança e Saúde

A Naturgy desenvolve suas atividades com foco na satisfação do cliente, com respeito ao meio ambiente e cuidando para que não haja danos à saúde ou à segurança do trabalhador.

Mantém um Sistema Integrado de Gestão de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, em conformidade com as normas internacionais ISO 9001:2015, ISO 14001:2015, ISO 45001:2018 e Organização Saudável, respectivamente.

A Companhia pauta suas ações visando garantir a prevenção de contaminação e o emprego das melhores técnicas disponíveis de controle e minimização dos riscos ambientais. Em 2024, passou por algumas auditorias, entre elas as Auditorias Interna e Externa do Sistema Integrado de Gestão – SIG, Auditoria Ambiental Legal e Auditoria Interna de Organização Saudável, quando foram identificados vários pontos fortes e inexistência de não conformidades maiores.

A sua atuação está focada na difusão entre seus colaboradores e prestadores de serviços das temáticas de segurança, saúde, meio ambiente, dentre outras, como valores éticos e *compliance*, por meio de treinamentos e campanhas de conscientização. Além dos treinamentos, a companhia dissemina temas de Saúde, Segurança e Meio Ambiente através de *Workshops*, Comitês de Segurança e Saúde e nível de direção com fornecedores contratados e Itinerários de Segurança que visam atingir os trabalhadores mais operacionais.

A Naturgy criou e mantém o *Portal Energia Parceira* que é um canal de consulta e participação para fornecedores contratados que visa influenciar e estimular as boas práticas em matéria de Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Além das postagens, o portal permite a criação de fóruns de discussão entre os contratados.

Com forte presença nas redes sociais, dissemina e estimula, para todos os públicos, a conscientização ambiental como, por exemplo, o incentivo ao uso de combustíveis mais limpos, como o GNV, bem como a reciclagem de resíduos. Além das publicações, a companhia mantém, em sua página web, *links* específicos para fornecedores e clientes, bem como mantém seus informes anuais e canais de participação e consulta disponíveis para acesso.

Reduzir as emissões de gases de efeito estufa é uma das principais preocupações e focos de atenção ambiental da companhia, por isso busca tornar seus processos e suas atividades cada vez mais eficientes e com baixas emissões. Uma das ações contínuas de mitigação de emissões adotada é a renovação da sua rede de distribuição de gás, substituindo o ferro fundido por polietileno, material mais eficiente e com menor fator de emissão.

Em termos de resultado concreto, entre 2015 e 2024, conseguiu uma redução significativa de consumo de papel e de água em seus centros de trabalho, mediante a adoção de impressoras inteligentes, lavagem de veículos da frota a seco, sensores e temporizadores em torneiras, digitalização de processos e campanhas de conscientização.

Em segurança e saúde, a certificação ISO 45001 demonstra que a Companhia tem um Sistema de Gestão que permite controlar perigos e riscos de doenças das partes interessadas que possam estar expostas aos eventos de Saúde e Segurança do Trabalho - SST, além de se comprometer com a melhoria contínua e as diretrizes do *Plano Compromisso com a Segurança e a Saúde*. O Plano foca em alguns pontos de atuação que alavancam e guiam a cultura interna: liderança, empregados, empresas colaboradoras, instalações e processos.

Em 2024 a Companhia realizou eventos periódicos sobre Segurança, Saúde e Meio Ambiente, com as empresas contratadas, fortalecendo ainda mais a cultura de Segurança e Saúde, e lançou a Campanha Movimento Seguro que abraçou ações internas e externas que impactaram positivamente as partes interessadas.

Para reforçar a cultura do Sistema Integrado de Gestão - SIG (Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente) de seus fornecedores, a Naturgy repetiu, em 2024, os chamados Itinerários SIG, que levaram informações aos trabalhadores mais operacionais das contratadas, nas sedes e locais de operação, além da realização dos *workshops* com os profissionais de segurança e saúde do trabalho destas empresas que tiveram a oportunidade de melhorar sua formação através de treinamentos com profissionais renomados do mercado, especialistas em segurança do trabalho. Os *workshops* permitiram a troca de experiências entre a companhia e os contratados.

Comprometida com a promoção de saúde integral e segurança, a Companhia implementa diversas ações para garantir o bem-estar de seus colaboradores e a sustentabilidade organizacional. É reconhecida por certificações como Organização Saudável, que se baseia em quatro pilares: Saúde e Segurança, Compromisso com a Comunidade, Estilo de Vida e Cultura de Bem-Estar, que promovem um equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

Através da área de Saúde e Bem-estar, as atividades que são realizadas, destacam-se programas voltados à saúde mental, como o Zenklub, que oferece sessões de psicoterapia *online*, e campanhas como Janeiro Branco e Setembro Amarelo com a Semana de Saúde Mental, que traz 5 palestras numa semana com temas diferentes, mas todo com foco na saúde mental.

Para promover a saúde física, a Naturgy disponibiliza programas como: exames de qualidade de vida no periódico, *check-up* para executivos, massoterapia, fisioterapia, ginástica laboral e realiza campanhas anuais de vacinação contra gripe. Também apoia tratamentos essenciais por meio de subsídios no programa medicamentos, além de oferecer o serviço de ambulância disponível no Rio de Janeiro. Ações preventivas através de comunicados recorrentes sobre saúde integral e campanhas educativas abrangem temas como saúde bucal, combate ao tabagismo e conscientização sobre obesidade e doenças cardiovasculares.

Essas ações refletem a visão integrativa da Naturgy sobre saúde e bem-estar, consolidando um ambiente de trabalho saudável, seguro e produtivo, que beneficia colaboradores, comunidades e a sustentabilidade do negócio.

Investimentos

Em 2024, os investimentos totais da Companhia foram de R\$ 47.465 mil, valor 8% superior ao total investido em 2023.

Esses investimentos foram utilizados na realização de obras para ampliação do fornecimento de gás – novas redes e infraestrutura de distribuição – e, ainda, para a melhoria, conservação e manutenção necessária à segurança da infraestrutura de distribuição existente, que é um dos mais importantes e essenciais compromissos assumidos na prestação de seu serviço.

A rede de distribuição de gás canalizado da região abastecida pela CEG RIO teve uma ampliação de 8,5 km frente a 2023, passando de 1.397 km para um total de 1.405 km de extensão em 2024.

A segurança é o objetivo prioritário desse trabalho, seguindo a linha de atuação da Companhia. Toda a rede está dentro de padrões internacionais de confiabilidade, com um sistema de detecção preventiva e de inspeção constante que mantém os índices de segurança de acordo com as mais eficientes referências internacionais.

Investimentos R\$ mil	2024	2023	Variação
Investimento total em redes	20.955	16.711	+25%
Investimentos tangíveis ¹	26.510	27.281	-3%
Total	47.465	43.992	+8%

¹ Máquinas / Equipamentos / ERM's / etc.

Vale destacar o crescimento dos investimentos no período pós-pandemia, demonstrando o compromisso da Companhia em ampliar o serviço de distribuição de gás, realizando investimentos que melhoram a infraestrutura na região de concessão da CEG RIO.

Evolução dos Investimentos Operacionais nos últimos 5 anos



Governança Regulatória e Jurídica

Regulação

Compromissos: Fornecedor de gás

Em 31 de outubro de 2023, foram celebrados contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras, com manutenção de quantidade diária contratual (QDC) para 2.400.000 m³/dia no período de 01/12/2023 a 31/12/2028, com redução para 1.632.000 m³/dia para o período de 01/01/2029 a 31/12/2034.

Ao longo de 2024 foram celebrados os seguintes aditamentos ao contrato de suprimento:

- Aditivos nº 1, celebrado em 31 de maio de 2024, instituiu um novo preço para a molécula de gás natural (11%), a ser aplicado entre o consumo de 60% e 105% da QDC, no período entre 01/06/2024 até 31/12/2025. Em contrapartida a essa redução, foi realizada contratação adicional de 135 mil m³/dia entre os anos de 2029 e 2034;

- Aditivos nº 2, celebrado em 28 de junho de 2024, instituiu a migração do cliente CSN ao mercado livre e reduziu-se a QDC em 1.390.000 m³/dia a partir de 01/07/24; e

- Aditivos nº 3, celebrado em 17 de dezembro de 2024, aos contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras, onde acordou-se um novo preço para a molécula de gás natural (10%), que será aplicado entre o consumo de 90% e 115% da QDC, no período entre 01/01/2025 e 31/12/2026.

Em 5 de julho de 2023, foi celebrado conjuntamente o termo de ajuste referente aos contratos firmados de compra e venda de gás natural entre a Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras e CEG RIO, assim como para o contrato entre a CEG RIO e a Termelétrica UTE Noratluminiense que possuem prazos de vigência previstos originalmente até 07/03/2024. Os citados contratos preveem cláusulas de *take-or-pay* e, por meio do referido termo de ajuste, as partes acordaram prazo adicional até 08/12/2024, para fins de recuperação do eventual saldo remanescente de quantidades pagas e não retiradas (QPNR). O montante remanescente ao final da vigência do contrato será quitado pela Petróbras e pela CEG RIO por meio de documentos de cobranças a serem emitidos pela CEG RIO e a Termelétrica Resgueminaense.

Revisão Tarifária - RTI

4ª Revisão Tarifária

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária 2018-2022), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/2018 e em 19/11/2018, foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, visando adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente.

Em 10 de março de 2021, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA realizou sessão regulatória pública, de forma *on-line*, para julgamento do processo referente à 4ª revisão quinquenal tarifária (quinquênio 2018-2022).

Em 24/03/21 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4/19/2021 com os resultados da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas da CEG RIO. A referida Deliberação impôs à Companhia uma redução de 84% em sua margem tarifária com vigência a partir de 01 de abril de 2021. Posteriormente, em 29/03/21, a AGENERSA publicou a suspensão dos efeitos e prazos da referida Deliberação. Em 14/06/21, a AGENERSA publicou sua decisão por manter os efeitos suspensos da referida Deliberação, reestabelecendo os prazos processuais, permitindo a interposição dos Embargos Declaratórios.

Em 12/04/2022 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4/2024, a qual nega provimento aos Embargos de Declaração interpostos pela Concessionária, mantendo a Deliberação AGENERSA nº 4/19/2021 e a suspensão de seus efeitos.

Tendo em vista a ação judicial anulatória n.º 0290848-46.2020.8.19.0001 que havia sido interposta pela Concessionária, em 2020, contra a AGENERSA, que visava anular Deliberações da Agência que davam interpretações equivocadas ao Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e, ainda, que a aplicação do Terceiro Termo Aditivo tinha impactos diretos na definição da 4ª revisão tarifária, as Concessionárias deram início a uma proposta de mediação do tema junto à AGENERSA e a Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Como resultado do processo de mediação, que durou mais de 01 (um) ano, as partes chegaram a um acordo equilibrado, com concessões mútuas e recíprocas, onde se definiu a aplicação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, inclusive, com a definição de que a outorga paga será considerada como ativo indenizável, cuja metodologia de pagamento será definida até o último ano da 5ª revisão tarifária.

Como consequência, em 14.11.2024, a AGENERS

Ceg Rio S.A.

CNPJ/MF Nº 01.695.370/0001-53



Prêmios, certificações e destaques

Em 2024 a Naturgy conquistou certificações e premiações externas em áreas-chave como Recursos Humanos, Comunicação e Serviço ao Cliente, reforçando a visibilidade de suas ações práticas em gestão de pessoas, compromisso com a diversidade, responsabilidade social, e excelência no atendimento. As certificações em recursos humanos validam os esforços da empresa em criar um ambiente de trabalho saudável e produtivo, enquanto os reconhecimentos nas demais áreas destacam a qualidade da comunicação interna, a experiência do cliente e o relacionamento transparente com os stakeholders. Esses prêmios não apenas reforçam a reputação institucional e a marca, mas também evidenciam o compromisso contínuo da Naturgy com a inovação, a excelência e o desenvolvimento sustentável de suas práticas empresariais.

Prêmio Ouro e Bronze da Associação Brasileira de Telesserviços (ABT)

Os casos "Naturgy há 25 anos conectando pessoas" e "Naturgy: Equidade e responsabilidade social na prática" receberam o troféu Ouro e Bronze, respectivamente, do Prêmio ABT. Esta é a maior premiação em relacionamento com o cliente no Brasil e tem como propósito reconhecer e divulgar as melhores práticas das organizações, transformando os vencedores em referência para o mercado. Esses prêmios demonstram a consistência das ações da Naturgy, tanto em diversidade e inclusão, quanto em resultados alcançados na campanha de comunicação junto aos colaboradores nos 25 anos da empresa no Brasil.

O case premiado com Ouro na categoria Campanha de Comunicação foi desenvolvido pela área em 2023, para ampliar o engajamento dos colaboradores e aumentar sua percepção de valor quanto aos projetos que a empresa vem desenvolvendo ao longo dos 25 anos de atuação no Brasil. O segundo case abordou o plano de diversidade da Naturgy, que materializa o compromisso de promover uma cultura inclusiva, a visão do interesse pelas pessoas e os resultados atingidos.

Prêmio Aberje Regional - categoria Diversidade e Inclusão

A Naturgy ganhou o prêmio regional da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) na categoria Diversidade e Inclusão, com o case "Empoderamento em Ação: Promovendo Equidade Feminina Através da Responsabilidade Social". O projeto destacou as ações da empresa voltadas para a promoção da inclusão e da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho e na sociedade. Diante da persistente desigualdade de gênero em diversos setores, a Naturgy implementou políticas para fortalecer a diversidade, com ênfase no aumento da participação feminina em áreas tradicionalmente dominadas por homens. Uma das iniciativas de maior impacto foi a reserva de 50% das vagas em seus programas de capacitação para mulheres. Essa medida tem contribuído para qualificar essas profissionais, ampliando sua representatividade e garantindo mais oportunidades em setores técnicos e estratégicos da empresa.

Prêmio Ser Humano - Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH)

Em novembro, a Naturgy participou do prêmio Ser Humano, iniciativa da ABRH para valorizar as melhores iniciativas em gestão de pessoas dentro e fora das organizações, assim como de estímulos ao pensamento criativo e de novos talentos.

A Escola da Felicidade ficou entre os três primeiros colocados da categoria Case Organizacional/Mídia Organização, modalidade Desenvolvimento. A iniciativa da Naturgy, implantada em 2024, é um espaço dedicado a programas, tendências, ferramentas e melhores práticas para impulsionar o desenvolvimento de habilidades e competências do colaborador. O Prêmio Ser Humano é concedido, anualmente, aos profissionais e às organizações do setor público e privado, cujas práticas inovadoras tenham alcançado significativos resultados quantitativos e qualitativos e que possam ser consideradas uma referência no mercado.

Prêmio Smart Customer 2024

A Naturgy foi premiada com o Ouro na categoria Gestão de Riscos e Crise, e Prata, na categoria Responsabilidade Social e Diversidade, do Prêmio Smart Customer 2024. O case que obteve o 1º lugar, "Gestão End to End", destaca as medidas inovadoras que a empresa implementou para aprimorar a experiência do cliente em situações de reclamação. A empresa construiu uma célula especializada no tratamento dos casos de ponta a ponta com soluções de forma funcional, rápida, com empatia e cuidado. E ainda processos para eliminar pontos de atrito, reduzir entradas e melhorar a nota de satisfação do cliente, que atingiu recorde neste último ano.

Na categoria Responsabilidade Social e Diversidade, o case "Naturgy: Equidade e responsabilidade social na prática" ressalta as iniciativas para promover a equidade de gênero e o desenvolvimento social nas comunidades onde a Naturgy atua. Duas áreas da empresa se reuniram para elaborar o case premiado: Comunicação, Relações Institucionais e ESG e a área de Pessoas e Organização. Na Naturgy, 70% da diretoria é composta por mulheres. O compromisso começa dentro da empresa e também atinge parte da população. Desde o ano passado, as turmas de cursos profissionalizantes que a Naturgy apia têm como premissa inscrições com 50% de mulheres.

Prêmio Ouidórios Brasil

O Canal do Síndico, da Ouvidoria da Naturgy, meio criado para atuação de forma proativa em casos de interrupção do serviço de gás, foi o caso ganhador do Prêmio Ouvidórios Brasil 2023 e recebeu, em 2024, o troféu Azul da Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente.

Desde que o Canal do Síndico foi criado, para orientar e efetuar uma comunicação mais rápida com clientes e evitar reclamações, a Naturgy já atendeu de forma personalizada 1.478 síndicos de prédios que tiveram o fornecimento interrompido e que afetaram mais de 30 mil imóveis. Com isso, houve uma redução de reclamações e a nota média de satisfação dos clientes atendidos foi 4,8 (numa escala de 0 a 5).

Prêmio Ouro da Associação Brasileira de Marketing de Dados

A área de Serviços de Atendimento ao Cliente recebeu o Prêmio Ouro da Associação Brasileira de Marketing de Dados (ABEMD) na categoria call center e experiência do cliente. O case vencedor "Naturgy, atendimento de primeira", descreve a trajetória de melhorias de processos que resultou no incremento do indicador FCR (*First Call Resolution*/ Resolução no Primeiro Contato) de 72% para 79%, indicador que reflete na melhoria na solução dos casos e, consequentemente, na satisfação dos nossos clientes.

A Naturgy ampliou as opções de canais de atendimento e estudou oportunidades de melhorias de processos e procedimentos, de modo a garantir que todos os canais atendessem todas as demandas, mantendo a eficiência e evitando a necessidade de troca de canal. Os processos foram aprimorados para solucionar os casos no primeiro contato. Em sua 30ª edição, a iniciativa reconhece cases que impulsionam a transformação do mercado, valorizando projetos que entregam resultados e aprimoram o relacionamento com o cliente.

Melhor Distribuidora - Prêmio Os Melhores do Ano

A Naturgy recebeu o título de Melhor Distribuidora de Gás Natural Veicular durante a 9ª edição do Prêmio Os Melhores do Ano do Setor de Reparação Automotiva, promovido pelo Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Rio de Janeiro (Sindirepa).

Apontado como o maior reconhecimento do setor automotivo, o evento reuniu empresários, representantes de grandes indústrias e lideranças da cadeia produtiva, consolidando sua importância na valorização das boas práticas no mercado. A Naturgy também foi homenageada por sua contribuição estratégica ao setor de reparação automotiva, evidenciando seu papel como parceira essencial na busca por inovação, sustentabilidade e fortalecimento da indústria fluminense. Esse reconhecimento reflete o compromisso da empresa em oferecer soluções energéticas eficientes e contribuir para o avanço da indústria automotiva no Brasil.

* CERTIFICAÇÕES

Top Employers 2024

Pelo sétimo ano consecutivo, a Naturgy Brasil é reconhecida como uma das melhores empregadoras do mundo, com destaque para suas práticas eficientes na gestão de pessoas. Em 2024, o Top Employers Institute reconheceu 71 empresas brasileiras que fazem parte de um grupo de 2.200 organizações de 122 países. As empresas foram avaliadas pelo Instituto em 20 itens, tais como gestão de pessoas, liderança, sustentabilidade, RH, digital, marca empregadora, carreira, onboarding, aprendizado, ética, engajamento e diversidade. O Top Employers Institute é a principal certificadora global especializada no reconhecimento da excelência em políticas e práticas em gestão de pessoas. Fundado há mais de 30 anos, já certificou diversas organizações, impactando positivamente a vida de mais de 9,5 milhões de trabalhadores em todo o mundo.

Selo Empresa Amiga da Mulher

O governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio das secretarias da Mulher e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Serviços, concedeu à Naturgy o Selo Empresa Amiga da Mulher. A Naturgy foi reconhecida na categoria Ouro, como empresa que demonstra compromisso com a promoção e defesa dos direitos das mulheres.

O selo foi atribuído a 31 empresas após uma comissão analisar 12 requisitos, incluindo o ambiente de trabalho, que deve prezar pela saúde, integridade física, emocional e dignidade da mulher. O selo está classificado em três categorias: bronze para empresas que atingiram acima de 50% dos requisitos solicitados; prata para aquelas que preencheram mais de 70% dos requisitos; e ouro para as que atingiram acima de 90% dos requisitos.

EFR Global

A Naturgy foi reconhecida, em Madri (Espanha), por ser a primeira empresa do mundo certificada na Norma Global 1000/23 Empresa Familiarmente Reconhecida (EFR) e pela Associação Espanhola de Normalização e Certificação (AENOR). A empresa vem mantendo o compromisso com uma gestão eficiente de pessoas que promovem a conciliação, nos 10 anos que vem recebendo o selo.

A certificação EFR reconhece a Companhia como líder internacional na qualidade de emprego, flexibilidade e estímulo à vida social dos colaboradores, bem como à sua formação e ao seu desenvolvimento profissional. Ao longo dos anos, a empresa evoluiu no critério de empresa proativa por promover, de forma ativa, políticas e práticas que ajudam a manter o equilíbrio pessoal, profissional e familiar.

Organização Saudável

A Naturgy evoluiu no compromisso com a saúde e segurança, consolidando-se como uma

Organização Saudável. A empresa tem fortalecido a cada ano os pilares que sustentam a evolução do seu compromisso com a saúde e segurança: Saúde e Segurança para as pessoas da organização, Cultura focada no bem-estar da organização, Estilo de vida e Compromisso com a Comunidade.

SIG – Sistema Integrado de gestão

A auditoria externa do Sistema Integrado de Gestão da Naturgy foi concluída com a empresa TÜV Rheinland Ibérica, que avaliou durante sete dias as atividades e os processos da Naturgy quanto à eficácia do atendimento aos requisitos das normas ISO9001; ISO14001 e ISO45001, além do modelo de organização saudável.

A auditoria concluiu que a Companhia tem um sistema de gestão maduro e destacou a seriedade e a transparência dos colaboradores. Como ponto forte, apontou o fato de cada área da Naturgy manter sua própria planilha de necessidades e expectativas das partes interessadas.

RANKINGS

Revista Época Negócios

A revista Época Negócios traz, no seu anuário 360°, a classificação das 500 Maiores empresas, onde a Naturgy (CEG RIO) ocupa o 366º lugar.

1000 Maiores Empresas - Jornal Valor Econômico

O anuário Revista Valor 1000 Maiores Empresas, do jornal Valor Econômico, em sua Classificação Geral, coloca a Naturgy (CEG RIO) na 355ª posição.

Maiores & Melhores 2024

O anuário Exame - Maiores & Melhores 2024 relaciona a 1.000 empresas com os melhores desempenhos econômicos no País. Na listagem, a Naturgy (CEG RIO) ocupa o 332º lugar. O ranking também é publicado no portal Exame Online. A presença das empresas em rankings empresariais de renome fortalece a confiança e a credibilidade do Grupo perante o público e o mercado.

Acionistas e auditores independentes

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia estava representado por 1.995.022.625 ações (865.007.548 ordinárias e 1.130.015.076 preferenciais), todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionista	Quantidade de Ações (1.995.022.625)*		Capital Social (%)	Quantidade de Ações (%)	
	Ordinárias	Preferenciais		Capital Votante (Ordinárias)	Preferenciais
Naturgy (Grupo)	468.575.702	720.345.159	59,59	70,46	54,2
Naturgy Distribuição Latinoamérica S/A	468.575.701	720.345.159	59,59	70,46	54,2
Naturgy Energy Group AS	1	0	0	0	0
Pluspetrol Energy AS	22.256.472	37.594.206	3	3,35	2,8
Commit**	174.175.374	572.075.712	37,41	26,19	43
Total	665.007.548	1.330.015.077	100	100	100

*Não estão computadas as 19 ações preferenciais em poder de pessoas físicas ex-Conselheiros de Administração.

**anteriormente denominada Gaspetro.

Ao longo de 2024, não houve alteração no quadro de acionistas da Companhia.

Auditores Independentes

A Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") para a realização de serviços de auditoria independente relativamente aos exercícios sociais de 2021 a 2024. A Companhia não possui sociedades por ela controladas.

Nossos auditores independentes não prestaram serviços que não sejam de auditoria durante a vigência do contrato de auditoria. Neste sentido, inexistiram questões de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes, questões essas que são avaliadas pelos nossos órgãos de governança antes de qualquer contratação para novos serviços.

O valor anual contratado pelos serviços de auditoria independente prestados pela KPMG à CEG RIO perfaz o valor de R\$ 335.309,00, acrescido de impostos, sendo R\$ 324.323,00 referente aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e R\$ 10.986,00 referente à elaboração de relatório e parecer atestando a conformidade dos valores recolhidos à AGENERSA referentes à Taxa de Regulação.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023					
(Em milhares de reais)					
Ativo Circulante	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido Circulante	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	441.775	463.991	Fornecedores (Nota 13)	136.887	309.615
Contas a receber de clientes (Nota 7)	155.535	243.554	Obrigações por Arrendamento (Nota 12.2)	95	-
Tributos a recuperar (Nota 8)	70.951	53.744	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	131.118	180.810
Despesas antecipadas	1.504	1.463	Tributos a recolher (Nota 15)	7.678	14.775
Outros ativos	2.437	2.308	Imposto de renda e Contribuição Social a pagar (Nota 15)	10.937	8.364
	672.202	765.060	Dividendos e JCP a pagar (Nota 10)	44.355	56.241
			Demais contas a pagar	1.783	712
				332.853	570.517
Não circulante			Não circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 7)	936	683	Obrigações por Arrendamento (Nota 12.2)	135	-
Tributos a recuperar (Nota 8)	138.209	179.190	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	149.865	189.226
Depósitos judiciais	3.540	3.756	Provisão para contingências (Nota 17)	31.993	26.428
Ativos fiscais diferidos (Nota 9)	30.961	26.282	Obrigações setoriais (Nota 8)	232.853	218.632
Outros ativos	18	18		414.846	434.286
	173.664	209.929		747.699	1.004.803
Intangível (Nota 11)	602.692	602.193	Total do passivo	224.186	224.186
Direito de uso (Nota 12.1)	220	-	Patrimônio líquido (Nota 16)		
	776.576	812.122	Capital social	91	91
Total do ativo	1.448.778	1.557.182	Reserva de capital	96	96
			Reservas de lucros	476.802	348.102
			Total do patrimônio líquido	701.079	572.379
			Total do passivo e patrimônio líquido	1.448.778	1.577.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)			
	2024	2023	
Receita líquida (Nota 19)	2.717.519	3.170.148	
Custo do serviço prestado (Nota 20)	(2.372.710)	(2.791.383)	
Lucro bruto	344.809	378.765	
Despesas de vendas (Nota 22)	(13.556)	(3.802)	
Despesas administrativas e gerais (Nota 22)	(68.661)	(51.291)	
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 23)	(3.292)	(5.146)	
Lucro operacional	259.300	318.526	
Receitas financeiras	57.103	69.449	
Despesas financeiras	(59.870)	(66.818)	
Resultado financeiro, líquido (Nota 24)	(2.767)	2.631	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	256.533	321.157	
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Nota 15.b)	(83.792)	(92.631)	
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 15.b)	4.679	(3.560)	
Lucro líquido do exercício	177.420	224.966	
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações (em R\$)	0,08893	0,11276	
			A Diretoria

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Em milhares de reais)			
	2024	2023	
Lucro líquido do exercício	177.420	224.966	
Total do resultado abrangente do exercício	177.420	224.966	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Valores expressos em milhares de reais)			
	2024	2023	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	256.533	321.157	
Ajustes			
Amortizações do intangível	42.482	41.594	
Amortização – direito de uso	58	-	
Provisão (reversão) para contingências	5.565	(4.181)	
Juros provisionados e não pagos	43.568	52.283	
Custos de empréstimos amortizados no período	1.004	(1.599)	
Juros sobre arrendamentos	20	-	
Atualização monetária sobre depósito judicial	271	(171)	
Provisão para perdas de crédito esperadas	8.993	(3.386)	
Lucro antes dos impostos ajustado	358.494	405.707	
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	78.773	26.483	
Tributos a recuperar e diferidos	23.774	64.318	
Outros ativos	(225)	(780)	
Fornecedores	(172.728)	(15.544)	
Tributos a recolher	(8.492)	7.658	
Outros passivos	15.253	15.452	
Caixa proveniente das operações	294.889	503.294	
Juros pagos sobre empréstimos	(43.625)	(49.296)	
Juros pagos sobre arrendamentos	(18)	-	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(79.824)	(100.731)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	171.422	353.267	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições do intangível	(42.981)	(39.238)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(42.981)	(39.238)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização principal sobre empréstimos	(90.000)	-	
Amortização principal sobre arrendamento	(50)	-	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(60.607)	(174.241)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(150.657)	(174.241)	
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(22.216)	139.788	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	463.991	324.203	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	441.775	463.991	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023									
(Em milhares de reais)									
	Reserva de capital		Reserva de lucros			Dividendo			
	Capital social	Incentivos fiscais	Expansão	Legal	Especial	Adicional proposto	Lucros acumulados	Total	
Em 1º de janeiro de 2023	224.186	91	85.163	44.837	53.692	126.393	-	534.362	
Pagamento de dividendos (aprovados conf. AGOE abril/2023)	-	-	-	-	-	(126.393)	-	(126.393)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	224.966	224.966	
Destinação do lucro:									
Juros sobre o capital próprio (R\$ 14,4169 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(28.762)	(28.762)	
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 15,9367 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(31.794)	(31.794)	
Destinação de resultado a definir em AGOE	-	-	-	-	-	164.410	(164.410)	-	
Em 31 de dezembro de 2023	224.186	91	85.163	44.837	53.692	164.410	-	572.379	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	177.420	177.420	
Destinação do lucro:									
Juros sobre o capital próprio (R\$ 14,5865 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(29.100)	(29.100)	
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 9,8343 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(19.620)	(19.620)	
Destinação de resultado a definir em AGOE	-	-	-	-	-	128.700	(128.700)	-	
Em 31 de dezembro de 2024	224.186	91	85.163	44.837	53.692	293.110	-	701.079	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional

A CEG RIO S.A. (a "Companhia" ou "CEG RIO") é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo ou origem, fora da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todas as atividades correlatas, compatíveis com a natureza do serviço de distribuição de gás.

A concessão abrange todo o Estado do Rio de Janeiro tem o prazo de 30 anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 finalizando, portanto, em julho de 2027, prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período e por uma única vez.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, a Companhia possuía o prazo de até 36 meses, antes do vencimento do contrato, para apresentar seu requerimento de prorrogação, o que foi feito no dia 18/07/2024. A Companhia está acompanhando o desenvolvimento do tema na Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenersa) e junto ao Poder Concedente.

A área de concessão da CEG RIO inclui as regiões Norte-Fluminense, Noroeste-Fluminense, Baixada Litorânea, Serra, Médio Paraíba, Centro-Sul e a Baía da Ilha Grande, todas no Estado do Rio de Janeiro.

De

Ceg Rio S.A.

CNPJ/MF Nº 01.695.370/0001-53



2.5. Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for superior ao prazo de validade das contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão é revisada inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas e reconhecidas na contabilidade.

2.6. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

2.7. Ativos intangíveis

i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão; e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrada à base de cálculo da tarifa de prestação de serviços. O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Após o fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes da infraestrutura. Anualmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos de software reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

iii) Serviço de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade separadora de caixa é o maior entre o valor justo líquido e o valor líquido de venda.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é registrada em contrapartida.

Como resultado dessa avaliação, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11. Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais e decorrentes das estimativas de compras de gás para fornecimento às térmicas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; e provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver incertezas quanto a tais custos, a probabilidade de liquidação é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (resultado fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.13. Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.14. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, e calculados com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado e deve ser aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.15. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando esta pode ser mensurada com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho. O plano de Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente por meio de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

b) Receita de Prestação de Serviço de Distribuição

A receita decorrente do serviço de distribuição de gás (Acesso de Terceiros à Rede - ATR) é reconhecida pelo volume de gás medido pela Petrobras aplicando-se a margem da Distribuidora considerando que a aquisição do gás é negociada de forma direta e o cliente remunera a Companhia pela movimentação do gás.

c) Serviço de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custos dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não foram aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis. As normas analisadas pela Companhia foram:

a) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultados, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontínuas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.
- As entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa a apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.
- A Companhia está em processo de avaliação do impacto do novo padrão nas respectivas demonstrações financeiras.
- Outras Normas Contábeis.
- Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.
 - CPC 40/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros
 - CPC 02/IAS 21 - Ausência de conversibilidade.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Em base em suas premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, a receita está estimada nas condições em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 49.037 (R\$ 72.516 em 31 de dezembro de 2023).

b) Provisão para perdas de crédito esperadas

A Companhia efetua um estudo de sua carteira de clientes e registra uma estimativa que representa sua expectativa de inadimplência possíveis ao longo da vida esperada a incorrer para os créditos das contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente no percentual médio de perda histórica observado pela Companhia nos últimos anos. A composição dos vencimentos e as movimentações estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

c) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a saídas de recursos decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

A base da avaliação da incerteza encontra-se divulgada na nota explicativa nº 17.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o eventual aumento/redução dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar norte-americano, oscilações atenuadas na margem de contribuição estipulada são revistas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexados à moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos e contratação de serviços em moeda estrangeira (Euro). Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

ii) Risco com taxa de juros

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

As regras relativas às vendas da Companhia consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota explicativa nº 7. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalentes de caixa em bancos de primeira linha.

Em relação às contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 89.862 clientes do segmento residencial, comercial, industrial, veicular e geração elétrica, porém existe a concentração/dependência do segmento industrial tendo como principal fonte de receita um único cliente, cujo volume faturado representa aproximadamente 52% (52% em 2023) do total sem considerar as térmicas (mercado convencional).

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está inferior ao ativo circulante no montante de R\$339.349 em 31 de dezembro de 2024 (R\$194.543 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao funcionamento de uma provisão para perdas de crédito esperadas e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024			
Empréstimos e financiamentos	138.647	177.547	-
Fornecedores	136.887	-	-
Demais contas a pagar	1.783	-	-
Obrigações de arrendamento	101	161	-
Em 31 de dezembro de 2023			
Empréstimos e financiamentos	193.212	133.520	110.496
Fornecedores	309.615	-	-
Demais contas a pagar	712	-	-

Observações:

- Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.
- As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma e, sim, baseadas em uma opção da Administração.
- A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI (somente financiamento). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava uma dívida líquida negativa de R\$160.792 (R\$93.955 em 31 de dezembro de 2023), representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 31 de dezembro de 2024, indicava uma taxa SELIC em 14,75%. Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Operação			
Tarifa mensal do CDI em 31/12/2024 - %	11,71	11,71	11,71
Dívida líquida - bancos	(160.792)	(160.792)	(160.792)
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2024 - %	14,75	18,44	22,13
Despesa financeira	(4.824)	(10.757)	(16.690)
IR e CS	1.640	3.657	5.675
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	(3.184)	(7.100)	(11.015)
4.2. Gestão de capital			
O objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.			
A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo total de capital próprio e de terceiros. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O patrimônio total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, e da dívida líquida.			
Os Índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumarizados:			
	2024	2023	
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	280.983	370.036	
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(441.775)	(463.991)	
Dívida líquida	(160.792)	(93.955)	
Total do patrimônio líquido	701.079	572.379	
Total do capital próprio e de terceiros	540.287	478.424	
Índice de alavancagem financeira - %	(30%)	(20%)	
4.3. Instrumentos financeiros			
Identificação e valorização dos instrumentos financeiros			
a) A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap. Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.			
Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.			
Também são revisitos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do <i> hedge </i> das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.			
O Conselho de Administração supervisiona e aprova as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.			
Instrumentos financeiros por categoria			
a) A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.			
Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:			
• Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.			
• Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.			
• Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.			
Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.			
Apresentamos, a seguir, os principais instrumentos financeiros classificados por categoria:			
	2024	2023	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	441.775	463.991	
Contas a receber de clientes	242.010	244.237	
Outros ativos	2.437	2.308	
	<u>686.222</u>	<u>710.536</u>	
	2024	2023	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	280.983	370.036	
Dividendos e JCP a pagar	44.355	56.241	
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	138.765	130.327	
	<u>464.103</u>	<u>556.604</u>	
	2024	2023	
Os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:			
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
	Instrumentos		Instrumentos
Empréstimos e financiamentos	280.983	280.983	370.036
Dividendos e JCP a pagar	44.355	44.355	56.241
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	138.765	138.765	130.327
	<u>464.103</u>	<u>464.103</u>	<u>556.604</u>
	2024	2023	
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e bancos	27.354	91.404	
Aplicações financeiras (CDBs)	414.421	372.587	
	<u>441.775</u>	<u>463.991</u>	
As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no preço.			
Aplicações financeiras realizadas nos Bancos Santander e Bradesco referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100,3% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (102,2% do CDI em 31 de dezembro de 2023).			
7. Contas a receber de clientes			
Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), vendas de serviços e de equipamentos, como demonstrado a seguir:			
	2024	2023	
Consumidores de gás e serviços			
Faturado	192.973	248.231	
Não faturado	49.037	72.516	
Venda de equipamentos e serviços	-	-	36
	242.010	320.783	
Provisão para perdas de crédito esperadas	(85.539)	(76.546)	
Total de contas a receber	156.471	244.237	
Circulante	155.535	243.524	
Não circulante (a)	936	683	

a) Refêr-se ao parcelamento de cliente acima de 12 meses.

Ceg Rio S.A.

CNPJ/MF Nº 01.695.370/0001-53



A composição dos bens incluídos na conta de contrato de concessão está apresentada a seguir:

	Rede de gás	Máquinas e equipamentos	Outros	Total em operação	Imobilizado em andamento (d)	Total
Saldos em 1º/01/2023	436.871	58.205	4,96	499.772	27.830	527.602
Aquisição	-	9.840	89	9.929	28.541	38.470
Transferência para imobilizado em operação	12.338	-	-	12.338	(12.338)	-
Amortização	(17.896)	(5.600)	(203)	(23.699)	-	(23.699)
Saldos em 31/12/2023	431.313	62.445	4.582	498.340	44.033	542.373
Custo total	649.707	115.066	8.475	773.248	44.033	817.281
Amortização acumulada	(218.394)	(52.621)	(3.893)	(274.908)	-	(274.908)
Valor residual	431.313	62.445	4.582	498.340	44.033	542.373
Saldos em 1º/01/2024	431.313	62.445	4.582	498.340	44.033	542.373
Aquisição	-	12.148	356	12.504	30.368	42.872
Transferência para imobilizado em operação	593	-	-	593	(593)	-
Amortização	(18.108)	(6.197)	(266)	(24.571)	-	(24.571)
Saldos em 31/12/2024	413.798	68.396	4.672	486.866	73.808	560.674
Custo total	650.300	127.214	8.831	786.345	73.808	860.153
Amortização acumulada	(236.502)	(68.818)	(4.159)	(299.479)	-	(299.479)
Valor residual	413.798	68.396	4.672	486.866	73.808	560.674
Taxas anuais de amortização (em anos)	30	10 e 20	Diversas	-	-	-

(c) Encontram-se aglutinadas as classes de veículos, móveis e utensílios, terrenos, benfeitorias e hardware, os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 38 (R\$42 em 31 de dezembro de 2023) à taxa média de 11,25% (15,10% em 31 de dezembro de 2023).

(d) Imobilizado em andamento referem-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

12. Obrigações por arrendamento
 A Companhia possui ativos em arrendamento referentes às edificações. O prazo de arrendamento de edificações varia entre um (superior a um e inferior a dois) e quatro anos. A tabela abaixo evidencia o prazo e sua respectiva taxa:

Contratos por prazo e taxa de desconto	Taxa % a.a.
Superior a 1 ano até 4 anos	11,45

A Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e o respectivo passivo de arrendamento.
 O saldo de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 são de R\$ 220 no ativo e R\$ 230 no passivo, sem apresentar saldo para o período comparativo, conforme aplicação do CPC 06 (R2) Arrendamentos.

12.1. Ativo de direito de uso
 As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Saldo final 31/12/2023	Adições	Amorti-zações	Saldo final 31/12/2024	Prazo médio contratual (anos)
Edificações	-	278	(58)	220	2,5
Total - ativo de direito de uso	-	278	(58)	220	-

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

Em moeda nacional	Indexadores	Data da Operação	Vencimento	Lc (*)	2024	2023
Banco Safra	CDI+2,10%	04/03/2022	21/02/2025	100%	121.758	-
Banco Mizuho	CDI+1,85%	07/07/2023	07/07/2026	100%	5.254	79.845
Banco Itaú	CDI+2,10%	02/12/2021	02/12/2024	100%	4.106	70.020
Banco Santander	CDI+1,50%	01/07/2024	01/07/2026	100%	(a)	-
					131.118	149.865

(a) A operação de empréstimos foi repactuada durante o exercício de 2024. O empréstimo renegotiado não teve modificações substanciais em seus termos que resultasse no desconhecimento da dívida. Dessa forma, a Companhia recalculou o custo amortizado dos empréstimos considerando o valor presente dos fluxos de caixa contratuais futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do empréstimo, reconhecendo no resultado o montante de R\$ 613 referente a perda decorrente da modificação dos termos da dívida.
 Lc - Linha de crédito.

(*) Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	2024	2023
2025	-	108.807
2026	149.865	80.419
	149.865	189.226

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 20.000 com vencimento em um ano, revisadas em diferentes datas durante o ano.
Mapa de movimentação dos empréstimos

	2024	2023
Saldo inicial	370.038	368.638
Pagamento do principal	(90.000)	-
Encargo provisionado	43.568	52.293
Encargo pago	(43.625)	(49.296)
Custos amortizados no exercício	1.004	(1.599)
Saldo final	280.983	370.038

15. Tributos a recolher
 a) Composição do saldo

	2024	2023
Imposto de renda a pagar	7.537	6.969
Contribuição social a pagar (a)	3.400	1.395
ICMS (b)	2.006	9.927
PIS e COFINS	1.500	826
Taxa Agência Reguladora	596	1.392
ISS	2.044	1.479
Outros	1.532	1.151
	18.615	23.139

(a) A redução em 2023 deve-se ao saldo credor de CSSL de períodos anteriores que foram compensados no ano de 2023.
 (b) Devido à redução do fornecimento de gás, combinado com a utilização de créditos fiscais em 2024, o ICMS está menor em relação ao período comparativo.

b) Reconciliação do benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	256.533	256.533
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(64.133)	(23.088)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	7.275	2.619
Adições permanentes	(1.332)	(478)
Outros	24	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(58.166)	(20.947)
Imposto corrente	(61.606)	(22.186)
Imposto diferido	3.440	1.239
	(58.166)	(20.947)
Alíquota efetiva	23%	8%

16. Patrimônio líquido
 a) Capital social
 Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social de R\$224.186 está representado por 1.995.023 ações, sendo 665.008 ordinárias e 1.330.015 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações			
	Ordinárias	%		Preferenciais
Residentes no exterior:				
Puspelnet Energy Sociedad Anónima	22.257	3%	37.584	3%
Naturgy Distribuição Latinoamérca S.A.	468.576	71%	720.345	54%
Residentes no país:				
Commit Gás	174.175	26%	572.076	43%
	665.008	100%	1.330.015	100%

As ações ordinárias têm direito a voto nas Assembleias Gerais e as ações preferenciais, apesar de não terem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital de acordo com o Estatuto.
 O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio
 De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	2024	2023
Lucro líquido	177.420	224.966
Constituição da reserva legal	-	-
Base de cálculo dos dividendos	177.420	224.966
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	44.355	56.241
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio (bruto)	29.100	28.762
Dividendos a pagar	19.620	31.794
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	27%	27%

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de dezembro de 2024 aprovou a redistribuição do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$224.966 da seguinte forma: R\$28.762 a título de JCP (R\$28.052 em 31 de dezembro de 2022) que líquido de impostos representa R\$24.448, R\$31.794 na forma de dividendos complementares ao mínimo obrigatório (R\$19.689 em 31 de dezembro de 2022), sendo pago em 25 de julho e 16 de dezembro de 2024 respectivamente. Adicionalmente, foram destinados à constituição de reserva de dividendos adicionais propostos o montante de R\$164.410 (R\$126.393 em 31 de dezembro de 2022) com sua manutenção até deliberação definitiva por parte dos acionistas.
 A Assembleia Geral Extraordinária supramencionada aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) no valor de R\$29.100, que líquido de impostos representam R\$24.735, cujo pagamento será efetuado em parcela única no dia 30 de julho de 2025.
 O dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$19.620, foi registrado de forma a atender o disposto no Estatuto da Companhia que estabelece uma distribuição mínima de 25% (vinte e cinco por cento)

12.2. Obrigações por arrendamento
 As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 31/12/2023	Adições em 2024	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2024
Edificações	-	278	20	(50)	(18)	230
Total - passivo de arrendamento	-	278	20	(50)	(18)	230

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Saldo final 31/12/2024
Edificações (*)	Fixa	11,45	95	135	230
Total - obrigação por arrendamento	-	-	95	135	230

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nesses últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2025	Janeiro de 2026 a dezembro de 2027	Valores nominais	Valor presente
Edificações	101	161	262	230
Total	101	161	262	230

Em 31 de dezembro de 2024, as despesas de depreciação para os contratos acima foram de R\$58 e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 20.

13. Fornecedores

	2024	2023
De gás (a)	117.270	290.481
De materiais	5.030	2.053
De serviços	14.587	17.101
	136.887	309.615

(a) A Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o contrato celebrado entre as partes em 30 de outubro de 2023 com vigência até 31 de dezembro de 2034.

14. Empréstimos e financiamentos

	2024	2023
Linhas de crédito	280.983	370.036
Circulante	280.983	370.036
Não circulante	131.118	180.810
	149.865	189.226
	280.983	370.036

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de desenvolvimento de infraestrutura e distribuição de gás para novos municípios.
 Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas.
 O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores contábeis baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados à taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

Nos referidos Contratos, a CEG RIO se compromete a partir de 01/12/2023:

- Retirar da Petróbras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do referido mês, corresponda a 90% da QDC - compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM); e
- Retirar da Petróbras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade do referido mês, correspondente a 100% da QDC.

Em 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$10.305 referentes a pagamentos de encargos de capacidade para o período de competência de janeiro a novembro de 2024.
 Em 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$12.025 referente ao volume de 5.813.667 m³ de gás pago e não retirado, decorrente do compromisso de Retirada Mínima Mensal (RMM) no período de janeiro a novembro de 2024 dos contratos firmados.
 Todo o volume pago de Retirada Mínima Mensal (RMM), competência janeiro a novembro de 2024, foi recuperado ainda no ano de 2024.
 Em 31 de maio de 2024, foram celebrados aditivos aos contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras, onde acordou-se um novo preço para a molécula de gás natural (11%), que será aplicado entre o consumo de 80% e 105% da QDC, no período entre 01/06/2024 até 31/12/2025. E em contrapartida a essa redução, foi realizada contratação adicional de 135 mil m³/dia entre os anos de 2029 e 2034.
 Em 28 de julho de 2024, foram celebrados aditivos aos contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras, onde se migrava o cliente CSN ao mercado livre, reduziu-se a QDC em 1.390.000 m³/dia a partir de 01/07/24.
 Em 17 de dezembro de 2024, foram celebrados aditivos aos contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras, onde acordou-se um novo preço para a molécula de gás natural (10%), que será aplicado entre o consumo de 90% e 115% da QDC, no período entre 01/01/2025 até 31/12/2026.
 Em 5 de julho de 2023, foi celebrado conjuntamente o termo de ajuste referente aos contratos firmados de compra e venda de gás natural entre a Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras e Ceg Rio, assim como para o contrato entre a Ceg Rio e a Termétrica que possuem prazos de vigências previstos originalmente até 07/03/2024. Os citados contratos preveem cláusulas de take-or-pay e, por meio do referido termo de ajuste, as partes acordaram prazo adicional até 08/12/2024, para fins de recuperação do saldo remanescente de pagamentos pagas e não retiradas (QPNR), que foram integralmente recuperados ao longo de 2024.

19. Receita líquida
 A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2024	2023
Venda de gás (a)	3.091.647	3.700.067
Serviço de distribuição (ATR) (b)	99.052	10.995
Contratos de construção	34.783	33.295
Outras receitas	1.368	1.090
Total receita bruta	3.226.850	3.745.447
(-) Reduções da receita bruta	(509.331)	(575.299)
Receita líquida	2.717.519	3.170.148

(a) A variação ocorrida se deve, substancialmente, a redução no volume de vendas para o mercado termométrico e a aplicação do reajuste tarifário com IGPM negativo.
 (b) Receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), em que o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petróbras. Variação decorrente da migração de cliente cativo do segmento industrial para o mercado livre.

20. Custo do serviço prestado

	2024	2023
Compra de gás e de serviços	(2.295.905)	(2.716.874)
Custo dos contratos de construção	(34.782)	(33.295)
Amortização	(42.023)	(41.214)
	(2.372.710)	(2.791.383)

21. Reserva tarifária
 21.1. Considerações sobre a 4ª RTI
 No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária 2018-2022), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/2018 e em 19/11/2018, foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, visando a adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente. Em 10 de março de 2021, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA realizou sessão regulatória pública, de forma on-line, para julgamento do processo referente à 4ª revisão quinquenal tarifária (quinquênio 2018-2022).
 Em 24/03/21 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.199/2021 com os resultados da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas da CEG RIO. A referida Deliberação imputou à Companhia uma redução de 84% em sua margem tarifária com vigência a partir de 01 de abril de 2021. Posteriormente, em 29/03/21, a AGENERSA publicou a suspensão dos efeitos e prazos da referida Deliberação. Em 14/06/21, a AGENERSA publicou sua decisão por manter os efeitos suspensos da referida Deliberação, determinando os prazos processuais, permitindo a interposição dos Embargos Declaratórios. Em 12/04/2022 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.408, a qual nega provimento aos Embargos de Declaração interpostos pela Concessionária, mantendo a Deliberação AGENERSA nº 4.199/2021 e a suspensão de seus efeitos.
 Tendo em vista a ação judicial anulação nº 0290848-46.2020.8.19.0001 que havia sido interposta pela Concessionária, em 2020, contra a AGENERSA, que visava anular as Deliberações da Agência que davam interpretações equivocadas ao Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e, ainda, que a aplicação do Terceiro Termo Aditivo tinha impactos diretos na definição da 4ª revisão tarifária, a Concessionária deu início a uma proposta de mediação do tema junto a AGENERSA e a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.
 Como resultado do processo de mediação, que durou mais de 01 (um) ano, as partes chegaram a um acordo equilibrado, com concessões mútuas e recíprocas, onde se definiu a aplicação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, inclusive, com a definição de que a outorga paga será considerada como ativo indenizável, cuja metodologia de pagamento será definida até o último ano da 5ª revisão tarifária.
 Em 14.11.2024, como consequência, a AGENERSA julgou o recurso administrativo interposto pela Companhia, encerrando a 4ª revisão tarifária sem alteração tarifária, tendo em vista que o ciclo se encerrou em 2022. Em 13.12.2024, o acordo foi assinado pela Companhia e pelo Poder Concedente, tendo sido homologado na ação anulatória supracitada em 09.01.2025.
 Como consequência do acordo, a CEG RIO assumiu um compromisso de realização de investimentos em 2025 e 2026, no valor de R\$573.000 (apurados em dez/21), que terá tratamento regulatório na 5ª revisão tarifária, mediante a comprovação da realização física e financeira dos projetos já apresentados (plano de investimentos) a Secretaria de Energia e Economia do Mar (SEENEMAR), em 13.12.2024 e cuja aprovação foi confirmada em 25 de janeiro de 2025.
 Tendo em vista o acordo firmado no qual a Companhia assumiu o compromisso de investimento, a administração da Companhia entende haver uma obrigação contratual de adquirir ou substituir ativos a qual será reconhecida como um passivo apenas na extensão do desempenho da obrigação assumida, ou seja, na extensão em que os custos de aquisição e substituição do plano de investimentos sejam incorridos. Assim, esse compromisso de investimento será tratado para fins contábeis como um contrato executório, ou seja, os ativos e passivos resultante do plano de investimentos serão reconhecidos incrementalmente de acordo com o desempenho da obrigação de investimentos.

21.2. Considerações sobre a 5ª RTI
 Em 30/09/2022, como parte do processo de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), e em conformidade com o Ofício AGENERSA/SCXCEC SEI nº 698/2022, a Concessionária entregou a Proposta de Taxa de Remuneração de Capital, bem como a Base Inicial de Remuneração de Ativos. Em 27/09/2022, através do Ofício AGENERSA/SCXCEC Nº 1002, fixa estabelecido que a entrega do Plano de Negócios de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), pela Concessionária, deverá ser realizado após Deliberação do Regulador sobre Taxa de Remuneração.

22. Despesas de vendas, gerais e administrativas

	2024	2023
Serviço de profissionais contratados (a)	(38.507)	(30.063)
Amortização	(461)	(380)
Serviços de manutenção	(13.043)	(11.454)
Honorários e remuneração pessoal-chave	(5.315)	(5.069)
Utilidades, materiais e serviços	(3.579)	(4.226)
Provisões (reversões) de contingências, líquidas (nota 17)	(4.224)	2.003
Perda (recuperação) de créditos (b)	(4.128)	(6.812)
Provisão (recuperação) para perdas de crédito esperada (b)	(8.993)	3.386
Despesas de atividades comerciais (b)	(435)	(376)
Propaganda e publicidade	(1.393)	(1.033)
Amortização do arrendamento (nota 12)	(8)	-
Outros	(1.081)	(1.069)
	(82.217)	(55.093)

(a) O saldo contido na conta refere-se substancialmente aos serviços operacionais como cobrança, teleatendimento, entrega de faturas e leitura de medidores, comercialização e atendimento ao cliente. Adicionalmente, existem outros serviços corporativos, como serviços e licenças vinculadas à tecnologia da informação e segurança.
 (b) Composição das despesas com vendas da DRE.

23. Outras receitas e despesas, líquidas

	2024	2023
Indenização a terceiros	(1.134)	(835)
Receita de penalidades por desvio de programação (a)	8.362	4.875
Fundo Orçamentário Temporário - FOT (b)	(9.953)	(7.915)
Demais despesas (receitas)	(567)	(1.271)
	(3.292)	(5.146)

(a) Penalidades contratuais aplicadas aos grandes clientes devido aos desvios apresentados nas programações de retirada de gás;
 (b) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Orçamentário Temporário (FOT). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em dezembro de 2019.

24. Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	42.967	40.942
Juros e multas	2.945	1.969
Atualizações monetárias ativas (a)	11.191	26.538
	57.103	69.449
Despesas financeiras		
Encargos de empréstimo (Nota 14)	(43.568)	(52.293)
Comissões	(128)	(72)
Juros capitalizados no intangível (Nota 11)	36	42
IOF	-	(1)
Juros arrendamento	(20)	(339)
Multa e		

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Companhia Aberta

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 - CÓDIGO CVM 01661-6



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG – 2024

Modelo de negócio sustentável e focado na criação de valor

Ao longo de 2024 a empresa comemorou seus 170 anos à frente da distribuição de gás no Rio de Janeiro, um marco que traduz o acerto do nosso modelo de negócio.

Somos fornecedores de um bem básico para a sociedade e temos a responsabilidade de um fornecimento contínuo, seguro, de qualidade e comprometido com o desenvolvimento sustentável. Apostamos nas energias renováveis e estamos empunhando toda a nossa expertise na transição energética, desenvolvendo e preparando o nosso mercado para esse novo ambiente. Passados quase dois séculos desde sua criação, a distribuidora do Rio continua a ser uma referência no mercado energético brasileiro, transformando-se, atualizando-se e respondendo aos desafios atuais. A empresa segue demonstrando sua vocação de pioneirismo, desde a mudança para o gás natural, passando pela criação do mercado de GNV (gás natural veicular), até a atual adoção dos biocombustíveis, com o objetivo de atender novas demandas, como o mercado livre de gás e a possibilidade de distribuição do biometano.

No centro do nosso Plano Estratégico estão também os nossos compromissos com a sociedade e a governança. Nossa colaboração permanente com a sociedade sé através de programas culturais, sociais e ambientais que promovemos ou apoiamos. Nós nos empenhamos em criar valor para a sociedade, oferecendo serviços confiáveis, respondendo às necessidades sociais, com dedicação especial às pautas ESG. A empresa tem como prioridade as práticas e políticas ambientais, sociais e de governança, inserindo-as no seu modelo de gestão de acordo com os conceitos ESG.

Queremos promover um crescimento orgânico consistente, com processos de melhoria contínua, reinventando nossa relação com os clientes, aperfeiçoando nossos processos e seguindo com nossa política de diversidade, que já nos colocou como referência em equidade de gênero no setor de energia. Apoiamos e acompanhamos iniciativas colaborativas para transformar a realidade social em favor da maior inserção da mulher no mercado de trabalho.

Estudo recente da Fundação Getúlio Vargas, com 418 empresas analisadas sobre a participação de mulheres em cargos de média e alta liderança no Brasil, colocou a Naturgy entre os 20 maiores destaques por sua participação feminina, já que atualmente as mulheres formam 75% da nossa diretoria. Nossa posição de liderança no mercado do gás natural e nosso esforço para a promoção da igualdade de gênero, inclusão e empoderamento feminino no ambiente empresarial têm sido reconhecidos através de prêmios e certificações que nos colocam em um lugar de destaque entre as empresas de energia. São indicadores que ratificam a assertividade do modelo de negócio que adotamos.

Canário Macroeconômico

O Produto Interno Bruto (PIB) voltou a crescer no terceiro trimestre de 2024 e o desempenho anual permitiu projetar um crescimento econômico próximo a 3,5%. O ano de 2024 foi marcado pela recuperação do consumo interno canalizado para o setor de serviços, puxado pela retomada do mercado de trabalho e transferências dos programas sociais.

O mercado de trabalho apresentou, em novembro de 2024, uma taxa de desemprego de 6,2%, dando continuidade à trajetória de queda apresentada nos trimestres anteriores. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego caiu de 7,6% em 2023 para 6,2% no trimestre móvel terminado em novembro de 2024, quando o Brasil apresentava 6,8 milhões de desempregados. Vale destacar que é a menor taxa de toda série histórica da PNAD contínua, que teve o seu início em 2012.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede oficialmente a inflação, encerrou 2024 em 4,83%, conforme divulgado pelo IBGE, pressionado pelo crescimento da atividade econômica e desvalorização do real frente ao dólar ao longo do ano. O resultado anual ficou acima do limite da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional, de 4,5% para 2024.

O Banco Central reduziu a taxa Selic durante o primeiro semestre de 2024, acompanhando o canário de juros e incentivando essa tendência, quando se iniciou um ciclo de aumento de juros, encerrando o ano com a taxa de 12,25%, frente a uma Selic de 11,75% no final de 2023. O Ibovespa fechou 2024 aos 120.283 pontos, acumulando uma queda de 10,36% no ano, o pior desempenho desde 2021, quando caiu 11,93%, só no mês de dezembro, as perdas do índice se acumularam em 4,28%.

Já o dólar acumulou alta de 27,3% em 2024, ultrapassando, em novembro, o valor nominal de R\$ 6,00 pela primeira vez na história. Ao final de 2023, o dólar era cotado a R\$ 4,85, finalizando o ano de 2024 a R\$ 6,18.

Missão, Visão e Valores

Nossos valores orientando para um futuro melhor

Transformação do mundo por meio da inovação, proatividade e capacidade de adaptação, enfrentando os desafios e impulsionando as oportunidades da transição energética, dos novos modelos de negócios e da digitalização. Na Companhia, transformamos juntos, olhando para o futuro.

Movidos pela excelência: trabalhando com excelência

Transformação do mundo com liderança, determinação e melhoria contínua, apostando na geração de valor a partir de cada um dos negócios e mercados, e respondendo com rigor às expectativas de todas as partes interessadas. Na Companhia, transformamos juntos, com excelência.

Orientados para as pessoas: o lado mais humano

Transformação do mundo com proximidade, transparência e confiança, reforçando seu firme compromisso com as pessoas, os funcionários, clientes, acionistas, colaboradores e a sociedade, transformando talento e paixão em impacto positivo. Na Companhia, transformamos juntos, com nosso lado mais humano.

Um só Planeta: por uma sociedade mais sustentável.

Transformação do mundo com sustentabilidade, respeito e compromisso com o meio ambiente, a sociedade e a governança corporativa, demonstrando ser uma empresa responsável, que contribui de forma relevante para o progresso, bem-estar e futuro do planeta. Na Companhia, transformamos juntos, por um mundo mais sustentável.

Atividade Comercial

A área de comércio da Ceg é composta pela região metropolitana do Rio de Janeiro. A distribuição de gás é feita de três formas:

- com rede de gasodutos abastecida por gás natural recebido nos *citygates*;
- por meio do sistema estruturante de abastecimento no qual é construída uma rede interna no município, abastecida com Gás Natural Comprimido (GNC), através de uma base de descompressão de gás natural;
- por meio de sistema de abastecimento ponto a ponto, no qual a entrega do gás é feita individualmente a cada cliente.

Clientes atendidos

Um total de mais de 39 mil novas residências e 772 novos estabelecimentos comerciais começaram a receber o gás natural em 2024, passando a contar com o conforto e a segurança do gás canalizado. No mercado de GNV, 33 novos postos passaram a ser abastecidos. Foi o maior incremento no número de postos GNV dos últimos 16 anos. Esse crescimento demonstra o compromisso da Companhia em ampliar o serviço de distribuição de gás, realizando investimentos que melhoram a infraestrutura da região metropolitana do Rio de Janeiro.

O incremento total foi de 1.074 novos clientes, que passaram a ser atendidos com gás natural em todos os municípios na área de concessão da Companhia. Ao final do ano de 2024, a Companhia atingiu a marca de 1 milhão de clientes.

Número de Clientes	2024	2023	Variação
Residencial	986.613	985.407	1.206
Comercial	12.593	12.750	-157
Industrial	229	232	-3
Geração Elétrica	4	4	-
GNV	576	548	28
Total	1.000.015	998.941	1.074

Evolução do número de clientes nos últimos 5 anos



Vendas de gás

O total de vendas médias diárias totais de gás natural chegou a 6.397 mil m3/dia, apresentando um aumento de 3,6% frente a 2023, quando somaram 6.176 mil m3/dia. Merece destaque o aumento de 28% das vendas de Geração Elétrica, em comparação com o ano anterior, devido à redução dos níveis de reservatórios das hidroelétricas do Sudeste, aumentando o acionamento das termoeletrículas no segundo semestre do ano. As vendas para esse mercado totalizaram 2.794 mil m3/dia.

Ainda frente a 2023, o mercado convencional apresentou redução de -9,8% das vendas.

Vendas (mil m³/dia)	2024	2023	Variação %
Residencial	304,4	310,2	-1,9%
Comercial	146,6	158,6	-7,6%
Industrial	1.072,6	1.106,6	-3,1%
Postos de GNV	2.079,7	2.419,1	-14,0%
Total do mercado convencional	3.603,4	3.994,5	-9,8%
Geração Elétrica	2.794,2	2.182,1	28,1%
Total	6.397,6	6.176,6	3,6%

Evolução do volume de vendas nos últimos 5 anos



Serviço a clientes

Em 2024, a Ceg buscou estar ainda mais próxima de seus clientes, ampliando e investindo na qualidade de atendimento em todos os seus canais de contato. Tudo com objetivo de oferecer um atendimento rápido, simples e de acordo com a necessidade dos diferentes perfis de cliente. Como fator-chave de sustentabilidade, a empresa atuou alinhada com os seguintes princípios de sua responsabilidade social corporativa:

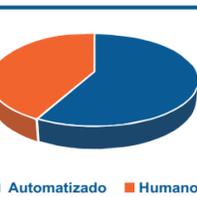
- Os clientes estão no centro do que fazemos.
- Tratamos os nossos clientes como gostaríamos de ser tratados.
- Gostamos de inovar para fazer o dia a dia mais fácil para nossos clientes.

Clientes que buscamos o atendimento

A Ceg coloca à disposição um time de atendimento pronto para ouvir e atender às diferentes demandas de seus clientes. Essa operação registrou, ao longo do ano, um total de 1,7 milhão de contatos e uma queda de 16% no volume de reclamações, na comparação com o ano anterior.

Digitalização do atendimento

Em contrapartida, a empresa investiu em tecnologia para processamento de demandas de forma automática, buscando maior agilidade e eficiência no atendimento. Pelos canais de processamento automático, que não precisaram de nenhuma intervenção humana, a empresa registrou 1,7 milhão de registros, representando 58% da demanda do atendimento.



O *Minha Naturgy*, portal de autoatendimento disponibilizado pela Web, concentrou o maior volume de atendimentos automáticos, sendo 79% dos registros relacionados à consulta de fatura e outros 21% relacionados a pedidos de gás, troca de titularidade, parcelamento, cancelamento de contrato e religação do gás.

O atendimento processado pelo *bot no Whatsapp* também apresentou melhora em sua *performance*, com incremento de 79% na comparação com o exercício anterior. Foram atendimentos que não precisaram de intervenção de um especialista de atendimento.

O incremento do atendimento digital também trouxe desafios. Tendo em vista o crescimento da proliferação de digitais em todo o país, a empresa emitiu alertas em todos os seus canais de atendimento, com intuito de conscientizar os clientes sobre cuidados a serem tomados ao realizar transações digitais. A empresa também reforçou seus sistemas de segurança.

Houve também um incremento na adesão ao recebimento da conta por *e-mail*, e a empresa já tem mais de 842 mil inscritos na fatura *on-line*.

Ampliação do atendimento presencial

Atenta aos diversos perfis de clientes, sobretudo aqueles que ainda preferem o atendimento presencial, a empresa manteve suas agências próprias na Tijuca, Méier, Barra e Copacabana. Manteve também a parceria com os Correios. Por meio dessa iniciativa, aumentou a capilaridade do atendimento, dando ao cliente o benefício de obter atendimento mais perto de sua casa. Com essa parceria, a Ceg já conta com 104 lojas credenciadas dos Correios aptas a realizar atendimento ao cliente.

Regiões atendidas

Bangu, Belém do Rio, Centro, Campo Grande, Duque de Caxias, Ilha do Governador, Ilhabela, Itaguaí, Guapimirim, Jacarepaguá, Japeri, Madureira, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Pavuna, Queimados, São João de Meriti, São Gonçalo.

Facilidade no pagamento da fatura

A Ceg manteve seus serviços voltados para o pagamento da fatura, além da possibilidade de pagamento via Pix, que apresentou incremento de 122% de clientes que optaram por essa modalidade, na comparação com o exercício anterior.

A Companhia também facilitou ainda mais o pagamento da dívida dos clientes. Eles passaram a poder negociar para pagar em até 24 vezes na conta de gás, o que pode ser feito através dos canais digitais (*Minha Naturgy*, Chat e *WhatsApp*), sem necessidade de pagamento de entrada para aqueles que fazem a primeira negociação.

Fora disso, antes de efetuar a interrupção temporária do serviço por dívida, a empresa envia mensagens informando do corte. Na visita, também oferece a possibilidade de o cliente pagar seus débitos via máquina de débito e, assim, evitar o corte. O objetivo é dar ao cliente uma última chance de evitar o corte do fornecimento. Graças a esse projeto, a empresa reduziu em até 30% o corte por dívida. Em todos os canais de atendimento, a Ceg registrou mais de 48 mil clientes que negociaram suas dívidas ao longo do ano de 2024.

A empresa também participou ativamente de uma série de mutirões promovidos pelo Procon do Estado e dos diferentes municípios do Rio de Janeiro.

Diálogo com clientes

Em 2024, a Companhia também manteve o estreitamento de sua parceria com as instituições de amparo e defesa ao consumidor e melhorou os prazos de atendimento, participando de todos os mutirões organizados pelo Procon Carioca (Municipal) e o Procon Estadual.

Por meio de uma parceria com o Procon do Estado do Rio de Janeiro, a empresa participou do "Expressinho", iniciativa voltada para resolução de queixas dos consumidores, e realizou ainda atendimento semanal no Procon, formalizando uma série de acordos com clientes de forma satisfatória.

Experiência do cliente

Graças aos diferentes canais de escuta ao cliente e como resultado das diferentes pesquisas realizadas ao longo do ano, mais de 168 procedimentos foram revisados para tornar o atendimento cada vez mais simples, rápido e menos burocrático.

A empresa também criou dois novos serviços em seu *site*. Um com o passo a passo do processo de ligação e outro para residências, informando todos os itens que são verificados na primeira visita. E outro serviço em que o cliente inclui o seu número, o CPF ou ordem de serviço, e consegue consultar o nome do técnico e a empresa que irá fazer atendimento na sua casa.

Os clientes que não ficaram satisfeitos com o atendimento em primeiro nível, puderam recorrer aos canais de segunda instância. Ao longo do ano, a empresa verificou uma queda nas reclamações em primeira e segundo níveis.

Na Ouvidoria, identificou um total de 5.010 manifestações, nas quais a Companhia buscou apurar as oportunidades de melhoria em seus processos internos e estabelecer um diálogo útil e próximo com os clientes. A empresa conquistou a sua meta de dar uma primeira resposta no prazo de 4 horas para os clientes que buscaram esse canal. Também buscou o contato ativo com todos os clientes para completa análise de cada caso. Com isso, identificou um sensível aumento na satisfação dos consumidores junto a esse canal e encerrou o ano com nota de 9,3 de satisfação.

Por meio do *site Reclame Aqui*, foram registradas 2.814 manifestações, que foram atendidas de forma satisfatória e a Ceg fechou o ano com ótima reputação nesse canal, com os clientes declarando que retornariam a fazer negócio com a empresa e com a conquista do *Selo RA 1000*, que é o nível mais alto de reconhecimento na plataforma do *Reclame Aqui*. Esse selo é concedido quando os clientes estão satisfeitos com o atendimento em mais de 90% dos casos, entre outros critérios.

Na Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agensra) foram registradas 955 manifestações, todas respondidas dentro do prazo regulatório.

Desenvolvimento Responsável

Meio Ambiente, Segurança e Saúde

A Naturgy desenvolve suas atividades com foco na satisfação do cliente, com respeito ao meio ambiente e cuidando para que não haja danos à saúde ou à segurança do trabalhador. Mantém um Sistema Integrado de Gestão de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, em conformidade com as normas internacionais ISO 9001:2015, ISO 14001:2015, ISO 45001:2018 e Organização Saudável, respectivamente.

A Companhia pauta suas ações visando garantir a prevenção de contaminação e o emprego das melhores práticas ambientais, com foco na minimização dos riscos ambientais. Em 2024, passou por algumas auditorias e entre elas as Auditorias Internas Externas do Sistema Integrado de Gestão (SIG), Auditoria Ambiental Legal e Auditoria Interna de Organização Saudável, quando foram identificados vários pontos fortes e inexistência de não conformidades maiores.

A sua atuação está focada na difusão entre seus colaboradores e prestadores de serviços das temáticas de segurança, saúde, meio ambiente, dentre outras, como valores éticos e *compliance*, por meio de treinamentos e campanhas de conscientização. Além dos treinamentos, a Companhia disseminava temas de Saúde, Segurança e Meio Ambiente através de *Workshops*, Comitês de Segurança e Saúde, em nível de direção, com fornecedores contratados, e Itinerários de Segurança, entre outros canais.

A Naturgy criou e mantém o *Portal Energia Parceira*, que é um canal de consulta e participação para fornecedores contratados, que visa influenciar e estimular as boas práticas em matéria de Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Além das postagens, o portal permite a criação de fóruns de discussão entre os contratados.

Com forte presença nas redes sociais, dissemina e estimula, para todos os públicos, a conscientização ambiental, por exemplo, incentivando o uso de combustíveis mais limpos, como o GNV, bem como a reciclagem de resíduos. Além das publicações, a Companhia mantém, em sua página web, *links* específicos para fornecedores e clientes, bem como mantém seus informes anuais e canais de participação e consulta disponíveis para acesso.

Reduzir as emissões de gases de efeito estufa é uma das principais preocupações e focos de atenção ambiental da Companhia, por isso busca tornar seus processos e suas atividades cada vez mais eficientes e com baixas emissões. Uma das ações contínuas de mitigação de emissões adotada é a renovação da sua rede de distribuição de gás, substituindo o ferro fundido por polietileno, material mais eficiente e com menor fator de emissão.

Em termos de resultado concreto, entre 2015 e 2024, conseguiu uma redução significativa de consumo de papel e de água em seus centros de trabalho, mediante a adoção de impressoras inteligentes, Evagem de Contatos da frota a seco, sensores e temporizadores em torneiras, digitalização de processos e campanhas de conscientização.

Em segurança e saúde, a certificação ISO 45001 demonstra que a Companhia tem um Sistema de Gestão que permite controlar perigos e riscos de doenças das partes interessadas que possam estar expostas aos eventos de Saúde e Segurança do Trabalho - SST, além de se comprometer com a melhoria contínua e as diretrizes do *Plano Compromisso com a Segurança e a Saúde*. O Plano foca em alguns pontos de atuação que alavancam e guiam a cultural interna: liderança, empregados, empresas colaboradoras, instalações e processos.

Em 2024, a Companhia realizou eventos periódicos sobre Segurança, Saúde e Meio Ambiente com as empresas contratadas, fortalecendo mais ainda a cultura de Segurança e Saúde, e lançou a Campanha Movimento Seguro, que abrangeu ações internas e externas que impactaram positivamente as partes interessadas. Para reforçar a cultura do SIG (Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente) de seus fornecedores, a Naturgy repetiu, em 2024, os chamados Itinerários SIG, que levaram informações aos trabalhadores mais operacionais das contratadas, nas sedes e locais de operação, além da realização dos *workshops* com os profissionais de segurança e saúde do trabalho destas empresas, que tiveram a oportunidade de melhorar sua formação através de treinamentos com profissionais renomados do mercado, especialistas em segurança do trabalho. Os *workshops* permitiram a troca de experiências entre a Companhia e os contratados.

Comprometida com a promoção de saúde integral e segurança, a Companhia implementa diversas ações para garantir o bem-estar de seus colaboradores e a sustentabilidade organizacional. É reconhecida por certificações como Organização Saudável, que se baseia em quatro pilares: Saúde e Segurança, Compromisso com a Comunidade, Estilo de Vida e Cultural de Bem-Estar, que promovem um equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

Através da área de Saúde e Bem-estar, entre as atividades que são realizadas, destacam-se programas voltados à saúde mental, como o *Zenklub*, que oferece sessões de psicoterapia *on-line*, e "Caminhar é Saúde", que reúne colaboradores em trilhas ecológicas e de Saúde Mental, composta por cinco palestras com temas diferentes, mas todos com foco na saúde mental. Para promover a saúde física, a Naturgy disponibiliza programas como: exames de qualidade de vida no periódico, *check-up* para executivos, massoterapia, fisioterapia e ginástica laboral. Realiza ainda campanhas anuais de vacinação contra gripe. Também apoia tratamentos essenciais, por meio de subsídios do programa de medicamentos, além de oferecer o serviço de ambulância disponível no Rio de Janeiro. Promove ações preventivas, através de comunicados recorrentes sobre saúde integral. Campanhas educativas abrangem temas como saúde bucal, combate ao tabagismo e conscientização sobre obesidade e doenças cardiovasculares.

A eficácia das ações de saúde e bem-estar é comprovada com um resultado de absenteísmo por doenças não laborais de 1,45% no ano de 2024 (considerando somente a Ceg, no Rio de Janeiro). Essas ações refletem a visão integrativa da Naturgy sobre saúde e bem-estar, consolidando um ambiente de trabalho saudável, seguro e produtivo, que beneficia colaboradores, comunidades e a sustentabilidade do negócio.

Investimentos

Fator fundamental na atividade de distribuição de gás canalizado, a realização de obras de infraestrutura é determinante tanto para a expansão das redes, com a construção de novos dutos, quanto para sua manutenção e conservação.

Em 2024, a Companhia investiu um total de R\$ 82,485 mil em expansão de infraestrutura de rede, amando a rede de distribuição em 30,8 km. Manteve, dessa forma, seu compromisso e responsabilidade com a segurança e qualidade dos serviços prestados, com investimentos que chegaram a R\$ 146,897 mil, destinados à Conservação e Renovação de Redes, destacando-se a renovação de 37,902 metros de rede e 5.549 ramais, frente a 33.677 metros de rede e 1.609 ramais renovados em 2023. A rede de distribuição de gás canalizado da região abastecida pela Ceg passou então a contar com um total de 5.160 km de extensão em dez/2024.

O total investido pela Companhia, em 2024, chegou a R\$ 256 mil, valor 12% inferior ao total investido em 2023.

Investimentos (R\$ Mil)	2024	2023	Variação %
Expansão	82.485	101.014	-18%
Renovação	146.897	146.791	0%
Outros Investimentos*	26.683	43.141	-38%
Total	256.065	290.948	-12%

*Tecnologia da Informação/Frota/Instalações/Outros
É importante destacar o crescimento dos investimentos no período pós-pandemia, demonstrando o compromisso da Companhia em ampliar o serviço de distribuição de gás, realizando investimentos que melhoram a infraestrutura da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Evolução dos Investimentos Operacionais nos últimos 5 anos



Governança Regulatória e Jurídica

Regulação

Compromissos: Fornecedor de gás
Em 31 de outubro de 2023, foram celebrados 4 contratos de fornecimento de gás natural com o Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras, com redução de Quantidade Diária Contratual para 4.300.000m³/dia (01/12/2023 a 31/12/2028) e para 2.924.000 m³/dia (01/01/2029 a 31/12/2034).

Ao longo de 2024 foram celebrados os seguintes aditamentos ao contrato de suprimento:
- O Aditivo N° 1, instituiu novo preço que se aplicará nos anos de 2024 e 2025 aos contratos NMG 2023-2034, NMG 2024-2032, NMG 2024-2030 e NMG 2024-2028, sendo este de 11% do Brent para o volume que superar 60% da QDC. Como contrapartida, a Distribuidora celebrou a contratação de volume adicional de 315 mil m3/dia de 2029 até 2034 em contrapartida à implementação do novo mecanismo de preço praticado;
- O Aditivo N° 2, instituiu a redução das Quantidades Diárias Contratuais (QDC) em decorrência da migração de consumidor cativo para o mercado livre de gás natural nos volumes totais de 100 mil m3/dia em 16/06/2024 e 178 mil m3/dia em 01/10/2024, cumprindo os termos do contrato.
- O Aditivo N° 3, celebrado em 17 de dezembro de 2024, aos contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras, onde acordou-se um novo preço para a molécula de gás natural (10%), que será aplicado entre o consumo de 90% e 115% da QDC, no período entre 01/01/2025 e 31/12/2026.

Revisão tarifária (RTI)

4ª Revisão Tarifária

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Rio de Janeiro o pedido de revisão tarifária (4ª Revisão Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/18 e em 19/11/18,

foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, visando adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente.

Em 10 de março de 2021, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA realizou sessão regulatória pública, de forma *on-line*, para julgamento do processo referente à 4ª revisão quinquenal tarifária (quinqüênio 2018-2022). Em 24/03/21 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.198/2021 com os resultados da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas da CEG. A referida Deliberação impôs à Companhia uma redução de 13,5% em sua margem tarifária com vigência a partir de 01 de abril de 2021. Posteriormente, em 29/03/21, a AGENERSA publicou uma suspensão dos efeitos e prazos da referida Deliberação. Em 14/06/21, a AGENERSA publicou sua decisão por manter os efeitos suspensos da referida Deliberação, reestabelecendo os prazos processuais, permitindo a interposição dos Embargos Declaratórios.

Em 12/04/22 foi publicada a Deliberação AGENERSA Nº 4.407, a qual nega provimento aos Embargos de Declaração interpostos pela Concessionária, tendo a Concessionária interposto Recurso Administrativo em 25/04/2022. O referido recurso encontra-se pendente de julgamento e os efeitos da Deliberação AGENERSA nº 4.198/2021 foram suspensos. Tendo em vista a ação judicial anulatória n.º 0290848-46/2020, a CEG havia sido interposta pela Concessionária, em 2020, contra a AGENERSA que visava anular Deliberações da Agência que davam interpretação equivocadas ao Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e, ainda, que a aplicação do Terceiro Termo Aditivo tinha impactos diretos na definição da 4ª revisão tarifária, as Concessionárias deram início a uma proposta de mediação do tema junto à AGENERSA e à Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Como resultado do processo de mediação, que durou mais de 01 (um) ano, as partes chegaram a um acordo equilibrado, com concessões mútuas e recíprocas, onde se definiu a aplicação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, inclusive, com a definição de que a outorga paga será considerada como ativo indenizável, cuja metodologia de pagamento será definida até o último ano da 5ª revisão tarifária.

Em decisão em 14.11.2024, a AGENERSA julgou o recurso administrativo interposto pela Concessionária, encerrando a 4ª revisão tarifária sem alteração tarifária, tendo em vista que o ciclo se encerrou em 2022 e remetendo o saldo apurado na Deliberação AGENERSA, de 297 milhões (moeda dez/21), para consideração no fluxo econômico-financeiro da 5ª revisão tarifária. Em 13.12.2024 o acordo foi assinado pela Concessionária e pelo Poder Concedente, tendo sido homologado na ação anulatória supracitada em 09.01.2025.

5ª Revisão Tarifária

Em 30/09/2022, como parte do processo de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), e em conformidade com o Ofício AGENERSA/SCEXEXC SEI Nº698/2022, a Concessionária entregou a Proposta de Taxa de Remuneração de Capital, bem como a Base Inicial de Remuneração de Ativos. Em 27/09/2022, através do Ofício AGENERSA/SCEXEXC Nº1002, foi estabelecido que a entrega do Plano de Negócios de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), pela Concessionária, deverá ser realizado após Deliberação do Regulador sobre Taxa de Remuneração.

Gestão Jurídica

A atuação da Companhia em 2024 manteve o foco na celebração de acordos judiciais, especialmente nos Juizados Especiais Cíveis, obtendo uma redução de custos de aproximadamente R\$ 3,2 milhões, tendo por parâmetro os valores das causas nos 263 processos em que se concluíram os acordos. Importante destacar o aumento em 16% no número de acordos celebrados, em relação ao ano anterior. Merece destaque o êxito na

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Companhia Aberta

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 - CÓDIGO CVM 01661-6



Naturgy

Destacamos algumas das ações realizadas:

- **Universidade Corporativa:** é uma das principais avançadas de transformação, servindo tanto às pessoas quanto ao negócio, contribuindo para a criação de valor e a consecução dos objetivos da organização. A Universidade oferece treinamentos nos Institutos Técnico e de Liderança, disponíveis em formatos presencial, híbrido ou *on-line*, além de participação em seminários externos, cursos de idiomas, bolsas de estudo e apoio à formação de empresas parceiras através da Universidade Estendida.

- **Escola da Felicidade:** em 2024, lançamos a Escola da Felicidade, um espaço formal dedicado a programas, tendências, ferramentas e melhores práticas para capacitar os profissionais da empresa em *soft skills*. A Escola da Felicidade disponibiliza cerca de 50 programas de formação, focados em temas como autoconfiança, motivação e engajamento.

- **EmpowerLead e InspiringLead:** formação dedicada ao desenvolvimento das médias lideranças e gerenciais. Com foco no autoconhecimento e empoderamento, fortalecendo a formação de líderes que desenvolvem talentos, promovem um ambiente de trabalho positivo e administram conflitos de maneira eficaz. Isso resulta em equipes mais engajadas, produtivas e satisfeitas, o que, por sua vez, contribui para a retenção de talentos e o fortalecimento da cultura organizacional.

- **Avaliação de Competências:** em 2024, foi fechada a avaliação 270º para a média liderança. As competências avaliadas são as do nosso modelo de liderança e o objetivo é o desenvolvimento profissional e pessoal através da prática do *feedback* e da elaboração de planos de desenvolvimento individuais. O nosso Modelo de Liderança tem como pilares as PESSOAS, as RELAÇÕES e os RESULTADOS e foi desenhado para dar uma resposta ágil aos novos desafios e exigências, ganhando competitividade e produtividade. Esse modelo é a base que norteia nossas ações de desenvolvimento e formação. Foram avaliadas 62 pessoas (100% do público-alvo).

- **Desenvolvimento Profissional e Talentos:** a Companhia seguiu com projetos importantes que promovem a mobilidade interna, disponibilização da consultoria de carreira ao longo de todo o ano, realização dos programas de *mentoring* e *coaching*. Além disso, foi montado um mapa de sucessão atualizado, identificando talentos, e realizadas entrevistas de retenção de talentos para apoiar e garantir o desenvolvimento contínuo e a satisfação dos colaboradores.

- **Programa Carreira em Foco:** foram 7 dias de programação com palestras e roda de conversas com os colaboradores, com foco em desenvolvimento e carreira. As temáticas envolveram: Marca Pessoal, Protagonismo, Inteligência Artificial, Diversidade e Inclusão, Mesa Redonda com a alta direção, contando o que mudou com a reestruturação; e Café com Pessoas, respondendo às dúvidas dos colaboradores sobre as trilhas de Carreira. As atividades contaram com uma média de 140 colaboradores e satisfação de 9,4.

- **Organização:** no segundo semestre de 2024, foi realizada a reestruturação de postos e áreas, a fim de garantir o alinhamento da força de trabalho às necessidades da empresa e de mercado, visando o cumprimento dos objetivos estratégicos e de negócio do Grupo.

- **Plano de Cargos e Carreiras:** lançamento do site de Cargos e Carreiras, um repositório onde os colaboradores podem acessar e pesquisar sobre todas as possíveis carreiras no Grupo Naturgy no Brasil, com principais atividades, competências técnicas e comportamentais, além do lançamento da Política de Cargos e Carreiras, tornando ainda mais transparente todas as possibilidades de movimentações, reajustes e promoções na empresa.

- **Remuneração:** foram realizados estudos salariais de 100% dos postos de trabalho e 41% do público foi impactado com reajustes por desempenho, gerando mais satisfação, reconhecimento e retenção dos colaboradores. Além disso, em 2024, o grupo Naturgy promoveu 7,5% de sua força de trabalho, fortalecendo o compromisso em desenvolver e gerar oportunidades internas.

- **Programa de Idiomas:** novo programa de idiomas que contempla 100% dos colaboradores da Naturgy Brasil. A nova plataforma conta com mais de 15 idiomas, conteúdos disponíveis para estudo e aulas em grupo, sendo 100% *on-line*.

- **Diversidade e Inclusão:** a Companhia promove uma cultura inclusiva, orientando a maneira de trabalhar e alcançar os objetivos, tendo como base o interesse pelas pessoas. A diversidade é uma alavanca cultural, incentivando um ambiente de respeito às diferenças, de escuta e diálogo permanente. Em 2024, demos continuidade às ações de Diversidade e Inclusão, compartilhando conteúdos e atividades relevantes que dizem respeito a todos nós como indivíduos, sociedade e Companhia. Fomentamos a contratação e desenvolvimento de talentos jovens para reforçar a diversidade geracional, através do programa *FlexLead*. Hoje, 77% do quadro de funcionários está acima dos 40 anos de idade. O programa tem como objetivo formar jovens em nosso segmento e promover a gestão do conhecimento.

- **Transversalidade:** através do projeto "Fique por Dentro", foram realizadas apresentações das áreas para os colaboradores, com o intuito de ampliar o conhecimento sobre suas atividades, projetos e desafios, promovendo integração, transversalidade, gerando visão global, assim como o conhecimento do impacto de cada atividade nos resultados da Companhia e o reconhecimento das contribuições individuais.

- **Café com a Direção:** foram realizados cafés da manhã com diretores da empresa, reiterando o compromisso com uma comunicação próxima e transparente, promovendo um espaço de diálogo aberto entre colaboradores e a liderança.

- **Saúde e bem-estar:** foram promovidas ações de suporte à saúde física e emocional, tais como: a consolidação da plataforma de apoio psicológico disponível para os colaboradores e seus familiares, campanha de vacinação contra a gripe, sessões de fisioterapia, reflexologia, *shiatsu*, ginástica laboral, incentivo à realização de atividades físicas através do benefício *wellhub*, também disponível aos familiares; assim como a realização de palestras em diversos temas de saúde integral e divulgação de *e-mails* informativos através da comunicação interna.

- **Flexibilidade:** a Naturgy seguiu com a jornada híbrida, com a política de horários flexíveis e com a compensação de horas, com as saídas antecipadas às sextas-feiras e ponte nos feriados adotados, visando a conciliação da vida pessoal e profissional do colaborador.

- **Benefícios:** foram ampliados os benefícios como o incentivo ao exercício físico e apoio psicológico estendidos aos familiares, "age pass" para consultoria de apoio social, financeiro e jurídico, auxílio medicamentos e melhorias no plano de saúde e odontológico.

Para medir a experiência dos empregados, seguimos utilizando a ferramenta de medição da satisfação, do compromisso e do engajamento de nossos colaboradores. Além da ferramenta também proporcione uma forma simples de reconhecimento entre todos, estimula a geração de ideias e incentivo a uma comunicação através de sugestões, contribuindo assim para a evolução da cultura de *feedback*, medição constante e melhoria contínua da experiência do empregado.

A Naturgy fechou o ano com 70 pontos de avaliação de felicidade (*HappinessIndex*), com 27 pontos em *Net Promoter Score e* NPS, votação média de 7,9 e 44% de promotores, o que representa confiança e segurança dos funcionários no *feedback* com a empresa.

Relacionamento com a sociedade

A Naturgy é uma empresa consciente do seu compromisso com a sociedade, e seu engajamento em temas importantes para as populações das áreas onde atua vai muito além da distribuição de gás de forma segura e eficiente. A empresa ajuda na melhoria da qualidade de vida das pessoas, apoiando e desenvolvendo ações para a manutenção limpa e saudável dos municípios onde está presente e entregando à sociedade um apoio efetivo a projetos sociais, educacionais e de suporte ao desenvolvimento de jovens e minorias mais necessitadas.

Em 2024, seguiu apoiando projetos e ações relevantes para o estado e para a cidade do Rio de Janeiro, entre os quais destacam-se:

Energia do Sabor

Fruito de uma parceria da Naturgy com a Universidade Unilasalle, de Niterói, o projeto Energia do Sabor teve continuidade em 2024 com mais uma turma de 20 alunos. Todos eles são jovens de baixa renda, moradores do entorno da universidade, que estarão formados em abril de 2025 no curso de cozinheiro internacional. Com a conclusão do curso, eles poderão se projetar no mercado da gastronomia e garantir vagas de trabalho. Para isso, estão recebendo do projeto da Naturgy uma carga horária de mais de 210 horas.

Este projeto da Naturgy tem um retrospecto extremamente produtivo. Existe há 13 anos e já formou mais de 200 jovens, entre 17 e 25 anos, em situação de vulnerabilidade, nos cursos de Cozinhaier Internacional, Panificação, Confeitaria e Auxiliar de Cozinha. O retorno de empregabilidade é de praticamente 100%. Os alunos são absorvidos facilmente pelo mercado de trabalho, pois os próprios restaurantes já procuram a Unilasalle para captação de talentos. O projeto Energia do Sabor faz parte do Dia Solidário, programa social do grupo Naturgy, que consiste na doação de um dia de salário do funcionário voluntário, durante um ano. A empresa dobra todo o montante arrecadado e elege um país para receber essa verba e aplicar em projetos sociais.

Curso profissionalizante de audiovisual

Patrocinado pela Naturgy, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), teve início, em 2019, o projeto que oferece cursos técnicos de formação em Audiovisual e Informática para jovens carentes das comunidades próximas à universidade. Em fevereiro de 2024, teve início a quarta turma do ano do curso de Audiovisual e, em dezembro, 19 alunos se formaram. O projeto é voltado para jovens de 14 a 18 anos que estejam cursando o ensino médio em escola pública do entorno da universidade.

Como o Rio de Janeiro é a capital audiovisual do Brasil, com mais de 250 empresas de produção, a Naturgy acredita no potencial do mercado de trabalho para esses jovens. O curso permite que mais de 100 jovens de baixa renda sejam formados em fotografia, edição e confecção de imagens e mostra a importância do incentivo de empresas privadas à arte e à educação como ferramentas de transformação social.

Energia para Crescer

O projeto Energia para Crescer começou em 2010 e já passou por 262 instituições de ensino, foi assistido por 85 mil alunos, num total de 607 apresentações, que aconteceram em 23 municípios do Estado do Rio. Com patrocínio da Naturgy desde 2012, o projeto busca dar aos jovens conscientia crítica sobre o uso dos recursos ambientais e das fontes de energia. O objetivo da Naturgy é colaborar para a construção de uma geração futura mais atuante e multiplicadora de boas práticas ambientais. Em 2024, o projeto teve 18 apresentações para 2.604 alunos e 233 educadores de escolas públicas e privadas, e Vilas Olímpicas Municipais. Os estudantes e professores ficam encantados com a didática do projeto, que apresenta uma peça teatral sobre dois adolescentes que vão parar no tempo dos Dinossauros. Logo após a peça, há uma videoaula e um bate-papo virtual dos atores com os alunos sobre questões ambientais e sobre o uso seguro do gás natural.

Festival Rio Gastronomia

O 14º Rio Gastronomia, maior festival gastronômico do país, que conta com patrocínio master da Naturgy desde a sua primeira edição, aconteceu em agosto de 2024. Durante três semanas, de quinta a domingo, no Jockey Club Brasileiro, o festival reuniu restaurantes premiados e queridos entre os cariocas, aulas e *talks* com grandes chefes e exposição de produtores regionais do Estado do Rio, além de *shows* musicais.

Com esse patrocínio, a Naturgy reafirma sua parceria com a cidade do Rio de Janeiro e, em 2024, reforçou esse apoio estando presente no túnel de acesso ao festival onde celebrou, com painéis e muitas fotos, os 170 anos de sua atuação.

Atualmente, o Rio Gastronomia é uma referência no calendário da cidade e seu sucesso mostra a importância do apoio das empresas para o desenvolvimento de projetos que dão visibilidade à cidade e ao estado.

Festival Gastronomia do Mar

A região metropolitana do Rio de Janeiro é o maior centro produtor, distribuidor e de consumo de pescado do estado e oferece grande quantidade e diversidade de produtos para a cadeia da gastronomia. Com o objetivo de estimular essa cadeia de produção, a Naturgy patrocinou, juntamente com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Festival Gastronomia do Mar, que aconteceu de 23/11 a 07/12, na Praça Mauá, Jardim Icarai e Mercado São José.

Com curadoria da chef Flavia Quaresma, o evento teve um estande montado ao ar livre na Praça Mauá, com iguarias do mar, além de decoração, artesanato e oficina infantil, de frente para a Baía de Guanabara. Uma das principais atrações foi o Palco Gourmet, uma cozinha cenográfica onde chefs renomados deram aulas de receitas de pescado para o público. O festival também aconteceu no Niterói, no Polo Gastronômico do Jardim Icarai, e no Mercado São Pedro. As aulas aconteceram no Palco Naturgy. O evento teve como objetivo movimentar toda a cadeia econômica e produtiva, da rede de pesca ao prato.

Apoio e participação em eventos

Sector de Energia e sustentabilidade: Rio, Oil & Gas; Fórum Biogás; Circuito Biogás nos estados; XII Lean Six Sigma Congress (ACR); Conferência Ethos 2024 – edição RJ; Fórum Global de Inovação e Tecnologia em Sustentabilidade (FITTS); Fórum EsgEra; Seminário de GNV – Sindirepa.

Focados em mulheres que trabalham com energia:

Pacto pela Equidade de Gênero na Energia; Meeting of Women Energy Leaders; 3º Congresso Mulheres da Energia.

Prêmios, certificações e destaques

Em 2024, a Naturgy conquistou certificações e premiações externas em áreas-chave, como Recursos Humanos, Comunicação e Serviço ao Cliente, reforçando a visibilidade de suas ações práticas em gestão de pessoas, compromisso com a diversidade, responsabilidade social e excelência no atendimento. As certificações em recursos humanos validam os esforços da empresa em criar um ambiente de trabalho saudável e produtivo, enquanto os reconhecimentos nas demais áreas destacam a qualidade da comunicação interna, a experiência do cliente e o relacionamento transparente com os *stakeholders*. Essas premiações não apenas reforçam a reputação institucional e a marca, mas também evidenciam o compromisso contínuo da Naturgy com a inovação, a excelência e o desenvolvimento sustentável de suas práticas empresariais.

Prêmio Ouro e Bronze da Associação Brasileira de Telesserviço (ABT)

Os cases "Naturgy: há 25 anos conectando pessoas" e "Naturgy: Equidade e responsabilidade social na prática" receberam os troféus Ouro e Bronze, respectivamente, do Prêmio ABT. Esta é a maior premiação em relacionamento com o cliente no Brasil e tem como propósito reconhecer e divulgar as melhores práticas das organizações, transformando os vencedores em referência para o mercado. Esses prêmios demonstram a consistência das ações da Naturgy, tanto em diversidade e inclusão, quanto em resultados alcançados na campanha de comunicação junto aos colaboradores nos 25 anos da empresa no Brasil.

O case premiado com Ouro na categoria Campanha de Comunicação foi desenvolvido pela área em 2023, para ampliar o engajamento dos colaboradores e aumentar sua percepção de valor quanto aos projetos que a empresa vem desenvolvendo ao longo dos 25 anos de atuação no Brasil. O segundo case abordou o plano de diversidade da Naturgy, que materializa o compromisso de promover uma cultura inclusiva, a visão do interesse pelas pessoas e os resultados atingidos.

Prêmio ABERJE Regional - categoria Diversidade e Inclusão

A Naturgy ganhou o prêmio regional da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) na categoria Diversidade e Inclusão, com o case "Empoderamento em Ação: Promovendo Equidade Feminina através da Responsabilidade Social". O projeto destacou as ações da empresa voltadas para a promoção da inclusão e da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho e na sociedade. Diante da persistente desigualdade de gênero em diversos setores, a Naturgy implementou políticas para fortalecer a diversidade, com ênfase no aumento da participação feminina em áreas tradicionalmente dominadas por homens. Uma das iniciativas de maior impacto foi a reserva de 50% das vagas em seus programas de capacitação para mulheres. Essa medida tem contribuído para qualificar essas profissionais, ampliando sua representatividade e garantindo mais oportunidades em setores técnicos e estratégicos da empresa.

Prêmio Ser Humano - Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH)

Em novembro, a Naturgy participou do prêmio Ser Humano, iniciativa da ABRH para valorizar as melhores iniciativas em gestão de pessoas dentro e fora das organizações, assim como de estímulos ao pensamento criativo e de novos talentos.

A Escola da Felicidade ficou entre os três primeiros colocados da categoria Case Organizacional/Mídia Organização, modalidade Desenvolvimento. A iniciativa da Naturgy, implantada em 2024, é um espaço dedicado a programas, tendências, ferramentas e melhores práticas para impulsionar o desenvolvimento de habilidades e competências do colaborador. O Prêmio Ser Humano é concedido, anualmente, aos profissionais e às organizações do setor público e privado, cujas práticas inovadoras tenham alcançado significativos resultados quantitativos e qualitativos e que possam ser consideradas uma referência no mercado.

Prêmio Smart Customer 2024

A Naturgy foi premiada com o Ouro na categoria Gestão de Riscos e Crise, e Prata, na categoria Responsabilidade Social e Diversidade, do Prêmio Smart Customer 2024. O case que obteve o 1º lugar, "Gestão *End to End*", destaca as medidas inovadoras que a empresa implementou para aprimorar a experiência do cliente em situações de reclamação. A empresa construiu uma célula especializada no tratamento dos casos de ponta a ponta com soluções de forma funcional, rápida, com empatia e cuidado. E ainda processos para eliminar pontos de atrito, reduzir entradas e melhorar a nota de satisfação do cliente, que atingiu recorde neste último ano.

Na categoria Responsabilidade Social e Diversidade, o case "Naturgy: Equidade e responsabilidade social na prática" ressalta as iniciativas para promover a equidade de gênero e o desenvolvimento social nas comunidades onde a Naturgy atua. Duas áreas da empresa se reuniram para elaborar o case premiado: Comunicação, Relações Institucionais e ESG e a área de Pessoas e Organização. Na Naturgy, 70% da diretoria compõe por mulheres. O compromisso começa dentro da empresa e também atinge parte da população. Desde o ano passado, as turmas de cursos profissionalizantes que a Naturgy apoia têm como premissa inscrições com 50% de mulheres.

Prêmio Ouvidorias Brasil

O Canal do Súdico, da Ouvidoria da Naturgy, meio criado para atuação de forma proativa em casos de interrupção do serviço de gás, foi o case ganhador do Prêmio Ouvidorias Brasil 2023 e recebeu, em 2024, o troféu Azul da Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente.

Desde que o Canal do Súdico foi criado, para orientar e efetuar uma comunicação mais rápida com clientes e evitar reclamações, a Naturgy já atendeu de forma personalizada 1,476 síndicos de prédios que tiveram o fornecimento interrompido e que afetaram mais de 30 mil imóveis. Com isso, houve uma redução de reclamações e a nota média de satisfação dos clientes atendidos foi 4,8 (numa escala de 0 a 5).

Prêmio Ouro da Associação Brasileira de Marketing de Dados

A área de Serviços de Atendimento ao Cliente recebeu o Prêmio Ouro da Associação Brasileira de Marketing de Dados (ABEMD) na categoria *call center* e experiência do cliente. O case vencedor "Naturgy, atendimento de primeira", descreve a trajetória de melhorias de processos que resultou no incremento do indicador FCR (*First Call Resolution*) Resolução no Primeiro Contato) de 72% para 79%, indicador que reflete na melhoria na solução dos casos e, consequentemente, na satisfação dos nossos clientes.

A Naturgy ampliou as opções de canais de atendimento e estudou oportunidades de melhorias de

processos e procedimentos, de modo a garantir que todos os canais atendessem todas as demandas, mantendo a eficiência e evitando a necessidade de troca de canal. Os processos foram aprimorados para solucionar os casos no primeiro contato. Em sua 30ª edição, a iniciativa reconhece cases que impulsionam a transformação do mercado, valorizando projetos que entregam resultados e aprimoram o relacionamento com o cliente.

Melhor Distribuidora - Prêmio Os Melhores do Ano

A Naturgy recebeu o título de Melhor Distribuidora de Gás Natural Veicular durante a 9ª edição do Prêmio Os Melhores do Ano do Setor de Reparação Automotiva, promovido pelo Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Rio de Janeiro (Sindirepa). Apontado como o maior reconhecimento do setor automotivo, o evento reuniu empresários, representantes de grandes indústrias e lideranças da cadeia produtiva, consolidando sua importância na valorização das boas práticas no mercado. A Naturgy também foi homenageada por sua contribuição estratégica ao setor de reparação automotiva, evidenciando seu papel como parceira essencial na busca por inovação, sustentabilidade e fortalecimento da indústria fluminense. Esse reconhecimento reflete o compromisso da empresa em oferecer soluções energéticas eficientes e contribuir para o avanço da indústria automotiva no Brasil.

CERTIFICAÇÕES – Top Employers 2024

Pelo sétimo ano consecutivo, a Naturgy Brasil é reconhecida como uma das melhores empregadoras do mundo, com destaque para suas práticas eficientes na gestão de pessoas. Em 2024, o Top Employers Institute reconheceu 71 empresas brasileiras que fazem parte de um grupo de 2.200 organizações de 122 países. As empresas foram avaliadas pelo Instituto em 10 itens tais como gestão de pessoas, liderança, sustentabilidade, RH, digital, marca empregadora, carreira *onboarding*, aprendizado, ética, engajamento e diversidade.

O Top Employers Institute é a principal certificadora global especializada no reconhecimento da excelência de políticas e práticas em gestão de pessoas. Fundada há mais de 30 anos, já certificou diversas organizações, impactando positivamente a vida de mais de 9,5 milhões de trabalhadores em todo o mundo.

Selo Empresa Amiga da Mulher

O governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio das secretarias da Mulher e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Serviços, concedeu à Naturgy o Selo Empresa Amiga da Mulher. A Naturgy foi reconhecida na categoria **Ouro**, como empresa que demonstra compromisso com a equidade e defesa dos direitos das mulheres. O selo foi atribuído a 31 empresas após uma comissão analisar 12 requisitos, incluindo o ambiente de trabalho, que deve prezar pela saúde, integridade física, emocional e dignidade da mulher. O selo está classificado em três categorias: bronze para empresas que atingiram acima de 50% dos requisitos solicitados; prata para aquelas que preencheram mais de 70% dos requisitos; e ouro para as que atingiram acima de 90% dos requisitos.

EFR Global

A Naturgy foi reconhecida, em Madri (Espanha), por ser a primeira empresa do mundo certificada na Norma Global 1000/23 Empresa Familiarmente Reconhecida (EFR) e pela Associação Espanhola de Normalização e Certificação (AENOR). A empresa vem mantendo o compromisso com uma gestão eficiente de pessoas que promovem a conciliação, nos 10 anos que vem recebendo o selo.

A certificação EFR reconhece a Companhia como líder internacional na qualidade de emprego, flexibilidade e estímulo à vida social dos colaboradores, bem como à sua formação e ao seu desenvolvimento profissional. Ao longo dos anos, a empresa evoluiu no critério de empresa proativa por promover, de forma ativa, políticas e práticas que ajudam a manter o equilíbrio pessoal, profissional e familiar.

Organização Saudável

A Naturgy evoluiu no compromisso com a saúde e segurança, consolidando-se como uma Organização Saudável. A empresa tem fortalecido a cada ano os pilares que sustentam a evolução do seu compromisso com a saúde e segurança: Saúde e Segurança para as pessoas da organização, Cultura focada no bem-estar da organização, Estilo de vida e Compromisso com a Comunidade.

SIG – Sistema Integrado de gestão

A auditoria externa do Sistema Integrado de Gestão da Naturgy foi concluída com a empresa TÜV Rheinland Iberica, que avaliou durante sete dias as atividades e os processos da Naturgy quanto à eficácia do atendimento aos requisitos das normas ISO9001; ISO14001 e ISO45001, além do modelo de organização saudável.

A auditoria concluiu que a Companhia tem um sistema de gestão maduro e destacou a seriedade e a transparência dos colaboradores. Como ponto forte, apontou o fato de cada área da Naturgy manter sua própria planilha de necessidades e expectativas das partes interessadas.

RANKINGS

Revista Época Negócios

A revista Época Negócios traz, no seu anuário 360º, duas classificações para as empresas. Na primeira, são analisadas as 420 Melhores Empresas em seis desafios: Desempenho Financeiro, ESG/Governança, Inovação, Visão de Futuro, Pessoas e ESG/Sociambiental.

Por esta avaliação, a Naturgy (Ceg) soma um total de 243 pontos na classificação geral. Obtém o 65º lugar em Desempenho Financeiro; a 319ª colocação em ESG/Governança; a 331ª posição em Visão de Futuro; o 66º lugar em Pessoas; e a 198ª posição em ESG/Sociambiental.

Em uma segunda classificação, entre as 500 Maiores, a Naturgy (Ceg) fica na 219ª posição. Nas informações sobre o processo de seleção e classificação das empresas, o anuário registra que a Naturgy (Ceg) teve um dos maiores saltos (50%) com relação à pontuação do ano anterior. A empresa ficou em 5º lugar em Desempenho Financeiro e também na 5ª posição em Pessoas.

1000 Maiores Empresas - Jornal Valor Econômico

O anuário Revista Valor 1000 Maiores Empresas, do jornal Valor Econômico, indica as dez melhores empresas no setor de Petróleo & Gás em 2023. Nesta classificação, a Naturgy (Ceg) fica em 8º lugar por Margem Ebitda; em 5º no item Rentabilidade; no 7º em Alavancagem Financeira; e em 8º na Cobertura de Juros. Na Classificação Geral, ocupa o 213º lugar.

Maiores & Melhores 2024

O anuário Exame - Maiores & Melhores 2024 relaciona as 1.000 empresas com os melhores desempenhos econômicos no País. Na listagem, a Naturgy (Ceg) ocupa a 220ª posição. O *ranking* também é publicado no portal Exame Online. A presença das empresas em *rankings* empresariais de renome fortalece a confiança e a credibilidade do Grupo perante o público e o mercado.

Acionistas e auditores independentes

Em 2024, não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia estava representado por 259.637.732 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG	Participação no capital social (%)
Naturgy Distribución Latinoamérica S/A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo de Investimento em ações Dinâmica Energia	8,84
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,18
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Auditores Independentes

A Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") para a realização de serviços de auditoria independente relativamente aos exercícios sociais de 2021 a 2024, bem como serviços de revisão das Informações Trimestrais da Companhia. A KPMG também presta serviços de auditoria independente de Demonstrações Financeiras das demais Companhias do grupo Naturgy no Brasil, sendo todas de capital fechado. A Companhia não tem sociedades por ela controladas. Nossos auditores independentes não prestaram serviços que não sejam de auditoria durante a vigência do contrato de auditoria. Nesse sentido, existiram questões de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes, questões essas que são avaliadas pelos nossos órgãos de governança antes de qualquer contratação para novos serviços. O valor anual contratado pelos serviços de auditoria independente prestados pela KPMG às Ceg perfaz o valor de R\$ 665.896,00, acrescido de impostos, sendo R\$ 654.910,00 referente aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e R\$ 10.986,00 referente à elaboração de relatório e parecer atestando a conformidade dos valores recolhidos à Agensera referentes à Taxa de Regulação.

A administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Receita líquida (Nota 23)	5.162.070	5.602.206
Custo do serviço (Nota 24)	(3.743.313)	(4.005.649)
Lucro bruto	1.418.757	1.596.557
Despesas com vendas (Nota 26)	(93.067)	(180.613)
Despesas administrativas e gerais (Nota 26)	(378.795)	(340.551)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 27)	(46.054)	(38.041)
Lucro operacional	900.841	1.037.352
Receitas financeiras	97.295	88.960
Despesas financeiras	(236.475)	(250.627)
Resultado financeiro, líquido (Nota 28)	(139.180)	(161.667)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	761.661	875.685
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Nota 18)	(265.210)	(319.548)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Notas 18)	30.304	40.806
Lucro líquido do exercício	526.755	596.943
Lucro líquido do exercício básico e diluído por mil ações do capital social - R\$	2,02881	2,29914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	526.755	596.943
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes:		
- Ganho (Perda) atuarial de fundo de pensão, líquido de imposto (Nota 20)	50.659	(4.501)
Total do resultado abrangente do exercício	577.414	592.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
--	------	------

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Companhia Aberta

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 - CÓDIGO CVM 01661-6



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional
A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG (“CEG” ou “Companhia”) tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes pelo período de 30 anos contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização) finalizando, portanto, em julho de 2027, prorrogáveis a critério exclusivo do Governo do Estado do Rio de Janeiro por igual período de tempo e por uma única vez.
Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, a Companhia possuiu o prazo de até 36 meses, antes do vencimento do contrato, para apresentar seu requerimento de prorrogação, o que foi feito no dia 18/07/2024. A Companhia está acompanhando o desenvolvimento do tema na Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agensra) e junto ao Poder Concedente.
A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo Grupo Naturgy Energy Group, cuja sede está localizada em Madrid - Espanha, e está registrada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.
A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japerí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Mantem as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade desses;
- Mantém cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados a concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Capta, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Mantem em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIIUS;
- Mantem, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- Cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Nota Explicativa nº 13).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2025.

1.1 Alterações tributárias:

• Medida Provisória 1.163/2023

Em 1º de março de 2023 foi publicado no D.O.U. a Medida Provisória nº 1.163 de 28 de fevereiro de 2023, que postergou o benefício de alíquota 0% (zero) do PIS/COFINS e PIS/COFINS-Importação incidentes sobre a receita ou o faturamento na venda ou sobre a importação de gás natural veicular (GNV), estabelecido pela Lei Complementar nº 194/2022 cuja vigência encerrou-se em 28 de junho de 2023.

Dessa forma, a Companhia aplicou a incidência da alíquota 0% (zero) no faturamento do volume destinado como Gás Natural Veicular - GNV para as faturas emitidas durante o referido período de vigência da lei.

• Medida Provisória 1.202/2023

Em 29 de dezembro de 2023 foi publicada a Medida Provisória nº 1.202 de 2023 que, dentre outros aspectos, altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para impor limite mensal para a compensação de créditos tributários decorrentes de decisão judicial transitada em julgado atribuindo ao Ministro de Estado da Fazenda a prerrogativa de editar o ato que fixe o limite mensal para compensação.

Em 5 de janeiro de 2024, foi editada a Portaria Normativa MF de nº 14 que estabelece limites mensais para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado. A medida não se aplica às compensações em que o crédito é inferior a R\$ 10 milhões (dez milhões de reais). A partir desse valor, será escalonado em função do total do crédito autorizado até a data da primeira declaração de compensação dividido pela quantidade de meses estabelecidos para cada faixa.

A Administração da Companhia, considerando a vigência da referida Medida Provisória e sua conversão na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024, observou tais limites mensais em sua projeção de compensação de tais tributos, assim descritos na Nota explicativa nº 8.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2 Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações financeiras anuais, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2 Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota Explicativa nº 22.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.5 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia.

2.5.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a resstituir (valor da garantia).

2.5.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa

de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas e reconhecidas na contabilidade.

2.7 Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado, em geral para fins de reposição e consumo imediato, e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. O giro do estoque é inferior a 12 meses.

2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabeleceu provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.9 Depósitos judiciais

Existem movimentações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

2.10 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão; e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, incluída aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a Administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos de software reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota explicativa nº 13.

(iii) Serviço de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (nota explicativa nº 13).

2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

Como resultado dessa avaliação não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que ele irá resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Benefícios a funcionários

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários externos usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adota o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/22, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca translando-se no resultado (outros resultados abrangentes não reclassificados). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Resolução CVM nº 110/22, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (nota explicativa nº 20).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Resolução CVM nº 110/22, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários beneficiários de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses beneficiários é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses beneficiários são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado por provisão durante o exercício corrente com base em estimativas.

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e por meio de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

b. Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como acessórios e classifica como “Outras receitas e despesas, líquidas” na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação de desempenho não satisfeta que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Serviços de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Receita de prestação de serviço de distribuição

A receita decorrente do serviço de distribuição de gás (Acesso de Terceiros à Rede - ATR) é reconhecida pelo volume de gás medido pela Petrobras aplicando-se a margem da Distribuidora, considerando que a aquisição do gás é negociada de forma direta e o cliente remunera a Companhia pela movimentação do gás.

2.19 Demonstração de valor adicionado

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.20 Resultado básico por ação

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Companhia Aberta

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 - CÓDIGO CVM 01661-6



Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2024				
Empréstimos e financiamentos	531.561	807.879	-	
Fornecedores	458.948	-	-	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	131.758	-	-	
Demais contas a pagar	18.675	-	-	
Arrendamento	7.224	12.695	-	
Em 31 de dezembro de 2023				
Empréstimos e financiamentos	148.979	540.721	868.404	
Fornecedores	505.799	-	-	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	149.367	-	-	
Demais contas a pagar	9.247	-	-	
Arrendamento	916	-	-	
Observações:				
(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.				
(ii) As faixas de vencimentos apresentadas são baseadas em uma análise da Administração.				
(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. A Companhia não pretende realizar antecipações dos valores de longo prazo.				
d. Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI				
A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI (financiamentos). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 766.437 (R\$ 701.348 em 31 de dezembro de 2023), representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras. A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 31 de dezembro de 2024, indicava uma taxa SELIC em 14,75% (11,75% em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração, a partir do cenário provável de acordo com Relatório Focus), conforme demonstrado na tabela abaixo:				
	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%	
Operação				
Taxa média mensal do CDI em 31/12/2023 - %	11,75	11,75	11,75	
Dívida líquida – bancos	766.437	766.437	766.437	
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2023 - %	14,75	18,44	22,13	
Despesa financeira	22.993	51.255	79.518	
IR e CS	(7.818)	(17.427)	(27.036)	
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	15.175	33.828	52.482	
4.2 Gestão de capital				
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 pode ser assim resumido:				
	31/12/2024	31/12/2023		
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	1.166.905	1.218.313		
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(412.398)	(516.965)		
Dívida líquida	754.507	701.348		
Total do patrimônio líquido	1.591.995	1.389.169		
Total do capital próprio e de terceiros	2.346.502	2.090.517		
Índice de alavancagem financeira - %	32%	34%		
4.3 Instrumentos financeiros				
a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros				
A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.				
b. Política de gestão de riscos financeiros				
A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisitos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes quando existentes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. O Conselho de Administração aprova e supervisiona as políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas ao gerenciamento de risco				
5 Instrumentos financeiros por categoria				
A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:				
• Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.				
• Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.				
• Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.				
	31/12/2024	31/12/2023		
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	412.398	516.965		
Contas a receber de clientes	737.033	701.574		
Outras contas a receber	17.193	10.157		
Cessão de crédito	2.075	1.699		
	1.168.699	1.230.395		
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	1.166.905	1.218.313		
Dividendos e juros sobre o capital próprio	131.758	149.367		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	477.623	514.986		
	1.776.286	1.882.666		
Os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:				
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023		
Instrumentos	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	1.166.905	1.166.905	1.218.313	1.218.313
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	131.758	131.758	149.367	149.367
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	477.623	477.623	514.986	514.986
Total de captações	1.776.286	1.776.286	1.882.666	1.882.666
Total custo de captações	(50.993)	(50.993)	(3.311)	(3.311)
Total de captações líquido	1.725.293	1.725.293	1.879.355	1.879.355
6 Caixa e equivalentes de caixa				
Bancos	84.968	76.515		
Aplicações financeiras (CDBs)	327.429	440.450		
	412.398	516.965		
O saldo em bancos que está disponível rende juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos bancários a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo. As aplicações financeiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa e podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor. As aplicações financeiras realizadas no Banco Santander referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100,42% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (102,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023).				
7 Contas a receber de clientes				
Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de serviços como demonstrado a seguir:				
	31/12/2024	31/12/2023		
Faturado				
Consumidores	1.065.842	1.029.442		
Do setor privado	18.582	15.158		
Do setor público	1.084.424	1.044.600		
Não faturado				
Consumidores	135.046	116.482		
Do setor privado	4.210	4.325		
Do setor público	139.256	120.807		
Vendas de serviços	17.260	115		
Provisão para perdas de crédito esperadas	(503.907)	(463.948)		
	737.033	701.574		
Circulante	703.926	671.855		
Não circulante (a)	33.107	29.719		
	737.033	701.574		
(a) Refere-se a parcelamento de clientes acima de 12 meses. A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:				
	31/12/2024	31/12/2023		
A vencer	519.081	515.307		
Faturado	139.256	120.807		
Não faturado	110.082	102.028		
Vencidas	27.328	73.420		
Até três meses	445.193	353.960		
De três a seis meses	1.240.940	1.165.522		
Acima de seis meses				
A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada, um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o período corrente. Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a receber da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, utilizando-se de uma matriz de provisão:				
	31/12/2024	31/12/2023		
Dias de vencimento	Taxa de atraso (%)	Taxa de atraso (%)		
A vencer	1,70%	1,99%		
1 a 30 dias	14,50%	16,67%		
31 a 60 dias	37,71%	44,80%		
61 a 90 dias	50,67%	58,99%		
91 a 120 dias	59,60%	64,03%		
121 a 180 dias	64,32%	70,75%		
181 a 360 dias	82,65%	81,37%		
Mais de 360 dias	91,36%	83,25%		
Com o fim das restrições temporárias impostas pela Lei Estadual 8.769/20, a Companhia voltou a considerar a suspensão a partir de julho de 2023, após 35 dias de atraso no pagamento da fatura, dos serviços fornecidos aos clientes residenciais e comerciais. Para os clientes industriais e postos de GNV, o fornecimento é suspenso a partir de 15 dias. A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas segue demonstrada abaixo:				
	31/12/2024	31/12/2023		
Em 1º de janeiro	463.948	357.376		
Provisão para perdas de crédito esperadas	126.061	185.237		
Recuperação de perdas das contas a receber	(86.102)	(78.665)		
Saldo final na respectiva data	503.907	463.948		
A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das informações contábeis intermediárias é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.				
8 Tributos a recuperar				
	31/12/2024	31/12/2023		
PIS e COFINS (a)	322.208	298.065		
ICMS a recuperar (b)	12.511	9.760		
Imposto de Renda Retido na Fonte (c)	2.453	-		
	337.172	307.825		
Circulante	7.028	2.837		
Não circulante	330.144	304.988		
	337.172	307.825		
(a) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui em seu ativo não circulante, o montante de R\$ 321.283 (R\$ 224.556 principal e R\$ 96.727 de atualização monetária) relativos a créditos de PIS e COFINS cuja apuração se deu sem a exclusão do ICMS de sua base, no período compreendido entre a decisão de março de 2017 até a efetiva alteração da metodologia de cálculo realizada em fevereiro de 2022, o que inclui a atualização monetária pela taxa SELIC. A Companhia compensará o valor total reconhecido no prazo mínimo de 30 meses, considerando o mencionado na Medida Provisória 1.202 de 29 de dezembro de 2023, a partir da habilitação do crédito por parte da Receita Federal via processo administrativo, cuja expectativa da administração é que ocorra em prazo superior a 12 meses. Em contrapartida dos créditos acima comentados a Companhia reconheceu uma obrigação no passivo não circulante pelo valor integral do ativo por haver uma obrigação recíproca e equivalente da concessionária em restituir tais valores aos usuários e cuja forma dependerá ainda das decisões e respectivas aprovações por parte da Agência Reguladora bem como do período, sendo possível via reajuste tarifário, conforme proposto para o mercado de energia elétrica. A administração da Companhia encontra-se em fase de avaliação quanto a melhor forma de se beneficiar também de eventuais créditos em relação aos valores relativos aos períodos anteriores a março de 2017, os quais não foram quantificados e tampouco registrados, considerando não haver decisão no âmbito da ação rescisória que visa revogar os efeitos do trânsito em julgado da ação proposta pela Companhia julgada improcedente.				

(b) Refere-se, a saldo credor de CIAP decorrente do ativo imobilizado e patrocínios com incentivo fiscal. (c) Refere-se à retenção na fonte sobre pagamentos.

10 **Ativos e passivos fiscais diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a. **Composição**

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações de fundo de pensão	116.710	136.085
Provisão para perdas de crédito esperadas	142.466	129.352
Provisão para contingências	179.387	166.816
AVP financeiro	(412)	976
Operações com arrendamento mercantil	1.391	1.255
Juros e variação monetária GASIUS	(4.207)	(3.343)
Provisão de fornecedores	17.016	16.990
Outras	879	879
Ativo não circulante	453.230	449.010

b. **Movimentação**

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	IR e CS diferidos								
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão perdas esperadas	Provisão para contingências	AVP contrato de concessão	Operações com arrendamento mercantil	Juros e variação monetária GASIUS	Fornecedores	Outras provisões	Total
Ativo em 31 de dezembro de 2023	136.085	129.352	166.816	976	1.255	(3.343)	16.990	879	449.010
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	6.709	13.114	12.571	(1.388)	136	(864)	26	-	30.304
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	(26.084)	-	-	-	-	-	-	-	(26.084)
Ativo em 31 de dezembro de 2024	116.710	142.466	179.387	(412)	1.391	(4.207)	17.016	879	453.230

c. **Realização**

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que eles serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas. A Companhia possui projeções de realizar os créditos, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	28.163
2025	32.230	69.264
2026	72.776	58.474
2027	63.021	66.272
2028 em diante	285.203	226.837
	453.230	449.010

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11 **Transação com partes relacionadas**

A Companhia é controlada diretamente pela Naturgy Distribución Latinoamericana S/A (54,16% do capital votante), que, por sua vez é controlada pela Naturgy Energy Group S/A (99,99% do capital votante). As demais ações estão distribuídas em mercado. Os saldos em 31 de dezembro de 2024 são demonstrados como segue:

	Ativo circulante	Passivo Circulante	Receitas	Despesas					
	2024	2023	2024	2023	2024	2023			
A receber/pagar Controladora indireta:									
Naturgy Energy Group S.A. (a)	-	-	5.714	1.000	-	9.826	15.242		
Controle Comum:									
Gás Fenosa Engineering (b)	-	-	-	-	9	35	-		
CEG Rio S.A. (c)	2.477	485	-	-	24.860	23.777	-		
LEAN CORPORATE SERVICES S.L. (d)	-	-	-	-	-	-	736	984	
LEAN CUSTOMER SERVICES SL (e)	-	-	-	-	-	-	-	1.015	1.249
Gás Natural São Paulo Sul S.A. (f)	761	224	-	-	537	534	-	-	-
Gás Natural Serviços S.A. (g)	11	11	-	-	794	805	2	-	-
Gás Natural do Brasil S.A. (h)	-	3	-	-	36	37	-	-	-
	3.249	723	5.714	1.000	26.236	25.188	11.579	17.475	
JCP e Dividendos									
Naturgy DL S.A. (i)	-	-	70.714	80.321	-	-	-	-	-
Pusepترول Energy (i)	-	-	2.946	3.347	-	-	-	-	-
Dinâmica energia (i)	-	-	12.697	14.147	-	-	-	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (i)	-	-	45.116	51.245	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas (i)	-	-	285	307	-	-	-	-	-
	3.249	723	131.758	149.367	26.236	25.188	11.579	17.475	

Os saldos referem-se substancialmente de: (a) Prestação de serviços abrangendo os serviços de comunicações, gestão de licenças corporativas e outros, esse contrato não possui atualização monetária e prestação de serviços abrangendo os serviços de Infraestrutura, serviço de processamento e rede de segurança e atendimento/ suporte ao usuário; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro). (b) Prestação de serviços de cooperação técnica abrangendo finanças e administração, controladoria, contabilidade, consolidação, impostos, serviços financeiros, auditoria interna, planificação de ingressos, relações laborais, comunicações, compras e serviços gerais, controle de projetos e processos, informação e sistema, desenvolvimento de operações e análises de procedimentos de qualidade, desenvolvimento de procedimentos de treinamento e atualização em normas e cessão de uso de espaço. (c) Prestação de serviços de assessoria corporativa (abrangendo os âmbitos comerciais, técnicos, planejamento, RH, jurídico, administrativo econômico-financeiro, marketing, relações externas, compras e serviços gerais), sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pela variação do IPCA; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo INPC; e cessão de capacidade; esse contrato terá vigência até o fim da concessão sendo prorrogado automaticamente na hipótese de renovação da concessão e reajustado anualmente pela variação do IGP-M. (d) Prestação de serviços abrangendo serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas que suportam as atividades do centro de serviços compartilhados econômico-financeiro, compras e processos administrativos da área de pessoas; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro). (e) Prestação de serviços de informática abrangendo serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas que suportam as atividades de leitura, faturamento e cobrança e atendimento a clientes; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro). (f) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos de gestão de RH, comercial, planejamento estratégico, procedimentos de qualidade, treinamento, atualização e cooperação técnico administrativa. (g) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos técnico administrativo para o desenvolvimento do escopo de serviços da GNS, sendo esse contrato assinado com cláusula de renovação automática e reajustado anualmente pelo IPCA; cessão de direito de créditos decorrentes do plano de assistência, sendo esse contrato assinado com prazo indeterminado e seu valor calculado através de percentual sobre o valor cedido; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IPCA. (h) Contrato de locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IGP-M. (i) Refere-se ao pagamento de dividendos sob a forma de juros sobre o capital próprio conforme Nota 18.2 (d).

Termos e condições de transações com partes relacionadas
As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do período não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros de mora e são liquidados em dinheiro, estando, contudo, o inadimplemento contratual sujeito a penalidades. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Adicionalmente, a Companhia informa que os contratos celebrados com partes relacionadas foram objetos de estudos e análises por consultor externo, demonstrando que os preços e condições não geram desequilíbrio econômico-financeiro para qualquer das Partes contratantes.

12 **Remuneração do pessoal-chave da Administração**

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do Comitê de Auditoria. A remuneração paga ou a pagar, incluindo os encargos legais, está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Honorários de membros dos conselhos	4.324	3.296
Honorários de diretoria estatutária	5.737	7.242
Planos de aposentadoria e pensão	179	167
Outros benefícios	931	847
	11.171	11.552

13 **Depósitos judiciais**

ICMS Imposto de renda Processo administrativo - SRF (a) CIDE (b) Penhora judicial (c) Trabalhistas (d) Ação civil (e)

	31/12/2024	31/12/2023
IC		

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Companhia Aberta

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 - CÓDIGO CVM 01661-6



	Edificações e obras civis		Máquinas e equipamentos		Equipamentos de informática e hardware		Móveis e utensílios		Veículos		Rede de gás		Outros		Total contrato de concessão	
	Terrenos	Instalações	Instalações	Instalações	Instalações	Instalações	Instalações	Instalações	Instalações	Instalações	Instalações	Instalações	Instalações	Instalações	Instalações	Instalações
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.890	21.266	1.072	77.392	3.133	2.779	225	2.023.414	6.493	2.023.414	6.493	638	1.507	54.785	2.137.664	54.785
Aquisição	-	-	-	52.250	-	-	390	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	127.425	-	-	127.425	-	-
Amortização	-	(1.348)	(82)	(28.537)	(1.095)	(968)	(104)	-	-	-	(3.782)	-	-	(115.663)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.890	19.918	990	101.105	2.038	2.201	121	2.071.730	4.218	2.071.730	4.218	638	1.507	2.204.211	2.204.211	2.204.211
Custo total	1.890	55.091	11.569	361.098	38.403	20.848	20.696	3.365.878	30.296	3.365.878	30.296	638	1.507	3.905.769	3.905.769	3.905.769
Amortização acumulada	-	(35.173)	(10.579)	(259.993)	(36.365)	(18.647)	(20.575)	(1.294.148)	(26.078)	(1.294.148)	(26.078)	-	-	(1.701.558)	-	-
Valor contábil atual	1.890	19.918	990	101.105	2.038	2.201	121	2.071.730	4.218	2.071.730	4.218	638	1.507	2.204.211	2.204.211	2.204.211
Taxas anuais de amortização (%)	-	4	4	5 e 10	-	20	10	20	3	20	3	-	-	33	-	-

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 6.817 (R\$ 9.878 em 31 de dezembro de 2023) à taxa média de 12,54% (14,97% em 31 de dezembro de 2023).

14 Obrigações por arrendamento

A Companhia possui arrendamento com itens de terrenos, edificações e veículos. O prazo de arrendamento de terrenos é de cinco anos, edificações varia entre um (superior a um e inferior a dois) e oito anos enquanto veículos é superior a um ano e inferior a dois anos. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

Contratos por prazo e taxa de desconto		Taxa % a.a.	
Superior a 1 ano até 8 anos		8,45	11,45
Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de terrenos, edificações e veículos. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (mobilizado arrendado) e passivos de arrendamento. A companhia aplicou as isenções de reconhecimento previstas no CPC 06 (R2) para os contratos com prazo de doze meses ou menos e/ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo (até R\$ 32 equivalente a 5 mil Euros).			
Os saldos de arrendamento, em 31 de dezembro de 2024, são de R\$ 16.475 (R\$ 14.822 em 31 de dezembro de 2023) no ativo e R\$ 19.919 (R\$ 17.668 em 31 de dezembro de 2023) no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2).			

14.1 Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Saldo inicial 31/12/2023	Adição	Amortizações	Saldo final 31/12/2024	Prazo médio contratual - (anos)
Terrenos	4	-	(4)	-	5,42
Edificações	14.546	587	(4.141)	10.992	3,12
Veículos	272	7.800	(2.589)	5.483	1,00
Total - ativo de direito de uso	14.822	8.387	(6.734)	16.475	
Ativo de direito de uso	Saldo inicial 1º/12/2023	Adição	Amortizações	Saldo final 31/12/2023	Prazo médio contratual - (anos)
Terrenos	15	-	(11)	4	5,42
Edificações	6.336	11.061	(2.851)	14.546	3,12
Veículos	425	1.370	(1.523)	272	1,00
Total - ativo de direito de uso	6.776	12.431	(4.385)	14.822	

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação do contrato da sede administrativa, conforme períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente.

	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxos de caixa (31 de dezembro de 2024)		
Contraprestação do arrendamento	13.349	11.955
PIS/COFINS potencial	1.235	1.106
	14.584	13.061

Fluxos de caixa (31 de dezembro de 2023)

	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	17.719	15.242
PIS/COFINS potencial	1.639	1.410
	19.358	16.652

14.2 Obrigações por arrendamento

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 31/12/2023	Encargos financeiros	Adição (*)	Baixa	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2024
Terrenos	6	1	-	-	(7)	-	1
Edificações	17.421	4.391	588	-	(5.141)	(1.187)	16.072
Veículos	241	888	7.800	(2.245)	(2.600)	(237)	3.847
Total - passivo de arrendamento	17.668	5.280	8.388	(2.245)	(7.748)	(1.424)	19.919
Passivo de arrendamento	Saldo inicial 1º/12/2023	Encargos financeiros	Adição	Baixa	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2023
Terrenos	19	2	-	-	(14)	(1)	6
Edificações	8.720	2.306	11.061	-	(3.620)	(1.046)	17.421
Veículos	434	148	1.370	(89)	(1.570)	(52)	241
Total - passivo de arrendamento	9.173	2.456	12.431	(89)	(5.204)	(1.099)	17.668

(*) Adição referente ao reajuste do contrato da sede corporativa na Barra da Tijuca e contrato de aluguel de veículos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
31 de dezembro de 2024					
Terrenos	Fixa	11,45	-	-	-
Edificações (*)	Fixa	8,45 a 11,45	5.255	10.818	16.073
Veículos	Fixa	10,75	1.969	1.877	3.846
Total - obrigação por arrendamento			7.224	12.695	19.919
31 de dezembro de 2023					
Terrenos	Fixa	11,45	6	-	6
Edificações (*)	Fixa	8,45 a 11,45	670	16.752	17.422
Veículos	Fixa	10,75	240	-	240
Total - obrigação por arrendamento			916	16.752	17.668

(*) As taxas são definidas de acordo com o prazo de cada contrato.

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento no passivo circulante e não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Até dezembro de 2025	Janeiro de 2026 a dezembro de 2027	Valores nominais	Valor presente
Terrenos	-	-	-	-
Edificações	5.271	9.911	15.182	16.073
Veículos	1.677	2.123	3.800	3.846
Total	6.948	12.034	18.982	19.919

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2024, para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 11,45% (imóveis), 8,45% a 11,45% (edificações) e 10,75% (veículos).

Em 31 de dezembro de 2024, as despesas de depreciação para os contratos acima foram de R\$ 6.734 (R\$ 4.385 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 1.424 (R\$ 1.099 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor e/ou cujo prazo é de 12 meses ou menos foram reconhecidos como despesa de aluguel no resultado do exercício. O montante total reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 10.600 (R\$ 9.011 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

15 Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
De gás (a)	342.581	385.472
De serviços	115.527	113.170
De materiais e outros	840	7.097
	458.948	505.739

(a) A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o contrato celebrado entre as partes em 30 de outubro de 2024 com vigência até 31 de dezembro de 2034.

16 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos		
Linhas de crédito	1.166.905	1.218.313
	1.166.905	1.218.313
Total do passivo		
Circulante	499.806	141.784
Não circulante	667.099	1.076.529
	1.166.905	1.218.313

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para garantir a estrutura de capital necessária para a consecução do objeto social da Companhia. Os referidos empréstimos não apresentam cláusulas restritivas e garantias.

A composição dos empréstimos em moeda nacional pode ser assim demonstrada:

	Indexadores	Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,90%	23/11/2026	(a) 289	29.893	296	29.625
	CDI+1,90%	23/11/2026	(a) 481	49.822	494	49.775
	CDI+1,90%	23/11/2026	(a) 481	49.822	772	50.000
Banco de Tokyo	CDI+1,64%	18/05/2026	(a) 12.085	150.291	14.029	151.040
	CDI+1,45%	11/04/2025	(a) 108.815	-	10.722	100.149
Banco Santander S.A.	CDI+1,89%	20/10/2026	(a) -	39.966	(138)	35.226
	CDI+1,90%	20/10/2026	(a) -	27.068	(91)	23.857
	CDI+0,95%	10/10/2025	(a) 61.225	-	1.564	59.952
Banco Citibank	CDI+1,75%	16/05/2024	(a) -	-	50.538	(375)
Banco do Brasil	CDI+1,71%	07/04/2026	(a) 5.228	160.208	5.413	160.951
	CDI+1,71%	07/04/2026	(a) 3.317	100.143	3.433	100.657
ING Mizuho	CDI+1,60%	20/05/2024	(a) 3.362	30.000	32.673	-
Banco Intesa San Paolo	CDI+1,75%	04/04/2025	(a) 43.562	-	3.839	39.891
	CDI+1,90%	07/12/2026	(a) 116	29.886	142	30.000
Banco Itaú	CDI+1,78%	07/04/2025	(a) 48.969	-	5.021	44.874
	CDI+1,78%	07/04/2025	(a) 115.936	-	12.148	106.253
	CDI+1,90%	21/11/2025	(a) 45.445	-	440	44.836
	CDI+1,90%	21/11/2025	(a) 50.495	-	489	49.818
			499.806	667.099	141.784	1.076.529

(a) Os empréstimos renegociados não tiveram modificações substanciais em seus termos que resultasse no desconhecimento da dívida. Dessa forma, a Companhia recalculou o custo amortizado dos empréstimos considerando o valor presente dos fluxos de caixa contratuais futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do empréstimo, reconhecendo o montante de R\$ 3.801 (R\$ 3.311 em 31 de dezembro de 2023) referente ao ganho decorrente da modificação dos termos da dívida.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	444.377
2026	667.099	632.152
	667.099	1.076.529

Mapa de movimentação dos empréstimos

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.218.313	1.250.329
Pagamento do principal	(50.000)	-
Juros provisionados	142.434	171.396
Juros pagos	(141.486)	(203.633)
Custos amortizados no exercício	(2.356)	221
Saldo final	1.166.905	1.218.313

17 Tributos a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	46.482	37.173
IRPJ e Contribuição Social a pagar	63.184	53.764
COFINS	8.613	8.141
PIS	1.859	1.102
CS/PIS/COFINS terceiros	2.409	2.109
INSS terceiros	2.347	1.686
ISS terceiros	1.208	1.184
Outros	5.837	5.804
	131.939	110.963

18 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos exercícios abaixo estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	761.661	761.661	875.685	875.685
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva	(190.415)	(68.549)	(218.921)	(78.812)
Juros sobre o capital próprio	21.381	7.697	19.121	6.883
Adições permanentes	(4.065)	(1.463)	(5.552)	(1.998)
Incentivos fiscais	508	-	532	4
Imposto de renda e contribuição social de acordo no resultado do exercício	(172.591)	(62.315)	(204.820)	(73.923)
Imposto corrente	(194.873)	(70.337)	(234.824)	(84.724)
Imposto diferido	22.282	8.022	30.004	10.801
	(172.591)	(62.315)	(204.820)	(73.923)
Alíquota efetiva	23%	8%	23%	8%

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Companhia Aberta

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 - CÓDIGO CVM 01661-6



Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

Table with columns: Plano de benefícios GASIUS, Benef. Esp. de apos-ent. (plano 90), Prêmio apor-sentadoria, Assistência médica para aposentados, Total. Rows include Custos de serviço corrente, Juros sobre obrigações atuariais, Benefícios pagos, Resultado abrangente, Imposto de Renda e contribuição social, Resultado abrangente líquido de impostos.

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2024, são as seguintes:

Table with columns: Hipóteses econômicas, Taxa de desconto, Crescimentos salariais futuros, Inflação, Hipóteses demográficas, Tábua de mortalidade, Tábua de mortalidade de inválidos, Tábua de entrada em invalidez.

21 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Trabalhistas, Cíveis, Regulatória, Tributárias.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Table with columns: 31/12/2023, Adições, Baixas por reversão/pagamento, 31/12/2024. Rows include Trabalhistas, Cíveis, Regulatória, Tributárias.

Table with columns: 31/12/2022, Adições, Baixas por reversão/pagamento, 31/12/2023. Rows include Trabalhistas, Cíveis, Regulatória, Tributárias.

A Companhia possui R\$ 68.269 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 63.371 em 31 de dezembro de 2023) referente a valores depositados em juízo, por ordem judicial. Esses depósitos são atualizados monetariamente (Nota Explicativa nº 12).

Alguns desses depósitos não possuem provisão devido a seus autos não terem a classificação de perda provável conforme avaliação da Administração e seus consultores.

a. Contingências tributárias

A composição da provisão para contingências tributárias é a seguinte:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Esfera Federal, Estadual, Municipal.

(i) Contingências tributárias com perdas prováveis

Desse montante podemos destacar os seguintes processos: Ação Ordinária (2001.51.01.017353/0017353-50.2001-4.02-51101) Questionamento sobre a incidência da CIDE. De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª Instância tem sido desfavorável, dessa forma, estimamos como provável a expectativa de perda desse processo.

Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.459. Por este motivo, a Companhia ingressou com ação anulatória de nº 0025299-63.2007.4.02.5101, no TRF 2, visando desconstituir a decisão da União Federal que anulou o parecer decisório que permitia a compensação dos montantes de PIS e COFINS. O valor atualizado da causa, incluindo multas, atualização monetária (Selic) e compensação em duplicidade é de R\$ 525.332, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 509.078 em 31 de dezembro de 2023). A sentença de 1ª instância condenou a Companhia a devolver o montante principal atualizado, excluindo a incidência de juros e a compensação em duplicidade, sentença esta que foi objeto de recursos de apelação tanto por parte da CEG quanto por parte da União Federal.

Em outubro de 2022 pelo TRF 2, o que ocorreu parcialmente em função de pedido de vistas de uma desembargadora, contudo, o desembargador relator proferiu seu voto mantendo a sentença de 1ª instância. Tanto a Companhia, quanto à União Federal interuseram novos recursos em face do acórdão prolatado, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Considerando o andamento processual e contexto atuais, a classificação de risco de perda da causa permanece como provável, cujo saldo da provisão em 31 de dezembro de 2024 perfaz o montante de R\$ 289.861 de encargos, em 31 de dezembro de 2023).

Ação Anulatória (5031634-22.2021.4.02.5101) Em outubro de 2013, a Companhia iniciou processo referente a homologação parcial, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos de COFINS cujo valor total atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 28.567 (R\$ 27.456 em 31 de dezembro de 2023). Em setembro de 2023, em função da conclusão do trabalho de pericia judicial realizado, os advogados da Companhia reavaliaram o prognóstico e estimam que parte do processo no valor de R\$ 2.085 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.004 em dezembro de 2023) tem probabilidade de perda provável, razão pela qual foi constituída provisão contábil deste valor, a outra parte no valor de R\$ 26.482 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 25.452 em dezembro de 2023) segue com prognóstico de perda possível.

Ademais, a Companhia tem registrado o valor correspondente a honorários advocatícios de êxito em ações judiciais de R\$ 3.182 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.163 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia ainda dispõe de R\$ 283 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.336 em 31 de dezembro de 2023) relativos a outras causas com prognóstico provável de perda. A variação relevante nas outras causas de prognóstico de perda provável refere-se a mudança de classificação de um dos processos que a compunha para perda possível.

(ii) Contingências tributárias com perdas possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 68.163 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 64.263 em 31 de dezembro de 2023).

Desse montante, podemos destacar os seguintes processos: Em agosto de 2018, a Companhia iniciou processo administrativo visando a homologação compensação/restituição de débitos de imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.897 (R\$ 7.623 em 31 de dezembro de 2023).

Em dezembro de 2019, foi iniciado pela Companhia, processo administrativo requerendo a compensação de débitos próprios mediante o aproveitamento de crédito decorrente de saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, relativo ao ano-calendário de 2004, exercício de 2005. Os advogados da Companhia alteraram seu prognóstico classificando o mesmo como possível a probabilidade de perda dessa ação, que em 31 de dezembro de 2024 tem o valor atualizado de R\$ 11.182 (R\$ 10.816 em 31 de dezembro de 2023).

Em agosto de 2020, a Companhia iniciou processo administrativo, com a impugnação de um auto de infração, lavrado para exigência de multa relativa aos períodos de janeiro de 2015 a outubro de 2018, em decorrência de indicação de dados incorretos em arquivos da Escrituração Fiscal - EFD. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.214 (R\$ 6.679 em 31 de dezembro de 2023).

Em julho de 2023, a Companhia iniciou processo administrativo, objetivando a impugnação de um auto de infração lavrado, baseado na suposta divergência entre as informações enviadas na Escrituração Fiscal - EFD comparadas Fiscais Eletrônicas (NF-e) recebidas. Os consultores jurídicos da Companhia estimam probabilidade de perda dessa ação como possível, motivo pelo qual não houve constituição provisão, o valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 6.019 (R\$ 5.807 em 31 de dezembro de 2023).

Os demais processos classificados como possíveis atualizados em 31 de dezembro de 2024 somam R\$ 9.369 (R\$ 7.886 em 31 de dezembro de 2023).

b. Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária.

A quantidade dessas ações é demonstrada da seguinte forma:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Quantidade de ações movidas por Ex-empregados CEG, Ex-empregados terceiros, Outros (Ministério Público, INSS).

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Ex-empregados CEG, Ex-empregados terceiros.

As reclamações trabalhistas classificadas como risco possível por parte da Companhia totalizam em 31 de dezembro de 2024 R\$ 33.563 (R\$ 80.786 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, está em busca constante de melhorias, tais como: (i) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.

(ii) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando à redução da contingência laboral e custos com os advogados.

(iii) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

(iv) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborales.

(v) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

(vi) Implantação do sistema de gestão da documentação de empresas terceiras (SERTRAS).

c. Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2024, essas causas totalizam R\$ 46.005 (R\$ 36.080 em 31 de dezembro de 2023). Com destaque contra o período comparativo, nos processos: 0011311-43.2024.8.19.0001 no valor de R\$ 5.899 referente a execução fiscal interposta pelo Estado do Rio de Janeiro, objetivando o recebimento do valor relativo à multa aplicada pela AGENERSA em decorrência de acidente com vítima fatal.

0075614-66.2024.8.19.0001 no valor de R\$ 5.918 referente a execução fiscal interposta pelo Estado do Rio de Janeiro, objetivando o recebimento do valor relativo à multa aplicada pela AGENERSA em decorrência de obra realizada no Condomínio IAPI da Penha.

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 51.792 (R\$ 50.474 em 31 de dezembro de 2023) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos. Com destaque para o processo 0129467-15.2009.8.19.0001, referente a discussão acerca do valor da margem aprovado na 2ª revisão tarifária, que representa, o valor de R\$ 35.617 da contingência total e o processo 0192859-26.2009.8.19.0001, referente a discussão acerca majoração de tarifas homologada pela AGENERSA na 2ª revisão tarifária, que representa, o valor de R\$ 6.937 da contingência total.

d. Contingências regulatórias

As contingências regulatórias provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2024; essas causas totalizam R\$ 135 (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2023).

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados como perda possível no valor de R\$ 47 (R\$ 4.529 em 31 de dezembro de 2023) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos. Não há destaque para o período comparativo, pois individualmente os processos não apresentam valores relevantes.

22 Informações por segmento

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de Gás no Estado do Rio de Janeiro e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

A Administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (986.613 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (12.593 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shopping centers e hotéis), industrial (229 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoeletrício (4 usinas de geração de energia movidas a gás natural) e automotivo (576 postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que individualmente represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

Table with columns: Segmentos, Residencial, Comercial, Industrial, Automotivo, Construção, Outras Receitas, Total. Rows include Volumes m³ mil, Receita Bruta, Deduções, Receita Líquida, Custo, Resultado Bruto, Despesas/Receitas operacionais, Resultado antes da tributação, Provisão p/IR e Contribuição social, Lucro do Exercício.

(* As outras receitas têm a seguinte composição:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Receitas de serviços, Receitas de serviços taxados, Receita de alugueis.

A Administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

Table with columns: Segmentos, Residencial, Comercial, Industrial, Automotivo, Construção, Outras Receitas, Total. Rows include Volumes m³ mil, Receita Bruta, Deduções, Receita Líquida, Custo, Resultado Bruto, Despesas/Receitas operacionais, Resultado antes da tributação, Provisão p/IR e Contribuição social, Lucro do exercício.

23 Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Venda de gás (a), Contratos de construção, Outras receitas (b), Total receita bruta, (-) ICMS, (-) ISS, (-) PIS, (-) COFINS, (-) Taxa de regulação, Total de deduções, Receita líquida.

(a) A variação é decorrente do reajuste do custo do gás com base no IGP-M. (b) É constituído principalmente pela receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), em que o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobras. Ademais, a variação comparativa se refere a inclusão de novos clientes ao mercado livre (Gerdau e Ternium).

24 Custo do serviço

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Compra de gás e de serviços, Custo dos contratos de construção, Custo de pessoal, Custo de amortização do intangível.

25 Compromissos

25.1 Fornecedor de gás

Em 31 de outubro de 2023, foram celebrados 4 contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com redução de Quantidade Diária Contratual para 4.300.000m³/dia (01/01/2023 a 31/12/2028) e para 2.924.000 m³/dia (01/01/2029 a 31/12/2034). Nos referidos Contratos, a Ceg se compromete, a partir de 01/12/2023:

- A retrair da Petrobras na média diária do referido mês, o correspondente a 90% da QDC - compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM);
- A contrair a capacidade de transporte mensal correspondente a 100% da QDC.
No primeiro semestre de 2024 foram celebrados os seguintes aditamentos ao contrato de suprimento:
- O Aditivo N° 1, instituiu novo preço que se aplicará nos anos de 2024 e 2025 aos contratos NMG 2023-2034, NMG 2024-2032, NMG 2024-2030 e NMG 2024-2028, sendo este de 11% do Brent para o volume que superar 60% da QDC. Como contrapartida, a Distribuidora celebrou a contratação de volume adicional de 315 mil m3/dia de 2029 até 2034 em contrapartida à implementação do novo mecanismo de preço implementado;
- O Aditivo N° 2, instituiu a redução das Quantidades Diárias Contratuais (QDC) em decorrência da migração de consumidor cativo para o mercado livre de gás natural nos volumes totais de 100 mil m3/dia em 16/06/2024 e 178 mil m3/dia em 01/10/2024, cumprindo os termos do contrato.
- O Aditivo N° 3, celebrado em 17 de dezembro de 2024, aos contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, onde acordou-se um novo preço para a molécula de gás natural (10%), que será aplicado entre o consumo de 90% e 115% da QDC, no período entre 01/01/2025 até 31/12/2026.

Em 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 58.216 referentes ao volume de 29.314.890 m³ de gás pagas e não retiradas, decorrentes do compromisso de Retirada Mínima Mensal (RMM) no período de janeiro a novembro de 2024 dos contratos firmados. Destes montante, foram recuperados R\$ 5.415, referentes ao volume de 2.540.940 m³. Assim sendo, o saldo em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 52.801 a ser recuperado nos próximos 12 meses.

A recuperação poderá ser realizada de forma mensal durante a vigência de cada contrato e, após o término do contrato, diariamente durante o período de até 120 dias, considerando ainda os eventuais critérios e prorrogações contratuais.

25.2 Revisão tarifária (RTI)

4ª Revisão Tarifária

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/18 e em 19/11/18, foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, visando adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente.

Em 10 de março de 2021, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA realizou sessão regulatória pública, de forma on-line, para julgamento do processo referente a 4ª revisão quinquenal tarifária (quinquênio 2018-2022). Em 24/03/21 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.198/2021 com os resultados da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas da CEG. A referida Deliberação imputou à Companhia uma redução de 13,5% em sua margem tarifária com vigência a partir de 01 de abril de 2021. Posteriormente, em 29/03/21, a AGENERSA publicou a suspensão dos efeitos e prazos da referida Deliberação e em 14/06/21, a AGENERSA publicou sua decisão por manter os efeitos suspensos da referida Deliberação, reestabelecendo os prazos processuais, permitindo a interposição dos Embargos Declaratórios.

Em 12/04/22 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.407, a qual nega provimento aos Embargos de Declaração interpostos pela Concessionária, tendo a Concessionária interposto Recurso Administrativo em 25/04/2022 e desta forma os efeitos da Deliberação AGENERSA nº 4.198/2021 foram suspensos. Havia também ação judicial anulatória interposta pela Companhia contra a AGENERSA que visa anular Deliberações da Agência que davam interpretações equivocadas ao Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja aplicação teria impactos diretos na definição da 4ª revisão tarifária. Nesse sentido, a Companhia deu início a uma proposta de mediação do tema junto a AGENERSA e a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Como resultado do processo de mediação, as partes chegaram a um acordo, com concessões mútuas e reciprocas, onde se definiu a aplicação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, inclusive, com a definição de que a outorga paga seria considerada como ativo indenizável, cuja metodologia de pagamento será definida até o último ano da 5ª revisão tarifária.

Como consequência, em 14.11.2024, a AGENERSA julgou o recurso administrativo interposto pela Companhia, encerrando a 4ª revisão tarifária sem alteração tarifária, tendo em vista que o ciclo se encerrou em 2022 e remetendo o saldo apurado na Deliberação da AGENERSA, de R\$297.000 (apurado em dez/21), para consideração no fluxo econômico-financeiro da 5ª revisão tarifária.

Em 13.12.2024 o acordo foi assinado pela Companhia e pelo Poder Concedente, tendo sido homologado na ação anulatória supracitada em 09.01.2025.

Tendo em vista o acordo firmado permitindo que a Companhia recupere o valor supra citado, devidamente adicionado ao fluxo de caixa que será definido na 5ª revisão tarifária, com base nas entregas futuras de gás para os seus clientes, o mesmo não se qualifica na definição de um ativo intangível e como não há o direito contratual de receber dinheiro ou outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024, o direito legal de adicionar o referido montante no fluxo de caixa revisacional no futuro não foi suficiente para satisfazer a definição de um ativo, não tendo sido reconhecido.

Considerações sobre a 5ª RTI Em 30/09/2022, como parte do processo de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), e em conformidade com o Ofício AGENERSA/SCEXEC SEI Nº698/2022, a Concessionária entregou a Proposta de Taxa de Remuneração de Capital, bem como a Base Inicial de Remuneração de Ativos. Em 27/09/2022, através do Ofício AGENERSA/SCEXEC Nº1002, fica estabelecido que a entrega do Plano de Negócios de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), pela Concessionária, deverá ser realizado após Deliberação do Regulador sobre Taxa de Remuneração.

26 Despesas de vendas, gerais e administrativas

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Despesa de pessoal (a), Serviços profissionais e contratados (b), Amortização do intangível, Serviços e outros gastos, Provisões (reversões) líquidas contingências, Serviços de manutenção, Utilidades, materiais e serviços, Despesa de atividades comerciais (c), Entidade de previdência privada, Perda (recuperação) de crédito (c), Provisão para perdas de crédito esperada (c).

(a) Inclui principalmente despesas com pessoal administrativo. (b) O saldo contido na referida conta refere-se substancialmente aos serviços operacionais como cobrança, teleatendimento, entrega de fatura e leitura de medidores, comercialização e atendimento ao cliente. Adicionalmente, existem outros serviços corporativos, como serviços e licenças vinculados a tecnologia da informação e segurança.

(c) Composição das despesas com vendas da DRE. A variação apresentada refere-se, substancialmente, a menor constituição da PCE (perdas de crédito estimadas) reconhecida neste exercício.

27 Outras receitas e despesas, líquidas

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Impostos e taxas (a), Indenização a terceiros, Recuperação/despesa com impostos, Penalidade por desvio de programação, Outras receitas operacionais, Outras despesas operacionais.

(a) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Orçamentário Temporário (FOT). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em dezembro de 2019.

28 Resultado financeiro

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Receitas financeiras, Rendas sobre aplicações financeiras, Receita de juros e encargos, Atualizações monetárias, AVP - Juros de empréstimos, Outras receitas financeiras.

Despesas financeiras Juros de empréstimo IOF, Atualizações monetárias contingências, Atualizações monetárias, Fiança bancária, Capitalização de juros de empréstimos, AVP - Juros de empréstimos, Outras despesas financeiras.

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Receitas financeiras, Rendas sobre aplicações financeiras, Receita de juros e encargos, Atualizações monetárias, AVP - Juros de empréstimos, Outras receitas financeiras.

Despesas financeiras Juros de empréstimo IOF, Atualizações monetárias contingências, Atualizações monetárias, Fiança bancária, Capitalização de juros de empréstimos, AVP - Juros de empréstimos, Outras despesas financeiras.

29 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Table with columns: Ramos, Vigência das apólices, Importâncias seguradas. Rows include Risco operacional, Responsabilidade civil geral, Responsabilidade civil - administradores - diretores e dirigentes.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA. Katia Brito Repsold (Diretora-Presidente), Bianca Giovana Wanderley Mascaro (Diretora Comercial), Christiane Delart Dias de Azevedo (Diretora de Rede), Márcio Gomes Vargas (Diretor Econômico-Financeiro e Relações com Investidores).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - EFETIVOS. Pedro Larrea Paguaga (Presidente), Katia Brito Repsold, Jerôme Georges Louis Piquermal, Rafael Pablo Salas Cox, Ignacio Ochoa Escala, Carlos Ferrer Ripoll, Manoel Eduardo Lima Lopes, Miguel Gustavo Ochchipinti, Celso Luiz Nunes Amorim, José Mucio Monteiro Filho, Mathias Alencastro, Manoel Carlos de Almeida Neto.

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS. Renato Achutti, Felipe Kfuri Moreira da Silva, Luiz Claudio Costa, CONTADOR: Emerson de Pontes Sales, Contador - CRC 110288/O-9 RJ.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Companhia Aberta

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 - CÓDIGO CVM 01661-6

Naturgy

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG
Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para contingências	
Veja as Notas 2.13, 3(c) e 21 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, regulatória, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas operações. Os processos de natureza tributária são relativos a multas aplicadas pelas autoridades fiscais competentes sobre potenciais não cumprimentos da legislação em vigor. O julgamento sobre a determinação do risco de perda como perda provável e a estimativa da saída de recursos para liquidar as obrigações é feito pela administração da Companhia com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas com os valores envolvidos, assim como quanto à probabilidade de saída de recursos, oriundos das ações tributárias consideradas mais significativas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: <ul style="list-style-type: none"> (a) Obtenção de confirmações, recebidas diretamente dos especialistas jurídicos externos, que incluem avaliações sobre as probabilidades de perda e as estimativas de valores envolvidos. Comparamos essas avaliações e estimativas àquelas usadas pela Companhia. (b) Avaliação da capacidade da Companhia na preparação dessas estimativas comparando uma amostra de valores pagos na resolução de causas no exercício com as provisões previamente reconhecidas; e (c) Avaliação se as divulgações das demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para as causas acima referidas, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
Mensuração do passivo atuarial	
Veja as Notas 2.15, 3(d) e 20 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia possui planos de benefício pós-emprego concedidos a empregados e ex-empregados relativos a assistência médica e a plano de pensão. Os saldos decorrentes de sua mensuração são relevantes no contexto das demonstrações financeiras e envolvem a necessidade de considerar premissas para determinação dos valores. O passivo de benefício definido é estimado com base em premissas atuariais, tais como taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano de pensão, crescimentos salariais futuros e taxas de mortalidade. Devido às incertezas relacionadas com as premissas utilizadas para estimar o passivo de benefício definido que podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: <ul style="list-style-type: none"> (a) Avaliação, com base amostral, dos dados dos participantes utilizados na avaliação atuarial da Companhia; (b) Obtenção, com o auxílio dos nossos especialistas atuariais e com o objetivo de mitigar as incertezas mencionadas, do entendimento em relação às principais premissas aplicadas pela Companhia, obtidas com base em trabalho realizado por empresa especializada contratada pela Companhia. Essas premissas são por nós comparadas com aquelas usualmente praticadas no mercado e aplicadas no cálculo das obrigações; (c) Recálculo, com o auxílio dos nossos especialistas atuariais, dos cálculos das obrigações de benefícios a empregados realizados por empresa especializada em avaliação atuarial, contratada pela Companhia; e (d) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao passivo de benefício definido. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor de benefício a empregados e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

KPMG KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, emitido sem ênfases e ressalvas, com data de 17/02/2025, o Conselho Fiscal, **por unanimidade**, é de opinião que os referidos documentos e propostas encontram-se em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 17 de fevereiro de 2025.

Felipe Kfuri Moreira da Silva

Renato Achutti

Luiz Cláudio Costa

Fitch: acordo com a União sobre Angra 3 é positivo para Eletrobras

Projeto necessitaria de cerca de R\$ 20 bilhões para ser finalizado

Agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings destacou, em relatório divulgado nesta sexta-feira, que o saldo final do acordo de conciliação firmado entre o governo brasileiro e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) será positivo para a empresa se aprovado conforme premissas divulgadas pelas partes. Segundo estimativas do governo, o projeto necessitaria de cerca de R\$ 20 bilhões para ser concluído.

As negociações ainda precisam ser validadas pelos acionistas e homologadas pela suprema corte. Para entender a linha do tempo, a obra de Angra 3 -- Iniciada na década de 1980--foi paralisada em mais de uma

ocasião por falta de recursos, além de uma interrupção em 2015 por suspeitas de corrupção apontadas na Operação Lava Jato.

O cenário-base do rating da Eletrobras (IDRs – Issuer Default Ratings – Ratings de Inadimplência do Emissor – BB– e Rating Nacional de Longo Prazo AA (bra), todos com perspectiva negativa) não considera desembolsos com Angra 3, mas avalia positivamente o fim desta possibilidade.

O relatório citou que os termos desobrigam a Eletrobras de aportar recursos para concluir Angra 3 caso o governo decida continuar as obras da usina nuclear. Por outro lado, a União ganha assentos no conselho

de administração da companhia, que se compromete a investir em debêntures a serem emitidas pela Eletronuclear S.A. (Eletronuclear).

Segundo a Fitch, os termos foram acordados na Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal (CCAF) e basearão um termo de conciliação que ainda precisa ser aprovado pela assembleia geral de acionistas da Eletrobras e homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Eletronuclear

A Eletrobras possui participação de 67,95% na Eletronuclear e a estatal Empresa Brasileira de Participações em Ener-

gia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), os 32,05% restantes. Um acordo entre elas, firmado à época da privatização, obrigava a Eletrobras a aportar recursos ou prover garantias para concluir Angra 3 proporcionais à sua participação no capital votante da Eletronuclear – 35,9%. “Apesar de esta obrigação deixar de ser válida após a homologação do termo de conciliação, a empresa continuará provendo as garantias atualmente vigentes à Eletronuclear, que alcançavam R\$ 6,0 bilhões ao final de setembro de 2024”, destacou o relatório.

Segundo a Fitch, o acordo não altera o controle da Eletrobras e encerra uma ação que o governo fede-

ral movia no STF para aumentar sua participação no conselho de administração da Eletrobras após a privatização. O Estado passa a eleger três dos dez conselheiros, ante o atual direito de apontar um de nove.

Mesmo com a União passando a apontar 30% dos membros, regras da Eletrobras continuam limitando sua representatividade nas votações da assembleia geral de acionistas a 10% do capital votante e, consequentemente, a ingerência política nas decisões corporativas. Outro ponto acordado é o compromisso da Eletrobras com a subscrição de R\$ 2,4 bilhões em debêntures da Eletronuclear, cujos recursos serão utilizados para aumentar a vida útil de Angra

1. As debêntures terão dez anos de prazo, com quatro de carência para pagamento e serão mandatoriamente conversíveis em capital da Eletronuclear caso algumas condições sejam atendidas.

“O montante é significativo, mas gerenciável para o caixa da holding. Ao final de setembro de 2024, o caixa e as aplicações financeiras da holding Eletrobras somavam R\$ 16,5 bilhões. Em bases consolidadas, eram R\$ 28,4 bilhões, frente a uma dívida total ajustada de R\$ 95,0 bilhões, que incluíam R\$ 25,4 bilhões em garantias prestadas a empresas não consolidadas. A relação dívida líquida ajustada/Ebitda era de 4,1 vezes”, mencionou o relatório da Fitch.

FIQUE ATENTO,
E JUNTOS VAMOS
LUTAR CONTRA
O CORONAVÍRUS.

MINOTAURO, LUTADOR

O coronavírus chegou
ao Brasil. Vamos ficar
atentos, mas tranquilos.
Informação e boa
higiene são as melhores
formas de se prevenir
do vírus e proteger
sua família



ESCANEE
COM A CÂMERA
DO SEU CELULAR
PARA INFORMAÇÕES
ATUALIZADAS.

SAIBA MAIS EM
SAUDE.GOV.BR/CORONAVIRUS
OU PELO APP CORONAVIRUS - SUS

DISQUE
SAÚDE
136

APOIO DESTA VEÍCULO

B3 altera horários de negociações

Mudanças são devido ao horário de verão nos EUA, Alemanha e Inglaterra

A B3, bolsa de valores do Brasil, informa que, devido ao início do horário de verão nos Estados Unidos em 09 de março de 2025 (domingo) e por conta do horário de verão na Alemanha e na Inglaterra em 30 de março de 2025, os horários de negociação dos mercados brasileiros de bolsa e de balcão serão alterados em grades horárias distintas.

A partir de segunda-feira (10/3), a nova grade horária

será implementada para o mercado de derivativos – com destaque para alterações nos horários de negociação de algumas commodities e de apuração de preços de ajuste, e para o mercado de ações, em que o mercado à vista passará a ocorrer até as 17h. O after market será entre 17h30 e 18h, com horário de abertura permanecendo às 10h.

A partir de 31 de março de 2025, as operações estruturadas e os contratos futu-

ros referenciados em Índice de Ações Europeus vão funcionar das 9h até 18h. O Forward Points com Futuro de Míni Dólar terá encerramento às 12h05.

A B3 S.A. (B3SA3) é uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro do mundo e uma das maiores em valor de mercado, entre as líderes globais do setor de bolsas. Conecta, desenvolve e viabiliza o mercado financeiro e de capitais e, junto com os clientes e a

sociedade, potencializa o crescimento do Brasil.

Atua nos ambientes de bolsa e de balcão, além de oferecer produtos e serviços para a cadeia de financiamento. Com sede em São Paulo e escritórios em Chicago, Londres, Singapura e Xangai, desempenha funções importantes no mercado pela promoção de melhores práticas em governança corporativa, gestão de riscos e sustentabilidade.

Fundo Estímulo: R\$ 300 milhões em apoio financeiro em cinco anos

Criado em 2020 por um grupo de empresários, em plena pandemia da Covid 19, o fundo Estímulo teve como objetivo inicial dar auxílio imediato para pequenos empreendedores diretamente afetados pelas barreiras sanitárias. O fundo estruturou uma área de atuação dedicada às mulheres. Desde então, com o apoio direto de empresas como Itaú, Vale, BTG Pactual, B3, Serasa, Santander, Master, Meta e Google, o fundo chegou a R\$300 milhões em apoio financeiro para 4,6 mil pequenos negócios de todo país, sendo 91% deles em regiões de baixa renda e 54% com mulheres em seu quadro societário. Destes, 35% tiveram acesso a crédito pela primeira vez. São 48 mil empregos impactados, gerando renda e prosperidade para os colaboradores, suas famílias e a comunidade em geral.

Em cinco anos o fundo tomou fôlego e se estruturou com base no conceito de Blended Finance (financiamento misto), um modelo estratégico que une doações e investimentos com recursos financeiros de diferentes tipos de capitais – públicos, privados ou filantrópicos.

São 1,4 mil micro e pequenas empresas impactadas, impulsionando negócios de todas as regiões do Brasil. 88% dos financiamentos foram destinados a mulheres em regiões de baixa renda e 32% nunca tiveram acesso a crédito antes. A atuação direcionada teve alcance de 14,4 mil empregos gerados ou mantidos, fortalecendo comunidades.

Ao todo, são 44,2 mil pessoas beneficiadas direta ou indiretamente. “Uma mulher empreendedora traz um maior impacto para a sociedade. Ela investe mais na educação dos filhos, por exemplo. Fora que a inadimplência é menor em

comparação aos homens empreendedores”, analisa Vinicius Poit, CEO do fundo de impacto Estímulo. Ele ainda completa que a ideia da atuação direcionada tem intuito de reduzir barreiras e aumentar oportunidades.

Arranjo financeiro O modelo de Blended Finance do Estímulo permite um arranjo financeiro que leva aos micro e pequenos empreendedores várias vantagens na hora de tomar crédito. Não há a necessidade de garantias, como casa ou carro, nem de fundo garantidor. A taxa mensal varia de 1,49% a 2,99% (dependendo da saúde financeira da empresa) - consideravelmente mais baixa se comparada às linhas de crédito tradicionais. O tempo de carência é de até dois meses para começar a pagar e as parcelas fixas podem ser divididas em até 24 vezes. Todo o processo é 100% digital, com depósito rápido, em até 5 dias, diretamente na conta PJ.

Os empresários à frente desse projeto foram Abílio Diniz, Luciano Huck, Ticianna Rolim Queiroz e Eduardo Mufarej que doaram milhões como uma resposta à pandemia de Covid-19.

Capacitação Além do crédito, o Estímulo oferece programas de capacitação, seja em cursos gratuitos, mentorias ou consultorias. Quase 40% das pessoas capacitadas são mulheres. A base passa um pouco mais de 170 mil empreendedores.

Perfil da Empreendedora: 63% têm entre 30 e 50 anos, liderando com experiência e visão de futuro. Atuam nos setores que movimentam a economia local como Alimentação 18%, Saúde & Beleza 14%, Vestuário 04%. 48% faturam até R\$50 mil/mês, mostrando a força dos pequenos negócios. 85% têm até 10 funcionários, gerando emprego e renda nas comunidades.

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.3.0016334-4

AVISO AOS ACIONISTAS: Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da sociedade à Av. Dr. José Alves de Azevedo, nº 233, Parque Rosário, Campos dos Goytacazes/RJ, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei nº 6.404/76, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Campos dos Goytacazes, 07 de março de 2025. Giuliano Junho Tinoco - Diretor; Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor.

ÁGUAS DE NITERÓI S.A.

CNPJ nº 02.150.336/0001-66 - NIRE 33.3.0026182-6

AVISO AOS ACIONISTAS: Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da sociedade à Rua Marquês de Paraná nº 110, Centro, Niterói/RJ, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei nº 6.404/76, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Niterói, 07 de março de 2025. Bernardo Machado Alves Gonçalves - Diretor; Thiago Contage Damaceno - Diretor.

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A.

CNPJ nº 02.013.199/0001-18 - NIRE 33.3.0016564-9

AVISO AOS ACIONISTAS: Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da sociedade à Rodovia Amaral Peixoto, s/nº, Km 91, Bananeiras, Araruama/RJ, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei nº 6.404/76, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Araruama, 07 de março de 2025. Rodrigo Assad Macool - Diretor; Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor.

ÁGUAS DO IMPERADOR S.A.

CNPJ nº 02.150.327/0001-75 - NIRE 33.3.0016655-6

AVISO AOS ACIONISTAS: Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da sociedade à Rua Dr. Sá Earp, nº 84, Morin, Petrópolis/RJ, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei nº 6.404/76, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Petrópolis, 07 de março de 2025. João Henrique Tebyriça de Sá - Diretor; Marcio Salles Gomes - Diretor.

Banco do Brasil apresenta

Música no Museu

Concertos de Verão

Janeiro
Fevereiro
Março
2025

Realização

Apoio Cultural

CARPEX

Museu Histórico Nacional

Sesc

Monitor Mercantil

CCBB

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO